

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Do café à policultura:  
Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São  
Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900).**

**Max Fabiano Rodrigues de Oliveira**

Seropédica  
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM HISTORIA

**Do café à policultura:**  
*Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900).*

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira

*Sob a orientação do professor*  
**Dr. Álvaro Pereira Nascimento**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, ao programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica  
2015

981.53

O48d Oliveira, Max Fabiano Rodrigues de,  
1981-

T

Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900) / Max Fabiano Rodrigues de Oliveira - 2015.

118 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 115-118.

1. Itaguaí(RJ) - História - Teses.  
2. Agricultura - História - Itaguaí(RJ) - Teses. 3. Café - Cultivo - Teses. 4. Fazendeiros - Teses. 5. Cafeicultores - Teses. 6. Trabalhadores do cultivo do café - Teses. 7. Cultivos agrícolas - Teses. I. Nascimento, Álvaro Pereira, 1964-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

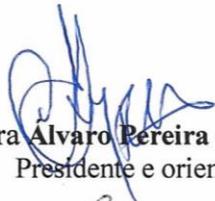
*“Do Café a Policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)”*

MAX FABIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

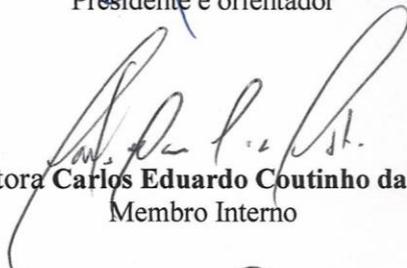
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/08/2015

Banca Examinadora:



Professora Doutora **Alvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)**  
Presidente e orientador



Professora Doutora **Carlos Eduardo Coutinho da Costa (UFRRJ)**  
Membro Interno



Professora Doutora **Manoela da Silva Pedroza (UFRJ)**  
Membro Externo

*Aos meus pais e meus irmãos: a melhor  
família que eu poderia ter.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é o momento de reconhecer todos àqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. É compreender que o caminho não foi fácil. E sozinho ele não seria possível de ser trilhado da maneira que foi, repleto de pessoas queridas que encontrei ao longo desta caminhada e se tornaram importantes nesta chegada que é, ao meu ver, apenas o primeiro porto que me levará a outras terras ainda desconhecidas.

Quando cheguei ao mestrado não tinha nenhuma experiência concreta com a pesquisa que pretendia desenvolver. Durante a minha graduação nunca tinha ido a um arquivo. Tinha apenas um projeto com fontes que pouco conhecia, mas que naquele momento me pareciam bastante importantes de serem postas à luz de uma pesquisa acadêmica.

Nunca me esquecerei do dia em que estava na casa dos meus pais em Cabo Frio e recebi o e-mail de Carlos Eduardo Costa, que naquele momento era apenas um estranho que por intermédio de Manolo Florentino teria a boa vontade de me ajudar na construção do meu projeto, sem nem mesmo me conhecer.

Assim, após enviar, sem maiores constrangimentos, muitos e-mails para inúmeros professores pesquisadores que conhecia somente pela leitura de seus trabalhos, enfim encontrava um que me ajudaria. Por isso, meu agradecimento ao Manolo Florentino que tornou possível esta ponte com Carlos Eduardo Costa. E este, por sua vez, foi fundamental para minha entrada no mestrado, com orientações em leituras e na busca pela fonte mais apropriada.

Cresci muito nesses dois anos em que fui orientado por Álvaro Pereira do Nascimento que com seu enorme conhecimento e experiência contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa. O projeto se tornou outro, muito diferente do que pensava quando entrei no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Álvaro foi firme quando precisou e compreensivo em outros momentos. Agradeço por ter sido um grande colega, um ser humano com o coração gigante, sensível. A gente vai crescendo e acaba não se dando conta, que é preciso parar e refletir para perceber o quanto evoluímos com algumas pessoas e com Álvaro essa evolução foi possível.

O último grande encontro que tive o prazer de ter foi com a professora Manoela Pedroza que participou de minha qualificação e foi capaz de realizar uma leitura tão perspicaz do meu trabalho, extremamente precisa em seus comentários. Agradeço por sua generosidade, pela maneira gentil em apontar todas as deficiências que precisavam ser sanadas em minha pesquisa. Não sei o quanto consegui resolver estas questões, mas estive atento a elas.

Nada foi mais significativo para que pudesse chegar até aqui do que o apoio que sempre tive e tenho da minha família e precisaria de muitas páginas para demonstrar minha gratidão. Aos meus pais: Seu João e Dona Helena, que apesar de todas as dificuldades estiveram sempre ao lado dos seus filhos com amor e dedicação. Aos meus irmãos William, Jaline, Márcio e Vinícius, sempre unidos. Faço absoluta questão de cita-los demonstrando o quanto acredito que sem eles tudo teria sido mais difícil. Estendo também meus agradecimentos aos meus cunhados e sobrinhos.

Aos meus amigos de sempre, aos amigos que a vida pôs no meu caminho recentemente, aos meus amigos do mestrado. Optei aqui por não citar ninguém especificamente, pois tenho medo de deixar alguém de fora. Portanto, todos aqueles que têm ciência deste momento tão importante, saibam que falo aqui de vocês.

Não posso deixar de agradecer o meu primeiro contato com o universo da História em minha graduação e aos meus professores da Universidade Veiga de Almeida que contribuíram para meu desenvolvimento, em especial a professora Vera Lúcia Moares que foi minha orientadora, sempre muito paciente, tendo que se dividir entre os seus muitos orientandos, me acompanhou nos meus primeiros passos acadêmicos. O professor Ricardo Antonio Souza Mendes que muito contribuiu para que eu pensasse o meu primeiro projeto de mestrado, generoso, me estimulou a seguir no mestrado com sua experiência nas orientações que realiza no programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Preferi deixar por último os agradecimentos as Instituições. Começo agradecendo a CAPES que permitiu que fosse bolsista durante este período, financiando esta pesquisa. Agradeço Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, esta bela universidade que me acolheu em dois momentos tão importantes da minha vida, a todos do Programa de Pós Graduação em História, aos funcionários do Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que sempre estiveram dispostos a ajudar disponibilizando inúmeros inventários que precisei ler para chegar a seleção que serviu para a construção desta dissertação.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900).** 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a estrutura fundiária do município de São Francisco Xavier de Itaguaí na segunda metade do século XIX, com o intuito de compreender como fazendeiros, lavradores e suas propriedades, em sua maioria, foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz, se adequaram a realidade instável e dinâmica do período. Acreditamos que o café, principal cultivo da região, declinou, abrindo espaço para que a policultura se tornasse uma das tentativas de manutenção das unidades produtivas durante o período de crise. As terras baixas submetidas às enchentes sazonais e as epidemias também aparecem como fortes elementos que dificultavam a rotina dos moradores.

Palavras-chave: História Agrária. Itaguaí. Fazendeiros. Lavradores. Café. Policultura.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura:** Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900). 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

#### ABSTRACT

This dissertation analysis the land composition of São Francisco Xavier de Itaguaí municipality in the mid-19th century , to understand how landowners, farmers and their properties, in most cases tenant from Fazenda Imperial de Santa Cruz, suited to unstable and dynamic reality of the period. Believed the coffee, at the time was the main way of farming in the region, declined creating an opportunity for polyculture become one of attempts to maintain the production units during the crisis period. The lowlands were submitted to seasonal floods and the epidemics also appear as strong elements that hindered the routine of residents.

Keywords: Agrarian History. Itaguaí. Farmers. Husbanmen. Coffe. Polyculture.

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Fazendeiros - Eleitores e Assinantes – 1865	<b>33</b>
<b>Tabela 2:</b> Concentração Fundiária da Freguesia de N.S. Da Conceição do Bananal	<b>44</b>
<b>Tabela 3:</b> Concentração Fundiária da Freguesia de S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lages	<b>45</b>
<b>Tabela 4:</b> Concentração Fundiária da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier	<b>45</b>
<b>Tabela 5:</b> Total de fazendeiros listados no <i>Almanak Laemmert</i> que declararam suas terras	<b>47</b>
<b>Tabela 6:</b> Declarantes por faixa	<b>67</b>
<b>Tabela 7:</b> Distribuição fundiária por Município	<b>71</b>
<b>Tabela 8:</b> Distribuição, em percentuais, das propriedades da freguesia do Bananal.	<b>72</b>
<b>Tabela 9:</b> Foreiros por faixa em hectares.	<b>75</b>
<b>Tabela 10:</b> Inventários <i>Post Mortem</i> da Família Soares da Silva	<b>87</b>
<b>Tabela 11:</b> Investimentos em Cana	<b>89</b>
<b>Tabela 12:</b> Pecuária em Itaguaí.	<b>92</b>
<b>Tabela 13:</b> Variação Populacional	<b>105</b>

## Lista de Gráficos

- Gráfico 1:** Gráficos com o número total de propriedades por tipo de plantação (1850 a 1885). **39**
- Gráfico 2:** Quantidade de foreiros listados no *Almanak Laemmert* e o que cultivavam **64**

## **Lista de Mapas**

<b>Mapa 1:</b> Bacia hidrográfica do Guandu	<b>102</b>
<b>Mapa 2:</b> Ferrovias do Rio de Janeiro 1994	<b>103</b>
<b>Mapa 3:</b> Ferrovias do Rio de Janeiro 1994. (Detalhe)	<b>103</b>
<b>Mapa 4:</b> Município de Itaguaí 1956	<b>111</b>
<b>Mapa 5:</b> Relevo das cidades de Itaguaí, Mangaratiba e Angra dois Reis	<b>112</b>

## **Lista de Imagens**

<b>Imagem 1</b> - Planície de Itaguaí vista a partir da Serra do Matoso	<b>112</b>
<b>Imagem 2</b> - Engenhoca Pura Garantida	<b>113</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>Um diálogo com quem já fez o caminho</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
1.1 Itaguaí e sua história	26
1.2 Estrutura fundiária do município de Itaguaí	28
1.3 Conclusão	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
2.1 Introdução	52
2.2 Inventários <i>post mortem</i>	55
2.3 A estrutura fundiária em outros municípios fluminenses na segunda metade do século XIX	57
2.4 Bananal e sua história	63
2.5 Análise dos inventários dos fazendeiros e lavradores que declararam suas terras nos <i>Registros Paroquiais de Terras</i> da freguesia do Bananal	66
2.6 Conclusão	78
<b>CAPÍTULO III</b>	
3.1 Introdução	80
3.2 Antonio Soares da Silva e a Fazenda do Guandu	82
3.3 As Fazendas da Lagoinha e Guandu	86
3.4 A família Pereira Belém	97
3.5 Elementos da crise	99
3.6 Os Registros de Ofícios e Atas da Câmara Municipal de Itaguaí	106
3.7 Conclusão	109
<b>ANEXO I</b>	<b>111</b>

ANEXO II	112
Referências	114
BIBLIOGRAFIA	115

## INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um estudo da estrutura agrária do município de Itaguaí dos anos que vão de 1850 ao de 1900, tendo como principal objetivo verificar se houve na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal uma decadência econômica devido à crise da produção do café nas últimas três décadas do século XIX.

A partir deste objetivo principal buscaremos analisar as razões para esta crise, como as mudanças nas rotas comerciais, o saneamento da região e a falta de mão de obra ocasionada por uma diminuição do número total de cativos.<sup>1</sup> Estas são algumas rotas de investigação que nos guiarão para compreendermos a decadência do município, dialogaremos com outros historiadores que se debruçaram na análise de municípios da então província do Rio de Janeiro, como Nova Iguaçu<sup>2</sup>, Magé<sup>3</sup>, Capivari<sup>4</sup>, Mangaratiba<sup>5</sup> e Campo Grande<sup>6</sup>.

Utilizo como principal fonte os inventários *post mortem* para analisar a composição das propriedades agrícolas no município de Itaguaí, na segunda metade do século XIX, mais especificamente a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Cruzaremos os inventários com outras fontes, tais como os *Registros Paroquiais de Terras* e o *Almanak Laemmert*.<sup>7</sup> Selecionamos entre os fazendeiros e lavradores do município de Itaguaí, aqueles que eram listados no *Almanak Laemmert* e que declararam suas terras nos *Registros paroquiais de Terras*.

No Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro encontramos para a comarca de Itaguaí um enorme acervo de inventários para o período do qual não daríamos conta durante a

---

<sup>1</sup> RUIZ, Ricardo Muniz. Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaí – sec. XIX (1820 – 1872). Dissertação de mestrado. UFF, 1997

<sup>2</sup> Cf. MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçu, 1840 – 1880)* – Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2013.

<sup>3</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1994.

<sup>4</sup> CASTRO, Hebe Maria de Matos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2009.

<sup>5</sup> Cf. PRADO JUNIOR, Manoel Batista do. *Entre senhores, escravos e homens livres pobres: Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831 – 1888)*, Dissertação, Niterói, UFF, 2011.

<sup>6</sup> Cf. PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

<sup>7</sup> Utilizamos também os *Relatórios do Presidente da Província*, o *Cento de 1872*, os periódicos *Jornal do Comércio* e *O Jornal* em sua edição comemorativa, além do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, para complemento de nossa análise.

dissertação. Por isso, optamos por partir dos nomes dos fazendeiros e lavradores de Itaguaí que apareciam no *Almanak Laemmert* e nos *Registros Paroquiais de Terras*, para deles irmos em busca dos seus respectivos inventários.

Inicialmente, a proposta desta pesquisa era analisar as trajetórias dos ex-escravos e seus descendentes, imediatamente após o fim legal da escravidão no Brasil. A primeira delimitação geográfica foi a cidade de Nova Iguaçu, já foco de outros estudos com uma temática muito próxima da que seria realizada nesta dissertação,<sup>8</sup> mas o encontro com uma grande quantidade de inventários *post mortem* para a comarca de Itaguaí, e a ausência de pesquisas para aquela localidade, fizeram com que o recorte espacial fosse redirecionado.

Voltamos ao Arquivo Nacional e ao Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, tendo São Francisco Xavier de Itaguaí como local a ser investigado. Assim, foram alvos de um primeiro levantamento os inventários e também os processos criminais e civis que ajudassem a encontrar em Itaguaí vestígios dos ex-escravos e seus descendentes. Durante o levantamento dos inventários, ficou claro que chegar nesses indivíduos não seria das tarefas mais fáceis.<sup>9</sup> Precisava antes compreender o mundo dos senhores e da produção local, para aí sim perceber o universo de escravos e ex-escravos tal qual intentava no início do projeto.

Neste momento da pesquisa, já havia abandonado um dos primeiros conceitos que me envolvera, a ideia de dádiva, utilizado por Lilian Moritz Schwarcz, no livro *Quase-cidadão*, onde os senhores, segundo a autora, tentaram construir a imagem de uma abolição realizada como um presente que merecia retribuição dos libertos.<sup>10</sup> O recorte inicial que seria entre os anos de 1888 e 1930, também, foi abandonado, e teve que ser deslocado para a segunda metade do século XIX. Novos autores foram incluídos, como o trabalho de Ricardo Muniz de

---

<sup>8</sup> Cf. COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campeinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1840)* Dissertação de Mestrado, Niterói. UFF. 2008.

<sup>9</sup>Cf. SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. *PÓS-ABOLIÇÃO NA BAHIA – hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930.* Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2012. A autora consegue encontrar alguns vestígios da relação entre os ex-senhores e ex-escravos após a escravidão. Mas, para Itaguaí, percebemos que o caminho deveria ser outro, na medida em que, não encontramos pesquisas que fizessem um levantamento da unidade produtiva e da própria escravidão nos últimas décadas do século XIX.

<sup>10</sup> Schwarcz, Lilian Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira.” In. CUNHA, Olivia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Ruiz, que faz uma análise do sistema agrário, da família escrava e da fundação de Itaguaí até 1872.<sup>11</sup>

Perceber que o caminho para acessar os indivíduos da seleção inicial se realizaria a partir de um levantamento da estrutura da propriedade fundiária, na vila de Itaguaí, na segunda metade do século XIX, foi de extrema importância para o prosseguimento do trabalho. A partir deste ponto, foram levadas em consideração as relações sociais, as redes de sociabilidades e as formas de uso da terra, dialogando com a ideia de região, observada por autores que se debruçaram sobre a história agrária, como Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva.<sup>12</sup>

### **Um diálogo com quem já fez o caminho.**

Esta pesquisa se insere nos estudos dedicados à história agrária “no plano da história regional e local, centradas no estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como a organização do espaço rural.”<sup>13</sup> Sem perder de vista a dinâmica presente neste ambiente rural, Linhares afirma que o historiador da história agrária deve “perceber as discontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socioeconômicos maiores e mais complexos,”<sup>14</sup> possibilitando, assim, e através da reconstituição de situações locais, compreender a complexidade contida em um recorte regional por vezes generalizada em uma análise macro.

Tal olhar permitiu, por exemplo, à dupla João Fragoso e Manolo Florentino,<sup>15</sup> na década de 1990, perceber a complexidade da realidade colonial brasileira e suas formas não capitalistas de produção, com base no trabalho escravo e camponês, direcionado para o mercado interno de alimentos que se reproduzia de maneira endógena.<sup>16</sup>

---

<sup>11</sup> Cf. RUIZ, 1997.

<sup>12</sup> Cf. LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>13</sup> LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 244

<sup>14</sup> Idem. p. 245

<sup>15</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>16</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Caio Prado e Celso Furtado, anteriormente, deram foco maior a uma economia voltada para a exportação, onde o sentido da colonização era a exploração da colônia que produzia para a metrópole. Cf. PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil*

Por isso, analisar a história agrária de Itaguaí nos permite perceber sua relação direta com eventos nos âmbitos regional e nacional na segunda metade do século XIX, e como essas esferas interagiam. Tal exercício contribuirá também para uma análise comparativa com outros trabalhos que analisaram localidades diversas.<sup>17</sup> Dentro de uma perspectiva de história social da agricultura, privilegiaremos as formas de apropriação do solo, a composição social e econômica da população e as atividades econômicas vigentes na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal em Itaguaí.

Para entender a estrutura agrária, utilizamos como referência as observações realizadas por Ciro Flamarion S. Cardoso no livro *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*.<sup>18</sup> Para ele, a pesquisa baseada na estrutura agrária deve “buscar estabelecer os sistemas de propriedade e apropriação, classificar as unidades de exploração agrícola segundo o seu tamanho, estudar as relações de produção, servidão e colonato, formas variadas de arrendamento e parceria, trabalho assalariado e etc.”<sup>19</sup>

Compreender os significados do termo camponês em um modo de produção típico das Américas foi fundamental para pensarmos a realidade do município de Itaguaí, onde através da análise dos inventários *post mortem* podemos perceber a grande presença de propriedades de pequeno e médio porte.

Ciro Flamarion S. Cardoso define a estrutura camponesa a partir do acesso estável à terra, o trabalho predominantemente familiar, sem excluir uma mão de obra externa como a utilização do trabalho escravo, economia de subsistência, com excedentes destinados ao mercado interno e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas.<sup>20</sup> Podemos citar ainda Jacob Gorender e Antônio Barro de Castro, na década de 1970, que traziam uma forte discussão sobre modos de produção, nos ajudando a refletir sobre as propriedades fundiárias da vila de Itaguaí durante o levantamento.<sup>21</sup>

---

*Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1992. (22ª. Ed.). e FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, 2005. (32ª. Ed.).

<sup>17</sup> Cf. CASTRO, H., 2009; BONASSA, Graciela. Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese de doutorado. Niterói. UFF, 2010; MACHADO, 2013.

<sup>18</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1982.

<sup>19</sup> Idem. p. 38

<sup>20</sup> Ibidem. p. 52 Ver também CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 2004

<sup>21</sup> Cf. CARDOSO, 2004 [1987]; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991. ; CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil*. Campinas, Universidade, 1976. Ver também LINHARES e SILVA, 1981.

Contribuições importantes nos trazem as produções de várias outras teses e dissertações que tratam da questão escrava e da estrutura agrária fluminense. O trabalho que Antônio Carlos Jucá realiza para o município de Magé foi um dos primeiros a nos chegar às mãos. Contribuindo para que pensássemos o caráter comercial da produção de alimentos voltado para o abastecimento interno, o autor percebeu que o monopólio da terra e o endividamento foram mecanismos de manutenção da estrutura social local em um período de empobrecimento da elite rural e da diminuição no número de escravos nos plantéis de Magé.

A capitalização da terra, a crise do escravismo, principalmente após 1870, somados à crise econômica do café no mesmo período, foi determinante para que os fazendeiros se endividassem.<sup>23</sup> Portanto, enquanto o preço do escravo subia, o do café declinava nos anos de 1870. A crise afeta primeiro os menores produtores locais que precisaram vender seus escravos para os maiores fazendeiros da região, estes que gradativamente concentraram a mão de obra escrava e até mesmo a fundiária.<sup>24</sup>

Apesar de lidar com uma realidade bastante diferente da encontrada em Itaguaí, em comparação às dimensões das propriedades dos Barões do café de Paraíba do Sul, João Fragoso nos ajuda a entender o funcionamento de um sistema agrário de grandes proporções e a postura dos maiores proprietários em suas articulações para aquisição de mais terras. A abordagem de Fragoso também foi bastante inspiradora metodologicamente, pelo tratamento que ele dá aos inventários *post mortem* dos descendentes dos inventariados, o que lhe permite compreender a trajetória dessas fortunas através dos filhos e netos.<sup>25</sup>

Em Paraíba do Sul, Fragoso analisa o sistema agrário escravista exportador através, principalmente, dos inventários dos grandes fazendeiros cafeicultores. Segundo o autor, esses barões do café iniciam suas vidas como negociantes. Estes homens de “grossa aventura” decidem investir em terras e em escravos mesmo sabendo que teriam menos lucros do que no tráfico de escravos, pois eles estavam em buscas de status e uma maior estabilidade proporcionada por este tipo de investimento.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> SAMPAIO, 1994.

<sup>23</sup> Idem. p. 105.

<sup>24</sup> CASTRO, H., 2009, p. 33, 34.

<sup>25</sup> FRAGOSO, Joao. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/ Rio de Janeiro (1830-1888)* Rio de Janeiro. Ed. 7Letras, 2013.

<sup>26</sup> Idem. p. 16

As pesquisas acima nos permitiram perceber o que ocorria em parte da província do Rio de Janeiro naquele século XIX. Daí dialogarmos diretamente com uma historiografia que analisou os “sertões” do Rio de Janeiro, e outras regiões da província, buscando perceber como senhores e lavradores se articularam na segunda metade do século XIX diante de questões que envolviam principalmente a mão de obra escrava e a crise do café.

O ano 1850 foi um marco negativo para os grandes fazendeiros que dependiam da mão de obra escrava. Com a lei nº581, de 4 de setembro do mesmo ano, mais conhecida como a lei Euzébio de Queiroz, ficava proibido o tráfico de escravos, que a partir daquela data consideraria a importação de cativos como “pirataria”.<sup>27</sup> A lei afetou diretamente a reprodução dos plantéis de escravos que dependiam dessa importação, pois eram incapazes de se manter através de um “crescimento vegetativo positivo da população cativa”.<sup>28</sup>

Podemos citar a original pesquisa desenvolvida por Hebe Mattos para a localidade de Capivary que nos ajuda a entender melhor a produção de alimentos no fim do século XIX e início do XX e seu caráter de subsistência presente na pequena produção de lavradores pobres. Dos 79 inventários selecionados por Hebe Mattos, 70 plantavam café, além de mandioca, feijão e milho. O café não ultrapassava dois mil pés, podendo ser cuidado por uma pessoa, já no caso das mandiocas havia uma média regular de 400 pés.<sup>29</sup>

Esses lavradores pobres possuíam em média dois burros para o transporte da produção, além da presença de “pequenos animais de consumo doméstico (porcos e galinhas) ou de instalações para a sua criação (casa de porcos e galinheiros)<sup>30</sup>, e as casas de vivendas nunca eram assoalhadas. Já sobre a relação desses lavradores com a escravidão, das 31 situações analisadas por Hebe Mattos, o número médio de escravos é de 3 cativos por propriedade, e entre esses apenas um estava na idade entre 15 a 40 anos, ou seja, em idade produtiva. Depois de 1870 a média caiu para menos de 2 e eles ou eram crianças, ou idosos. É

---

<sup>27</sup> Em seu primeiro artigo a lei dizia que “As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.” Já o artigo 4º informava que “A importação de escravos no território do Império fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum. A tentativa e a complicitade serão punidas segundo as regras dos Artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Codigo Criminal.” Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm)

<sup>28</sup> FRAGOSO, 2013, p 18,19.

<sup>29</sup> MATTOS, Op. cit., p. 64,65.

<sup>30</sup> Idem. 67.

verificada, com muita frequência, a presença de uma escrava com filhos pequenos, além de escravos idosos.<sup>31</sup>

Ponderando com a realidade de Itaguaí e seus médios e pequenos proprietários de terras, que se aproximam da realidade encontrada por Hebe Mattos para Capivary, temos a oportunidade de comparar a situação conturbada do fim da escravidão associada à concentração de terras e de mão de obra.

Outro autor que encontra resultados parecidos é Prado Junior ao analisar Mangaratiba, que já pertenceu a Itaguaí. Ele conclui que, no avanço da segunda metade do século XIX, houve um aumento da concentração da mão de obra escrava e de terras, também diretamente afetados pela crise e pela impossibilidade de renovação do plantel devido à lei de 1871.<sup>32</sup>

Prado Junior afirma que o café produzido em Mangaratiba era para o mercado interno, devido a sua baixa qualidade. As terras eram o fator responsável por isso, pois eram baixas, em comparação com as altas terras onde era plantado o café no Vale do Paraíba. Prado Junior afirma também que nas regiões com uma produção voltada para o mercado interno, havia uma maior distribuição da mão de obra cativa em comparação à região do vale do Paraíba. Assim, temos a maior parte dos fazendeiros com um número de cativos entre 1 e 10. Tentaremos perceber se Itaguaí também se enquadra nestas características.

É importante perceber a região da Baixada de Sepetiba como um local de integração entre o porto do Rio de Janeiro e Minas Gerais, um lugar de passagem, pois estava no caminho de rotas comerciais. Se no início era o ouro de Minas que dinamizava a atividade comercial da região, passou-se depois à rota de alimentos e do escoamento do café do Vale do Paraíba. Por onde passavam as estradas havia maior atividade comercial, quando não, eram locais de estagnação. Desta forma, as estradas vindas de Minas Gerais, São Paulo e Vale do Paraíba, encontram na antiga Vila de Iguassu e de Itaguahy os portos que levavam as mercadorias através dos rios da região até o porto do Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

Jorge Silveira faz uma análise da estrutura agrária de Iguassu, a partir do levantamento dos *Registros Paroquiais de Terras* e encontra uma grande concentração fundiária. Do total

---

<sup>31</sup> Idem. 70

<sup>32</sup> PRADO JUNIOR, Manoel. 2011.

<sup>33</sup> SOUZA, Marlúcia Santos. Escavando o passado da cidade. História política da cidade de Duque de Caxias. Dissertação de mestrado. UFF, 2002. p. 40.

de 110 declarações, 50 (45%) se referem a apenas 1,77% de toda a área declarada. No outro extremo temos 5 (4,5%) declarações que compreendem 32% de todas as terras declaradas.<sup>34</sup>

Rubens da Motta Machado analisa as formas de acesso à terra na segunda metade do século XIX em Iguassu. O autor busca compreender a organização fundiária através dos mecanismos que permitiram diferentes segmentos sociais acessarem o recurso da terra. Compreendendo a Vila de Iguazu inserida em uma realidade de agentes dinâmicos, permeados de tensões e acordos consuetudinários,<sup>35</sup> Rubens da Motta Machado está preocupado com a ação direta dos indivíduos, destacando a ação de lavradores pobres e escravos, formas de abordagens já apontadas por Hebe Mattos em *Ao Sul da História*.<sup>36</sup>

Entre as questões analisadas pelas obras anteriormente citadas, quais estão presentes na estrutura fundiária de Itaguaí? E quais especificidades conduziram aquela região a apresentar uma realidade diferente de outras regiões estudadas? A condição de foreiro da Fazenda Imperial de Santa Cruz, sem dúvida, é a principal característica que diferencia Itaguaí das localidades estudadas por Fragoso, Hebe Mattos e Rubens Machado. Portanto, questões sobre acesso à terra ganham outro significado ainda a ser respondido, já que as terras, mesmo dos maiores fazendeiros, pertenciam a Fazenda Imperial de Santa Cruz.

Outra característica percebida na leitura dos inventários, é que as fortunas dos titulares não se aproximavam dos grandes fazendeiros estudados por Fragoso em Paraíba do Sul. Por outro lado, eles se encontram em uma camada econômica superior aos lavradores pobres analisados por Hebe Mattos, em Capivary. Lembrando que nosso ponto de partida foi o *Almanak Laemmert*, diferente de Hebe que utiliza esta fonte apenas como critério de exclusão para a seleção dos inventários dos lavradores pobres.

Para desenvolver esse trabalho procurei manter-me fiel às fontes e à abordagem seguidas pela historiografia especializada no tema. O *Almanak Laemmert* trazia na seção “Províncias”, informações sobre a estrutura administrativa e econômica dos municípios que faziam parte da província do Rio de Janeiro.<sup>37</sup>

O *Almanak Laemmert* foi apenas o ponto de partida fundamental como primeiro contato com os nomes dos fazendeiros de Itaguaí, nos dando a pista inicial dos inventários que deveríamos encontrar e investigar. Sobre o tratamento com este tipo de documento, o

---

<sup>34</sup> SILVEIRA, Jorge Luís da Rocha. Transformações na Estrutura Fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890). 1998. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1998. Apud. MACHADO, 2013.

<sup>35</sup> MACHADO, 2013.

<sup>36</sup> CASTRO, H., 2009.

<sup>37</sup> MACHADO, op. cit., p. 23.

trabalho de Rubens da Motta Machado<sup>38</sup> foi importante para esclarecer determinadas questões. Utilizamos parte da metodologia aplicada por Rubens da Mota Machado para a vila de Iguaçu no capítulo I desta pesquisa. Ele trabalha com a hipótese que essas listas não eram necessariamente pagas. Um correspondente local, chamado de emissário, montava as listas e enviava para os irmãos Laemmert, sendo necessárias apenas algumas assinaturas da localidade em que a lista era enviada.

Assim, as listagens com os nomes dos fazendeiros e lavradores partiam de um entendimento que os próprios locais tinham sobre suas atividades. O que explicaria a variedade de categorias que se alteravam ao longo dos anos e mesmo de uma freguesia para outra. Denominavam-se “lavradores de cana e outros mantimentos”, “fazendeiros de café e cereais”, tornado complexa a compreensão de suas categorizações. Era provavelmente uma tentativa de adequarem-se às atividades exercidas, que se modificavam de acordo com as necessidades, onde o tipo de cultura e suas combinações determinavam a nomenclatura de cada categoria.

Ainda sobre o tratamento dado a esta fonte; Marcia Mota<sup>39</sup> e Manoela Pedroza<sup>40</sup> utilizam as categorias do *Almanak Laemmert* como elementos de estudo das dinâmicas agrária, na medida em que a análise ao longo dos anos permite observar a mudança de status naquelas listas. Tentaremos perceber esta mudança de status entre os fazendeiros e lavradores em Itaguaí.

Os inventários e testamentos também são fontes fundamentais desta pesquisa e para análise destes documentos seguiremos as indicações de João Fragoso e Renato Rocha Pitzer.<sup>41</sup> Foi a partir dessa documentação que extraímos dados como número de escravos, o que era plantado em cada propriedade, o tamanho dessas plantações, enfim, informações que dessem conta das atividades daquelas propriedades, já que entre estes, serão também selecionados alguns dos fazendeiros e lavradores com os maiores plantéis de escravos para uma análise qualitativa. Sem deixar de lado, evidentemente, uma análise dos menores fazendeiros e lavradores.

---

<sup>38</sup> Idem, p. 24

<sup>39</sup> MOTTA, Marcia Maria Mendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Ed. Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998.

<sup>40</sup> PEDROZA, 2011.

<sup>41</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R, Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. In. *ARRABALDES*, v.1, nº 2, 1988 p. 29-51.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio foi dos que utilizou esse rico material e analisou o município de Magé, na segunda metade do século XIX, cruzando as informações extraídas dos inventários com as listas de fazendeiros e lavradores contidas no *Almanak Laemmert*.<sup>42</sup> Nosso tratamento com trajetórias estará baseado em algumas famílias e seus inventários durante a segunda metade do século XIX para tentarmos perceber o impacto da crise da mão de obra nas propriedades através de inventários dos filhos e netos no último capítulo desta dissertação.

Os *Registros Paroquiais de Terras* que surgem a partir da exigência contida na Lei de Terras de 1850 que determinava que todos deveriam realizar o registro de suas terras, mais do que uma tentativa do Estado de regulamentar o acesso à terra, eles buscavam dificultar esse acesso, o que elevaria o seu valor, seu status mercadológico. A criação de obstáculos ao acesso à terra obrigava os trabalhadores livres que não conseguissem adquiri-las através da compra, empregar sua força de trabalho nas fazendas, o que teoricamente resolveria o problema gerado pelo fim do tráfico negreiro em 1850.<sup>43</sup>

Graciela Bonassa conclui que os *Registros Paroquiais de Terras* serviam muito mais como uma forma encontrada por esses fazendeiros para legitimar a propriedade da terra que pretendiam ter, do que simplesmente declarar as terras que tinham ao pároco de sua freguesia.

44

Por isso, segundo Ricardo Muniz Ruiz, esta característica nas terras em Itaguaí, por estarem bem documentados os limites das propriedades rurais, “não permitiu que as declarações sobre a ocupação da terra, impostas pela Lei de Terras, fossem usadas como fator de legitimação da propriedade da terra como em outras localidades.”<sup>45</sup> Isso nos permite supor que as declarações de terras em Itaguaí são mais fiéis do que as realizadas em outros municípios.

Rubens da Mota Machado realizou o cruzamento das listas de fazendeiros do *Almanak Laemmert* com os Registros Paroquiais de Terras. Os resultados alcançados, para uma região vizinha a Conceição do Bananal, muitos nos interessaram, pois percebemos naquela localidade um perfil de lavradores próximos a realidade dos pesquisados para a freguesia do

---

<sup>42</sup> SAMPAIO, 1994, p.22-28.

<sup>43</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP,1999. p. 177

<sup>44</sup> BONASSA, Graciela. Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese de doutorado. Niterói. UFF, 2010. p. 75-76. Sobre Os Registros Paroquiais de Terras ver também: MOTTA, 1998.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 30

Bananal. Antonio Soares da Silva, um dos fazendeiros selecionados para o estudo de sua trajetória, possuía herdeiros morando na Freguesia de Marapicu, em Nova Iguaçu.

Seguindo os mesmos passos e em posse dos nomes retirados das listagens de fazendeiros e lavradores do *Almanak Laemmert*, fomos em busca de outras fontes e assim realizamos o cruzamento dos dados com os Registros Paroquiais de Terras, mas principalmente com os Inventários *post mortem* daquela localidade e encontramos algumas dezenas dos mesmos fazendeiros e lavradores nestes documentos e assim tentamos entender esta malha fundiária, como veremos no próximo capítulo.

No segundo capítulo deste trabalho, reduziremos o foco da pesquisa e privilegiaremos a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal através da análise dos inventários dos proprietários que figuravam nas listas do *Almanak Laemmert* e declararam suas terras nos Registros Paroquiais de Terras daquela freguesia. Nosso objetivo é entender a estrutura daquelas propriedades, suas dimensões, o tipo de cultura praticada e sua destinação, o tipo de configuração existente nos plantéis de escravos no que se refere à origem dos cativos, suas principais funções de trabalho, perfil etário, etc.. Com esta análise buscamos tornar para o leitor mais papável os dados quantitativos apresentados no capítulo 1 desta dissertação através do conhecimento das fazendas e sítios em Bananal.

No terceiro capítulo selecionamos duas famílias para que possamos realizar uma análise da trajetória daqueles indivíduos, através do acompanhamento de inventários por até três gerações da mesma família, escolhidas por manterem relações próximas entre si. Tentaremos verificar como se comportaram essas propriedades ao longo da segunda metade do século XIX diante da crise da mão de obra escrava e do café através de estratégias familiares.

No momento, é hora de o leitor virar a página e encontrar essa história que, espero, ajude-nos a conhecer um lugar ainda pouco conhecido pelos fluminenses e que necessita de maiores pesquisas históricas. Esperamos que esta pesquisa consiga, de alguma forma, contribuir para a ampliação desses estudos, e uma maior reflexão sobre o significado do município de Itaguaí no contexto histórico agrário do Brasil do século XIX.

## CAPÍTULO I

### 1.1 Itaguaí e sua história.

A povoação da região da atual Baixada Fluminense teve seu início com as doações de sesmarias realizadas pela Coroa no final do século XVI, como a grande sesmaria doada a Baltazar da Costa entre os rios Marapicu e o Guandu em 1593 com 9.000 braças. Os governadores doavam as terras para fomentar o povoamento, mas, de uma maneira geral “a primeira demonstração de atividade colonizadora era a capela, célula da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade”.<sup>46</sup> A partir dessas primitivas capelas, posteriormente elevadas a curatos, que se desenvolveram os povoamentos da região. Sob a vigilância dos vigários se tornavam agrupamentos urbanos devido às atividades comerciais.<sup>47</sup>

Outra característica do povoamento da região era o caráter comercial das chamadas “vilas comerciais”, como é o caso, por exemplo, de Iguaçu, surgida a partir de rotas comerciais que cruzavam a região. Itaguaí encontra-se sob a mesma influência, não em sua formação original, mas em seu desenvolvimento posterior e conseqüentemente sua futura decadência, no fim do século XIX. Havia nesses núcleos populacionais uma instabilidade, pois estavam economicamente dependentes da rota comercial a qual estavam atrelados, já que mudanças nessas rotas os deixavam isolados e em uma profunda decadência social e econômica, podendo mesmo chegar a sua extinção devido à incapacidade de se auto sustentar, pois sua economia estava diretamente ligada ao que era comercializado pela rota comercial.<sup>48</sup>

A história de Itaguaí é remontada a partir da fixação de uma aldeia de indígenas fundada por Mem de Sá inicialmente em uma localidade chamada Itinga, depois transferida para o sul do município, próximo ao mar, por orientação dos missionários da Companhia de Jesus, em meados do século XVII. Posteriormente, os religiosos construíram, em 1729, a capela em devoção a São Francisco Xavier.<sup>49</sup>

Elevada a freguesia em 15 de novembro de 1795 com o nome de São Francisco Xavier e depois sendo alçada ao patamar de vila através do alvará que criou o município de 5 de

---

<sup>46</sup> PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro, 1940. p. 17. Apud. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. IBGE. 2º ed. 1964. p. 198.

<sup>47</sup> LAMEGO, op. cit. p. 199.

<sup>48</sup> Idem, 237-240.

<sup>49</sup> IBGE. *Sinopse estatística do município de Itaguaí*, Rio de Janeiro. 1948.

junho de 1818, sendo efetivado em 1820, Itaguaí “cujo o território e limites deverão compreender a Freguezia de Itaguahy do alto da serra para a vargem, a Freguezia de Marapicu, do rio Guandú subindo até a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lages e a freguesia de Mangaratiba.”<sup>50</sup>

Compreendendo a parte meridional do estado do Rio de Janeiro, o território de Itaguaí na segunda metade do século XIX compreendia 428,90 quilômetros quadrados já tendo sido desmembrado de Mangaratiba. Os rios da região, importantes rotas de escoamento da produção do Vale do Paraíba e da própria região no século XIX, eram os rios Guandú, Guandú-mirim, Itaguaí, Ribeirão das Lages e Macacos. É importante perceber que estamos falando não do município de Itaguaí dos dias atuais que compreende em seu território 275,870 quilômetros, mas sim, de uma Itaguaí que tinha em seu território as localidades que hoje são os municípios de Seropédica e Paracambi, já no pé da serra.<sup>51</sup>

Na segunda metade do século XIX o município de Itaguaí estava dividido em três freguesias: São Francisco Xavier, conhecida também como a freguesia da vila, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e Nossa Senhora da Conceição do Bananal. As duas últimas eram separadas por uma estrada. Estas freguesias se diferenciavam em suas dimensões geográficas e pelo tipo de cultura praticada por seus fazendeiros. Fazia parte do território do município também a Ilha da Madeira, com sua população de menos de mil habitantes no século XIX, voltada para a cultura de cereais e verduras para o abastecimento da vila que tinha em seus limites as povoações de Mazomba, Coroa Grande e Leandro.

Nossa Senhora da Conceição do Bananal ficava ao norte do município na margem direita do rio Guandu, tendo o início da construção de sua capela em 1838, sendo elevada a curato do Bananal em 1846 e em 1851 à freguesia, através do decreto nº 549 de 30 de agosto. Suas povoações compreendiam Mangueiras, Saco da Prata, Patioba e Coroa Grande.<sup>52</sup>

Em 1879 o *Amanak Laemmert* calculou a superfície da freguesia da vila de São Francisco Xavier em 155,70 quilômetros quadrados, chegando ao número de 23 habitantes por quilômetro quadrado. A população livre era de 3.534, e dos 33 eleitores do município, 13 são listados nesta freguesia.<sup>53</sup> Estes dados são importantes na medida em que serão

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Cf. ANEXO I

<sup>52</sup> IBGE. *Sinopse estatística do município de Itaguaí*, Rio de Janeiro. 1948.

<sup>53</sup> *Almanak Laemmert*, seção Províncias. 1879

confrontados com outras fontes, justamente para verificar a proximidade com o real, devido a possíveis imprecisões.

A freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foi criada por lei provincial n. 77 de 29 de dezembro de 1836. Sua população livre era de 2.808 pessoas, entre estes, 10 eleitores nos anos 1880. No início da segunda metade do século XIX era a freguesia que tinha uma vasta relação de ofícios exercidos por seus moradores. Sua constituição administrativa em 1850 era composta por Subdelegado de polícia, Juiz de Paz, vigário, boticário, negociantes, entre outros cargos.

Além disso, em São Pedro e São Paulo existia uma gama variada de ofícios e estabelecimentos como padarias, alfaiates, sapateiros, barbeiros, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ourives, fabricante de velas, veterinários, tamanqueiros, correiro, fogueteiro e açougues. Ela era a principal freguesia produtora de café em Itaguaí nos anos 1850. Já em 1880 esta freguesia aparece com sua superfície calculada em 59 quilômetros quadrados, perdendo grande parte de suas terras quando é criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.

## **1.2 Estrutura fundiária do município de Itaguaí.**

Para realizar a análise da estrutura fundiária do município de Itaguaí, realizei o cruzamento entre os dados do *Almanak Laemmert* e dos *Registros Paroquiais de Terras* que traziam informações de suas três freguesias. Esta metodologia foi realizada por Rubens da Motta Machado <sup>54</sup> para o município de Nova Iguaçu, incluindo a freguesia de Marapicu (que fazia fronteira com Itaguaí) e principalmente com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, esta última analisada mais detalhadamente nos próximos capítulos desta dissertação.

Tive a oportunidade ainda de acrescentar a esta análise algumas informações encontradas no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* e também os *Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro*. A importância de se realizar este cruzamento para o município de Itaguaí é justificada pela ausência deste tipo de análise para aquela localidade, existe apenas uma análise da estrutura fundiária para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, mas a partir de uma

---

<sup>54</sup> MACHADO, 2013.

perspectiva quantitativa da população escrava.<sup>55</sup> Contribuímos com este trabalho ainda com a historiografia que se debruça sobre a história fluminense, permitindo um diálogo direto com outros trabalhos de maneira comparativa.

O cruzamento destas fontes permitirá verificar se os fazendeiros e lavradores que realizaram seus registros paroquiais de terras, em suas respectivas paróquias, também estavam presentes nas páginas do *Almanak Laemmert*. Faremos também a verificação no sentido contrário, ou seja, verificaremos se os fazendeiros e lavradores que foram listados na seção províncias do *Almanak Laemmert* realizaram as declarações das terras que possuíam. Uma prerrogativa contida na lei de terras que foi regulamentada pelo Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854.<sup>56</sup>

Buscamos com estas verificações saber em que medida os Registros Paroquiais de Terras foram efetivamente realizados por aqueles fazendeiros e lavradores, e em que grau outros proprietários decidiram pelo não registro de suas terras e quais suas razões por essa escolha. Isso nos ajudará a entender em que medida as informações das duas fontes se complementam, e em que medida elas divergem, o que contribuiu para afirmarmos quais os limites de análise os dados apresentados podem ser tomados como um quadro de uma estrutura fundiária que era dinâmica.

Este capítulo é o ponto de partida para que na sequência nos aprofundemos mais detalhadamente na realidade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal através da análise dos inventários de seus fazendeiros e lavradores. A ideia é que possamos ter um panorama do município de Itaguaí na segunda metade do século XIX.

Antes de apresentar os dados encontrados no *Almanak Laemmert* e nos *Registros Paroquias de Terras* para as três freguesias do município de Itaguaí, acredito ser válido realizar uma breve apresentação das fontes utilizadas, para que o leitor compreenda suas destinações na sociedade em que estavam inseridas e a partir daí verificar suas contribuições e limites para o desenvolvimento desta dissertação e a razão para a escolha deste cruzamento já explicitado acima. Começarei explicando a importância do *Almanak Laemmert* como ponto de partida para chegarmos aos fazendeiros e lavradores de Itaguaí.

---

<sup>55</sup>CARRÉ, A.N.; ANDRADE, R.G. de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, p. 107-113, jan.-dez., 2005.

<sup>56</sup>MOTTA, 1998, p. 160.

O *Almanak Laemmert* teve sua circulação entre os anos de 1849 e 1889. Nosso período de análise desta fonte ocorre entre os anos de 1850 e 1885, último ano que encontramos informações sobre as freguesias de Itaguaí, a partir deste ano, não foram publicadas informações sobre o município na seção Províncias do *Almanak Laemmert*.<sup>57</sup>

Na seção “Províncias” encontramos uma lista com os nomes dos fazendeiros de cada freguesia de Itaguaí subdivididos de acordo com o tipo de cultivo praticado pelos fazendeiros em suas propriedades. Temos também informações sobre a composição da Câmara Municipal, subdelegado de polícia, juizado municipal e de órfãos, inspetores de quarteirão, vigário, casas de caridades, os vapores que faziam a navegação de Itaguaí para o porto do Rio de Janeiro, além de detalhar alguns tipos de estabelecimentos comerciais como boticários, trapiches, veterinários, hotéis e hospedarias, entre outros.

Em suma, ele nos dá uma noção geral de como era composta a estrutura social de cada freguesia, além de alguns nomes que compunham a administração do município, informações fundamentais para começarmos a pensar o que era Itaguaí na segunda metade do século XIX e suas principais características como uma vila situada em sua grande parte nas terras da Fazenda Imperial de Santa Cruz.

As listas eram realizadas por emissários locais o que nos permite supor que as categorizações realizadas nas listas partissem de uma compreensão que eles tinham sobre si mesmos e, portanto, expressavam os espaços que imaginavam ocupar socialmente, ora utilizando categorias como fazendeiros, lavradores, proprietários, entre outras ora combinando estas em uma nova, a partir de suas percepções em comparação com seus pares.

58

Observando essas listas tivemos a oportunidade de compreender quantitativamente a dimensão em que era plantado o café, a cana, e outros tipos de plantios destinados ao mercado interno e verificar a proporção em que isso se manteve ao longo do período estudado, ou suas variações. O que podemos verificar foi a diminuição do número de fazendeiros que tiveram seus nomes publicados nas páginas do *Almanak Laemmert* a partir dos anos de 1870.<sup>59</sup>

Precisaríamos ter sobre esta fonte, diante de suas limitações e dúvidas sobre a confiabilidade de seus dados, uma atenção redobrada. Por mais que pudéssemos supor que a

---

<sup>57</sup> As edições do *Almanak Laemmert* podem ser acessadas em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

<sup>58</sup> MACHADO, 2013, p. 26.

<sup>59</sup> Ver Gráfico 1, na página 40.

diminuição na quantidade de nomes de fazendeiros correspondesse, conseqüentemente, a uma diminuição real das unidades produtivas que se dedicavam ao café, não poderíamos afirmar com certeza.

O primeiro ponto que abordamos para tentar elucidar a questão diz respeito ao pagamento, efetuado ou não, pelos fazendeiros e lavradores que tinham seus nomes publicados nas listas do *Almanak Laemmert*. Rubens da Motta Machado entendeu que esse pagamento não fosse necessário, portando, os fazendeiros e lavradores não eram obrigados a pagar para a inclusão dos seus nomes naquelas listagens que eram publicadas anualmente.

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* era impresso pela “Typographia Universal de E. & H. Laemmert” situada na rua dos Inválidos, nº 61B no centro do Rio de Janeiro, portanto, a mesma que publicava o *Almanak Laemmert*. Suas edições, inclusive, traziam as mesmas informações, em alguns momentos, temos a impressão de estar lendo as páginas do *Almanak Laemmert*, quando na verdade, eram as páginas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Foi justamente nas páginas deste último que encontramos a lista de assinantes do município de Itaguaí no ano de 1865.<sup>60</sup> Essa edição informava na página de capa que se tratava do 22º ano de publicação do *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Os dois almanaques foram fundados por Eduardo von Laemmert “cônsul de sua Alteza Real e Grão-Duque de Badem”.<sup>61</sup>

Estamos trabalhando com a hipótese que a lista de assinantes era igual para as duas publicações, por serem dos Irmãos Laemmert, produzidos no mesmo lugar, e pude encontrar em centenas de páginas das duas publicações as mesmas informações sobre os municípios e seus fazendeiros e lavradores. Provavelmente o assinante pagava pela assinatura já sabendo que estaria contribuindo para as duas publicações, e o título da lista dos assinantes que eram de vários municípios do Rio de Janeiro, Minas Gerias, São Paulo, os chamavam de “Senhores Assignantes - Protectores desta empreza.” (*sic.*)<sup>62</sup>

Buscando compreender melhor quem eram os fazendeiros e lavradores de Itaguaí cruzamos a lista de assinantes publicada no *Almanak Administrativo* com a lista de

---

<sup>60</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844/1849). Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca nacional – MinC. 2007. p.35

<sup>61</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865. Seção “Suplemento”, p. 297.

<sup>62</sup> Idem. 296.

fazendeiros e lavradores publicada no *Almanak Laemmert* e verificamos que dos 53 assinantes, 17 também estavam listados como fazendeiros e lavradores do município.

Portanto, podemos concluir que não havia uma relação entre a assinatura e o nome exposto naquelas listas. Foi possível perceber também que dos 17 listados no *Almanak Laemmert*, 15 tinham suas terras na Freguesia da Vila de São Francisco Xavier, os outros dois tinham suas terras na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Foi o caso do Capitão e presidente da Câmara Luiz José Lopes, na freguesia do Bananal, classificado como “Fazendeiro e principais Lavradores de Café” em 1870.<sup>63</sup>

Temos praticamente todos os fazendeiros assinantes listados no *Almanak Laemmert* com suas terras na freguesia da Vila, e foram os senhores desta freguesia que mais declararam suas terras nos *Registros Paroquiais de Terras* quando comparados aos demais. Veremos mais à frente este ponto detalhadamente. Entre os 17 assinantes, temos seis que são listados no *Almanak Laemmert* como “Proprietários”, isso significa que eles eram os donos das terras cultivadas, mas não necessariamente eram os que efetivamente utilizavam a terra para o plantio, ou mesmo que residissem em Itaguaí, o que pode explicar a ausência deles na lista de eleitores em 1865.<sup>64</sup>

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* trazia em suas páginas no ano 1865 além da lista de assinantes, a lista dos eleitores<sup>65</sup> do município de Itaguaí. Verificamos que dos 53 assinantes, 13 eram também eleitores. Outro dado que nos chama atenção sobre estes indivíduos são os que têm patente da Guarda Nacional, somam 15, entre Tenente, Capitão, Major, e temos também dois comendadores, Manoel José Cardoso,<sup>66</sup> que chegou a acumular os cargos de presidente da Câmara, tenente-coronel da Guarda Nacional, negociante e 1º juiz de paz da vila, e Antonio José de Oliveira Sampaio, além dos barões de Itaguaí e Ivaí. Já no *Relatório do Presidente da Província* encontramos a presença de três assinantes que foram vereadores no quadriênio (1857-1860) é

---

<sup>63</sup> *Almanak Laemmert*, Op. cit. 1870. Seção “Províncias”, p. 193

<sup>64</sup> Para chegarmos a esta conclusão, foi necessário que cruzássemos a listagem de eleitores e assinantes publicadas no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, com as listas dos fazendeiros e lavradores do município de Itaguaí publicadas no *Almanak Laemmert*, e ainda cruzamos estas duas listas com os *Registros Paroquiais de Terras* de Itaguaí.

<sup>65</sup> *Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865, Seção Província do Rio de Janeiro, p. 62. In. <http://books.google.com.br/>

o caso do Alferes José Luiz Lopes, o Major Antonio Vicente Danenberg e Raymundo Antonio Teixeira.<sup>67</sup>

Em 1865 Itaguaí possuía 68 eleitores que estavam distribuídos pelas freguesias da seguinte maneira: 30 eleitores na freguesia da Vila de São Francisco Xavier, 23 na freguesia do Bananal, e 15 na freguesia de S. Pedro e S. Paulo. Entre os 13 assinantes eleitores, apenas oito aparecem nas páginas do *Almanak Laemmert* nas categorias de Fazendeiro de Café, Fazendeiros de Café e Principais Lavradores, Cultura da Cana e Fazendeiros de Criação. Na tabela a seguir podemos observar os fazendeiros que são eleitores no município de Itaguaí e assinantes do *Almanak Laemmert* e como eles se distribuem pelas três freguesias de Itaguaí. É possível notar a concentração deles na freguesia da Vila de São Francisco Xavier.<sup>68</sup>

Tabela 1

**Fazendeiros - Eleitores e Assinantes – 1865**

<b>Nome</b>	<b>Categoria Almanak Laemmert</b>	
Alferes Antonio de Oliveira Freitas	Cultura da Cana	Vila de Itaguaí
Comendador Antonio José de Oliveira Sampaio	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí e S. Pedro e S. Paulo
Tenente Caetano José da Silva Junior	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí
Tenente-coronel Caetano José da Silva Santiago	Fazendeiros de Criação	Vila de Itaguaí
João Monteiro Bittencourt	Cultura da Cana	Vila de Itaguaí
Joaquim Mariano de Moura	Fazendeiros e Principais Lavradores de Café	Bananal
Major José Pinto Tavares	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí
Alferes Luiz José Lopes	Fazendeiros e Principais Lavradores de Café	Bananal e S. Pedro e S. Paulo

Fonte: *Almanak Laemmert e Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* (1865).

<sup>67</sup> Relatório do Presidente da Província- 1857. Documento apresentado pelo pela secretária do governo através de secretário do governo José Francisco Cardozo em 17/07/1857. In. [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro)

<sup>68</sup> *Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865, Seção Província do Rio de Janeiro, p. 62. In. <http://books.google.com.br/>

Após compreendermos melhor a composição dos assinantes do *Almanak Laemmert*, vamos continuar buscando respostas para a diminuição na quantidade de nomes de fazendeiros e lavradores naquelas listas, assim tentaremos entender a questão a partir da mudança de status.

Analisando as listas de fazendeiros e lavradores do município de Itaguaí publicadas anualmente pelo *Almanak Laemmert*, pude observar que, nos últimos anos de amostragem, em um processo iniciado nos anos 1870, as categorias dos fazendeiros de café e cana diminuem progressivamente até o ano de 1885. Por outro lado há um aumento dos fazendeiros e lavradores que não tem uma especificação sobre o que cultivavam. Acredito que isso esteja ligado à crise econômica que passava o município, crise esta que não tem uma única origem, trataremos dela nos próximos capítulos.<sup>69</sup>

Esta observação nos leva a outra questão, que era o caráter de policultura presente nessas unidades produtivas, principalmente nos anos 1880. Assim, podemos afirmar que com a diminuição da cultura do café e em algum grau o da cana, destinada principalmente a fabricação de aguardente, há o aumento das terras utilizadas para o plantio de gêneros alimentícios. É importante frisar que a policultura sempre existiu, o que estamos afirmando é a sua ampliação no espaço deixado pela diminuição do plantio do café.

Assim, tentaremos ao longo deste trabalho perceber até que ponto a diminuição das plantações de café ou de cana significava efetivamente uma crise para os pequenos e médios fazendeiros. Era preciso perceber até que ponto aqueles indivíduos conseguiram sobreviver à crise, ou pelo menos amenizar seus efeitos, evitando a extinção da sua produção através da diversificação do que era plantado em suas terras.<sup>70</sup>

A partir de 1880 percebemos que as listas do *Almanak Laemmert* não especificam claramente o que era plantado em cada propriedade, optando-se então, para nomenclaturas mais genéricas como “mantimentos”, “cereais”, ou mesmo sem nenhuma referência no título da lista, apenas nomeadas como “proprietários”, “lavradores”, etc. Acreditamos que esta mudança se dê como reflexo do aumento de propriedades que se dedicam a vários tipos de plantações.

---

<sup>69</sup>*Almanak Laemmert*. Op. Cit. Seção “Províncias”, ano: 1850, 1855, 1860, 1865, 1870, 1875, 1880 e 1885.

<sup>70</sup>*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865. Seção “Província do Rio de Janeiro”, p. 62

Como pista para compreender esta questão, temos vários casos de fazendeiros de café que ao longo da amostragem começam listados como “fazendeiros de café” e terminam como “lavradores de café e outros mantimentos”. Esse é o caso de Antonio Alves de Oliveira Lima<sup>71</sup> que aparece em 1850 como fazendeiro de café na freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages.<sup>72</sup>

Já em 1855, Antonio Alves de Oliveira Lima aparece na categoria “Fazendeiros e principais lavradores de café” na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.<sup>73</sup> Em 1860 e 1870 Antonio Alves de Oliveira Lima aparece novamente na categoria de “Fazendeiros e principais lavradores de café”, não aparecendo na lista de 1865. Já a partir de 1875 ele é listado na categoria “Fazendeiro de café e outros mantimentos”<sup>74</sup> na freguesia do Bananal. Dois detalhes nos chamam a atenção sobre a modificação da categoria em que Antonio Alves de Oliveira Lima aparece no *Almanak Laemmert* ao longo da amostragem.

O primeiro é sobre a inexistência desta categoria nos anos iniciais de amostragem, evidenciando a necessidade de ajustamento do título da categoria ao que era plantado em cada fazenda, lembrando que esta categorização partia da compreensão que os fazendeiros e lavradores tinham sobre eles mesmos. O segundo detalhe é que essa mudança nos mostra que esses “mantimentos” que provavelmente sempre foram plantados nessas fazendas, mas para o consumo provavelmente de subsistência, agora ganhavam importância, pois começam a ser mais um meio de produção para a fazenda que enfrentava problemas com a produção do café.

Portanto, aparecer pela primeira vez na categoria “Fazendeiro de café e outros mantimentos” em 1875, justamente no período em que há uma diminuição no número total de fazendeiros dedicados ao café e o aumento de fazendeiros que não tem sua produção especificada é muito significativo. Antonio Alves de Oliveira Lima estava, provavelmente, em um momento de transição onde a monocultura cafeeira perdia espaço para uma maior diversificação do que era plantado e comercializado nas propriedades.

---

<sup>71</sup>*Almanak Laemmert*. Op. Cit. Seção “Províncias”: 1850, p. 114; 1855, p. 87; 1860, p. 192; 1870, p. 191.

<sup>72</sup> As terras ficavam próximas a serra, onde hoje se localiza o município de Paracambi. Terras provavelmente, melhores para o plantio do café do que as terras alagadiças da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, que devia, de acordo com a qualidade do terreno, produzir um café de qualidade inferior.

<sup>73</sup> A mudança na localidade em que ele aparece como fazendeiro é explicado pela elevação do curato do Bananal à freguesia em 1851, onde partes das terras da freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foram absorvidas por Nossa Senhora da Conceição do Bananal nesta divisão administrativa.

<sup>74</sup>Idem, 1875, p. 143

Acreditamos que no início dos anos 1850 os gêneros alimentícios eram plantados, principalmente, para o consumo próprio, e por isso não tendo repercussão econômica para constar nas listas do *Almanak Laemmert*. Já partir dos anos 1870 essa produção é expandida para além da produção de subsistência das fazendas e ganha o mercado interno, sendo necessária a variação da categoria do *Almanak Laemmert* que aparentemente tentava dar conta desta diversificação na produção agrícola local.

Já nos anos 1880 Antonio Alves de Oliveira Lima <sup>75</sup> aparece em duas categorias, a primeira é a mesma que apareceu durante a amostragem anterior na freguesia do Bananal como “Fazendeiro de café e outros mantimentos” e agora também aparece uma nova categoria “Lavradores de café e cereais” na freguesia da vila de São Francisco Xavier, e em 1885, último ano de amostragem, ele aparece somente na categoria “Lavradores de café e cereais” na freguesia da vila de São Francisco Xavier. Este é um dado revelador, pois se estamos tentando perceber algum tipo de crise pela qual passou a região, percebemos o ano de 1875 como um marco do declínio da principal produção agrícola de Itaguaí.

Ter Antonio Alves de Oliveira Lima mudando de categoria justamente na década de 1870 e no último ano de amostragem, 1885, demonstra uma mudança no perfil do que era plantado em Itaguaí. Sua fazenda em Bananal não aparece mais listada em 1885, constando apenas sua plantação de café na freguesia da vila, <sup>76</sup> é possível observar que durante a segunda metade do século XIX Antonio Alves de Oliveira Lima surge nas listas como “Fazendeiros de café” e termina como “lavradores de café e cereais”.

Este processo de mudança de status de fazendeiro para lavrador ocorre nas três freguesias de Itaguaí. Podemos citar o caso de Antonio Dias Pavão Araujo, vereador, 2º substituto do juiz municipal e moço fidalgo da Casa Imperial. Ele surge na amostragem apenas em 1865 como “fazendeiro de café” <sup>77</sup> na freguesia da vila de São Francisco Xavier, repetindo a categoria em 1870, ano em que tivemos o maior número de propriedades dedicadas ao café listado em todo o município. Mas, em 1875 ele é classificado como “lavradores de café e cereais”, sendo listado pela última vez na mesma categoria de lavradores em 1880, mas não constando na amostragem de 1885.

---

<sup>75</sup> Ibidem, 1880, p. 128, 129.

<sup>76</sup> Idem, 1885, p. 954.

<sup>77</sup> Ibidem. 1865, p. 222; 1870, p. 189 ; 1875, p. 142 ; 1880, p. 128.

O ano de 1885 foi aquele em que a quantidade total de fazendeiros e lavradores diminuiu, mesmo havendo aumento no número de propriedades sem especificação da sua produção. Poderíamos supor que Itaguaí entrou em um período muito difícil economicamente, o que provocou o fim de muitas plantações, o que explicaria o fato de Antonio Dias Pavão Araújo não aparecer na listagem de 1885.

Nas páginas do *Almanak Laemmert*, para o ano 1885, existe uma descrição do município, que reforça nossa hipótese de empobrecimento em Itaguaí durante a crise da mão de obra escrava.

Este município é de excellentes terras que se prestão a qualquer cultura, porem, a falta de braços o faz extremamente decadente, e proxicamente ficará sem via de comunicação para a corte, porque de dia para dia se danifica consideravelmente o aterrado que daqui vai para Santa Cruz.<sup>78</sup>

As considerações sobre as condições em que se encontrava Itaguaí são feitas apenas quatro anos antes do falecimento de Francisco Antonio Soares da Silva<sup>79</sup>, e deixavam claro que o município passava por uma crise, provavelmente iniciada com o progressivo encarecimento da mão de obra escrava. Manoel Batista do Prado Junior, ao estudar a localidade de Mangaratiba afirmou que, com o avançar do século XIX, houve um aumento da concentração da mão de obra escrava, e uma concentração também fundiária. Em Mangaratiba a crise desta mão de obra vai atingir primeiro os pequenos e médios proprietários.<sup>80</sup>

Os pequenos lavradores acabavam vendendo seus escravos e, por vezes, suas terras, para os maiores proprietários. Manoel Batista do Prado Junior afirmou ainda que foi possível

---

<sup>78</sup> Idem, 1885. p. 943. (Para facilitar a busca deste trecho, basta ir para a pag. 3018, a numeração 943 refere-se apenas a parte das províncias que estão dentro da numeração principal).

<sup>79</sup> Museu do Tribunal de Justiça. Francisco Antonio Soares da Silva. Inventário *post mortem*, 1927. Seu falecimento ocorre em 1889, quatro anos depois da descrição de decadência presente no *Almanak Laemmert*. Se compararmos com os inventários dos seus pais das décadas de 1850 e 1860, percebemos que *monte mor* daquele período é muito maior do que o monte mor apresentado no inventário de 1889.

<sup>80</sup> PRADO JUNIOR, Manoel, 2011, p. 50-70.

perceber os grandes proprietários, já nas últimas décadas do XIX, sendo também diretamente afetados pela crise, e sem ter como renovar o plantel devido à lei de 1871.<sup>81</sup>

Dos inventários analisados até o momento para Itaguaí na década de 1850, o que podemos constatar é que, em muitos casos, o maior bem daqueles fazendeiros e lavradores era justamente a mão de obra escrava. Nos autos dos inventários, os escravos aparecem com valor total chegando, em alguns casos, ao dobro do montante referente às plantações de café. Para entender esse impacto, recorreremos inicialmente aos dados publicados no *Almanak Laemmert* começamos a compreender a distribuição das propriedades em Itaguaí por tipo de cultura, entre os anos 1850 e 1885.<sup>82</sup>

Em 1850, 88% do total de propriedades listadas no *Almanak Laemmert* se dedicavam ao café. Já os que plantavam cana correspondiam a 12% do total. Já em 1855, o número de fazendeiros e lavradores de café sobe para 96%, enquanto o número de fazendeiros dedicados à cana e/ou açúcar representam aproximadamente 4%. O intervalo 1860 – 1865 é o primeiro ano em que não há crescimento no número de fazendeiros de café em Itaguaí, cai de 226 para 201.

Jonh Shulz, em *A crise financeira da abolição*, realiza uma análise das crises que afetaram o café no Brasil, o autor afirma que o ano de 1864 foi muito difícil para os fazendeiros de café do Vale do Paraíba, as terras perderam fertilidade, a produção estagnou, uma praga atingiu os cafezais e o preço no mercado internacional caiu devido a guerra civil americana, e como o interior do Rio dependia do café o dinheiro se tornou cada vez mais escasso.<sup>83</sup>

O último ano em que conseguimos informações sobre as propriedades do município de Itaguaí foi 1885. Notamos que não só os que se dedicam ao café têm seu número total reduzido, mas os que se dedicam à cana também. Há uma redução em todas as categorias, demonstrando que houve uma diminuição de fazendeiros e lavradores no município de Itaguaí entre os anos de 1870 e 1885 envolvidos com os dois tipos de plantio. Ao passo que surgem uma grande quantidade de agricultores que não tem especificado o tipo de cultura praticada.

Quando observamos o gráfico a seguir, que demonstra a evolução dos fazendeiros de café e cana em todo o período da amostragem, conseguimos ter uma visão mais clara do que

---

<sup>81</sup> Idem, p. 25.

<sup>82</sup> Idem, p. 26.

<sup>83</sup> SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. (1875 – 1901). São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

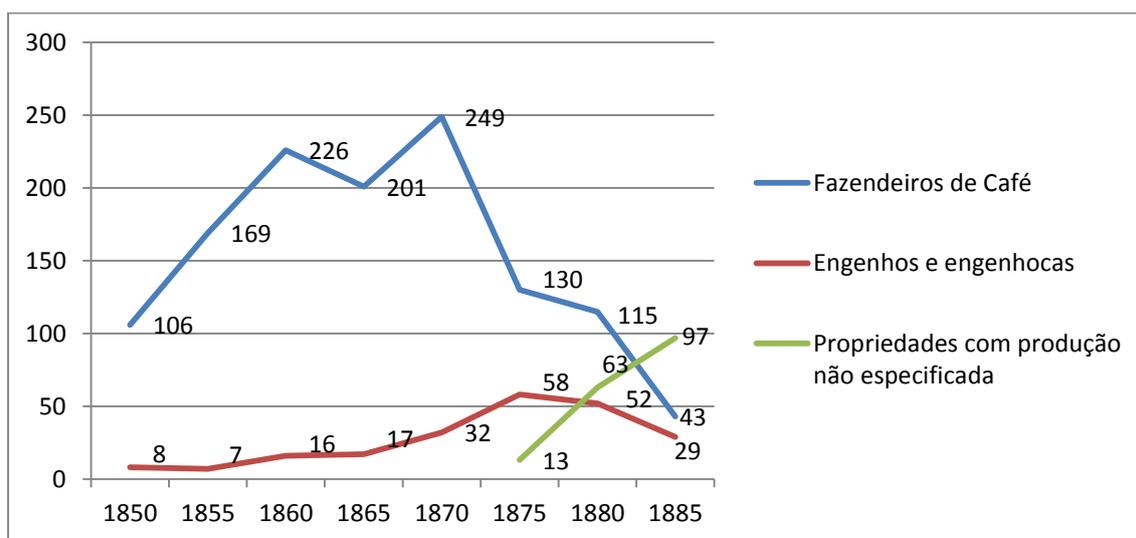
estamos dizendo. Entre os anos de 1850 e 1855 observamos um aumento na quantidade de fazendeiros e lavradores de café, de 106 para 169. Ao longo dos anos 1855 e 1860, mais um aumento, de 169 para 226. Há uma redução em 1865, passando para 201, mas se recuperando em 1870, tendo seu maior valor de toda a amostragem. A partir deste ponto há uma progressiva diminuição, sem recuperação chegando ao resultado mais baixo em 1885.

A partir de 1875 os fazendeiros de café ao serem listados no *Almanak Laemmert* começam a ter seu cultivo associado a outros. De um total de 130 propriedades que se dedicavam ao café, 108 aparecem como “fazendeiros de café e cereais”, ou “fazendeiros de café e outros mantimentos” e apenas 22 estão na categoria “fazendeiros de café”. Já nos anos de 1880 e 1885 todos os fazendeiros de café são listados em categorias que associavam o café à cereais ou outros mantimentos sem especificar quais seriam.

Os engenhos e engenhocas do município têm seu somatório mais baixo em 1855, mas, nas amostragens seguintes, conseguem dobrar em número de fazendeiros e lavradores dedicados a cana e seus derivados, chegando ao seu máximo, e em 1875, com 58 propriedades. Mas, a partir de 1880 tem uma diminuição em seis propriedades, acompanhando a queda do café.

**Gráfico 1**

**Número total de propriedades por tipo de plantação - (1850 a 1885)**



Fonte: *Almanak Laemmert*: Número total de engenhos, engenhocas e fazendas de café em Itaguaí (1850 – 1885). 84

<sup>84</sup> Linha “Engenhos e engenhocas”: No *Almanak Laemmert* em 1855 são 5 engenhos de açúcar e apenas 1 de aguardente. Em 1860 e 1865 temos apenas 1 engenho de açúcar e 2 de aguardente. Em 1870 são 2 engenhos de açúcar e 2 engenhos de cana. Nos anos de 1875 e 1880 não há mais especificação, temos apenas a categoria

Percebemos através dos inventários *post mortem* analisados que nos anos de 1850 os engenhos e engenhocas estavam voltados principalmente para a produção de açúcar. Mas ao longo dos anos de amostragem, o aumento do plantio da cana se volta em sua maior parte para a produção de aguardente.

O *Almanak Laemmert* nos foi útil até aqui. Mas precisávamos de mais dados sobre a mudança no perfil do que era plantado em Itaguaí e que nos convencessem do resultado até aqui encontrado, haja vista a forma como esta fonte era produzida, explicado no início do texto. Foi aí que passamos a analisar outra fonte, que poderia nos ajudar caso cruzássemos as informações. O *Registro Paroquial de Terras* revela um período anterior, a década de 1850, mas aponta caminhos ainda pouco conhecidos para a região. Vamos a ele.

Buscando uma melhor compreensão sobre quem eram esses fazendeiros e lavradores, fomos à busca dos *Registros Paroquiais de Terras* das três freguesias de Itaguaí para tentarmos compreender melhor como estavam distribuídas as terras do município, em 1854. Comecei o levantamento pelo *Registro Paroquial de Terras da Freguesia* de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Assim, entre os 114 declarantes, mais de 100 tinham algo em comum, todos eram foreiros da Fazenda Imperial de Santa Cruz.<sup>85</sup>

A grande questão que se colocou durante o levantamento dos registros paroquiais de terras foi compreender as dimensões dos foros das freguesias de Itaguaí. A primeira freguesia analisada foi a do Bananal e de início já encontramos a necessidade de compreender qual o tamanho exato de um prazo foreiro à Fazenda Imperial de Santa Cruz. No livro *Engenhocas da Moral*, Manoela Pedroza nos apresenta um glossário com informações sobre as unidades de medidas utilizadas pelos fazendeiros para calcular a dimensão de suas terras no século XIX, isso nos possibilitava realizar as conversões necessárias para fazer uma análise que buscava verificar a distribuição das terras locais, e para isso era necessário converter os prazos e as braças em hectares.<sup>86</sup>

O termo prazo foi amplamente utilizado pelos declarantes durante os registros de terra em Bananal. Normalmente quando um indivíduo queria se referir a uma propriedade de grande porte, chamava-a de prazo, que correspondia a 16 alqueires, sendo a dimensão

---

“Engenhos e engenhocas do município.” E no último ano de amostragem o título da categoria passa para “Engenhos. Por essas variações no título das listas optamos por representar no gráfico uma única linha.

<sup>85</sup> A.P.E.R.J. – *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Livro 38, 1854-56.

<sup>86</sup> PEDROZA, 2011, p. 268-71.

utilizada neste trabalho no início do levantamento. Mas, como poderiam aqueles fazendeiros e agricultores, muitos com pequenas extensões de terras, possuir prazos tão extensos? A resposta apareceu durante o levantamento dos *Registros Paroquiais de Terras* da freguesia de São Francisco Xavier.<sup>87</sup> Naquela freguesia, vários declarantes informavam não só quantos prazos possuíam, mas especificavam a dimensão exata em braças quadradas. Assim, vários declarantes afirmavam possuir um prazo e, especificava que a sua extensão correspondia a 400 braças quadradas.<sup>88</sup>

Desta forma, descobrimos que a dimensão de um prazo foreiro à Fazenda Imperial de Santa Cruz em Itaguaí podia ser, em muitos casos, muito inferior ao conceito de prazo que nos vêm à cabeça quando nos deparamos com o termo utilizado para designar as terras de algum fazendeiro. Encontramos outros declarantes informando possuir, por exemplo, 1/2 prazo de terras, correspondendo a 200 braças quadradas, e ainda outros que, declaravam ter dois prazos de terras que correspondiam a 800 braças quadradas. Esses exemplos e suas variações só reforçavam nossa compreensão sobre esta especificidade presente nos foros da Fazenda Imperial de Santa Cruz em Itaguaí.

Entre as várias declarações que encontramos de prazos em que era especificada a quantidade de 400 braças quadradas, podemos citar como exemplo o da viúva Joaquina Maria. Ela, aos dezessete dias do mês de fevereiro, de mil oito centos e cinquenta e seis, declara ser possuidora de “um prazo de terras de 400 braças em quadra, no lugar denominado Zabumba, foreiras à fazenda Imperial de Santa Cruz, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal”<sup>89</sup>

Por outro lado não poderíamos definir todos os prazos declarados como tendo apenas 400 braças quadradas. Assim, nos deparamos com outras declarações onde o prazo continha milhares de braças, como a que encontramos na declaração de Francisco Joaquim de Freitas Guimarães que informa possuir um prazo com 6 mil braças superficiais quadradas.<sup>90</sup> A partir desta constatação trabalhamos com a seguinte hipótese: Quando o prazo não tinha sua dimensão especificada em braças quadradas, ele era de grandes dimensões, e

---

<sup>87</sup> A.P.E.R.J. – *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia de São Francisco Xavier. Livro 39, 1854-57.

<sup>88</sup> Para se ter uma noção da dimensão desses prazos que eram definidos em 400 braças quadradas, eles correspondiam em hectares a 0,19 de 1 (ha) de 1.936m<sup>2</sup>

<sup>89</sup> APERJ – Registro paroquial de Terras – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, Itaguaí. Livro 38, Fl. 10

<sup>90</sup> APERJ – Registro paroquial de Terras – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, Itaguaí. Livro 38, Fl. 23v.

consequentemente, se enquadraria na categoria de um prazo da Fazenda Imperial de Santa Cruz de 16 alqueires. Mas, quando o prazo declarado fugia a este “padrão”, ele necessitava de um detalhamento de sua dimensão, por isso encontramos as especificações em braças quadradas.

Tentamos ao máximo validar os dados com uma leitura extremamente minuciosa, aliado ao cruzamento com o *Almanak Laemmert*, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* e os *Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro*, utilizando sempre os nomes dos declarantes como fio condutor da pesquisa, tentando reunir todos os lugares em que eles eram citados e em que contexto para construirmos seus perfis.

Para que o leitor compreenda melhor essas variações contidas nos *Registros Paroquiais de Terras*, optamos por realizar a conversão dos prazos que apareciam em alqueires ou em das braças quadradas, para hectares, medida utilizada atualmente, buscamos assim, facilitar a compreensão do leitor com a padronização da unidade usada para dimensionar as unidades produtivas em uma única medida. Por isso, as tabelas que serão mostradas nas próximas páginas apresentam seus dados em hectares.<sup>91</sup>

Isso nos fez perceber que um prazo podia ter dimensões bastante variadas, inclusive chegando a sua menor extensão explicitada em 400 braças quadradas declaradas por vários lavradores durante os *Registros Paroquiais de Terras*, principalmente na Freguesia de São Francisco Xavier. Uma provável explicação para isto é o fato desta freguesia ser mais urbanizada, localizada mais ao sul, próxima ao mar, onde hoje está a cidade de Itaguaí, em comparação com as outras duas freguesias mais para o interior, chegando até o pé da serra em Vassouras. Desta forma, seus foros podiam compreender pequenos logradouros urbanos e não os gigantescos prazos rurais. Esta opção se fez necessária para que pudéssemos distribuir os fazendeiros por faixa delimitada, por quantidade de hectares extraídos, por conversão a partir das braças calculadas de acordo com a quantidade de prazos de forma mais minuciosa.

Por outro lado, encontramos também algumas declarações de foreiros em que as dimensões eram surpreendentes, se comparadas aos prazos de 400 braças que muitos

---

<sup>91</sup> O Alqueire fluminense era calculado em 27.225 m<sup>2</sup>, a braça quadrada valia 4,84 m<sup>2</sup>, e um hectare corresponde hoje a 10.000 m<sup>2</sup>. Com essas informações foi possível realizar as conversões dos prazos em alqueires e das braças quadradas em hectares. Cf. PEDROZA, 2011. p. 270.

declaravam.<sup>92</sup> Mas, este novo elemento não afetou nosso argumento inicial, já que essas imensas propriedades foreiras não eram descritas como prazos, mas suas declarações especificavam a dimensão em uma quantidade de braças muito maior que a comum, tornando precisa sua extensão. Por isso, percebemos que quando se tratavam de foros muito grandes, geralmente não eram descritos como prazos, mas somente em braças quadradas. Por outro lado, não raro, nos casos em que eram declaradas como prazos, podiam especificar em braças quadradas, ou não. Portanto, sabíamos que a análise seria trabalhosa e que demandaria extrema atenção e cuidado.

Não é possível afirmar se havia por parte da Fazenda Imperial de Santa Cruz tamanhos definidos para o aforamento das terras, ou se essa ocupação era previamente demarcada, ou se essa demarcação era realizada *a posteriori*. Esta segunda opção parece mais próxima da realidade dada a multiplicidade encontrada nas descrições dos prazos e suas parcelas. Por outro lado, temos foreiros que vendiam seu domínio útil a outros, além dos arrendamentos, que acabavam fragmentando o prazo inicial. Portanto, perceber se havia algum padrão nos tamanhos dos foros não foi uma das tarefas mais fáceis.

Além das terras foreiras, das terras próprias, ainda encontramos terras declaradas como terras indígenas na freguesia de São Francisco Xavier. As terras próprias eram desmembramentos do Engenho de Itaguaí, ou de outra grande fazenda da região, já as terras indígenas, eram doações realizadas, segundo o que está descrito nos registros, por D. Joao VI aos índios aldeados antes da fundação da Vila de Itaguaí.<sup>93</sup>

Os registros atribuídos a indígenas eram realizados por alguém que representava o índio possuidor das terras que seriam declaradas, já que em todas as declarações, se justifica esta situação pelo analfabetismo dos índios declarantes.<sup>94</sup> Temos pouco mais de 25

---

<sup>92</sup> Manoel Francisco de Oliveira declara ter, por exemplo, oitocentos e vinte quatro mil cento e vinte nove braças superficiais quadradas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Fonte: APERJ – Registro Paroquial de Terras – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Livro 38, Fl. 14v.

<sup>93</sup> A.P.E.R.J. *Registro Paroquial de Terras* - Freguesia da Vila de São Francisco Xavier. Declarante: João Alves da Silva, declaração n° 92, Fl. 28v.

<sup>94</sup> Os índios ainda se colocavam na situação de índios aldeados, ao menos na voz do declarante autorizado a representá-los, lugar social que não mais existia, já que o aldeamento indígena se findou no momento em que a vila foi fundada. Índio aldeado era o termo que determinava aqueles que estavam sob o jugo do império, executavam trabalhos compulsórios em troca de terras e proteção, já que fora dos aldeamentos eram constantemente perseguidos, aprisionados em trabalhos escravos, torturados e mortos. Por isso, a opção de muitos pelos aldeamentos, onde mesmo em trabalhos forçados, sofrendo agressões, ainda os parecia um ambiente menos nocivo do que o ambiente externo. Ver Almeida, Maria Regina Celestino de, “A aldeia de Itaguaí: das origens à extinção (séculos XVII-XIX).” In. ENGEMANN, Carlos, (Org.) AMANTINO, Marcia. (Org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2013. p.43-44.

declarações que afirmavam ser apenas uma pequena porção de terras ou, “uma porção de terras em Matto (*sic.*) dos índios, terra dos índios”.<sup>95</sup>

Aos vinte e sete de Fevereiro de mil oito centos e cinquenta e seis me foram apresentados os exemplares contendo declarações das terras situadas no lugar denominada Matto dos Índios pertencentes a Manoel Jozé de Oliveira, as quais declarações são as seguintes: digo pertencentes a Maria Faustina de Santa Ritta, Índia aldeada nesta Freguesia de Sam Francisco Xavier de Itaguahy que sou Senhora e possuidora de uma porção de terras no lugar denominado Matto dos Índios, terras dos Índios.<sup>96</sup>

Percebemos que as terras de cada freguesia possuíam as suas especificidades quanto ao perfil dos declarantes. Enquanto a freguesia do Bananal possuía majoritariamente terras foreiras, na freguesia de São Francisco Xavier o número de foreiros era bem menor, e as terras podiam ser próprias, em alguns casos surgidos do desmembramento das terras que antes haviam pertencido ao Engenho de Itaguaí, e outra parte eram as declarações das terras que os índios possuíam a partir das doações imperiais. Vamos observar como ficou a distribuição fundiária destas três freguesias no município de Itaguaí por faixa em hectares, mais detalhadamente, observando as tabelas a seguir, produzidas com os dados extraídos da análise dos registros paroquiais de terras.

**Tabela 2**

<b>Concentração Fundiária da Freguesia de N.S. Da Conceição do Bananal</b>				
<b>Superfície (ha)</b>	<b>Declarantes</b>	<b>Declarantes %</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% Área</b>
1 a 50	83	72,8	1.602,1	27,8
51a 100	19	16,7	1.438,7	25,1
101 a 400	11	9,6	2.235,8	38,9
401 a 800	1	0,9	464,2	8,1
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100,0</b>	<b>5.740,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal – Itaguaí/RJ (1854-56).

<sup>95</sup> Idem. p.45-46

<sup>96</sup> A.P.E.R.J. *Registro Paroquial de Terras* - Freguesia da Vila de São Francisco Xavier. Declarante: Manoel José de Oliveira. Declaração nº 85, Fl. 27

**Tabela 3**

<b>Concentração Fundiária da Freguesia de S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lages</b>				
<b>Superfície (ha)</b>	<b>Declarantes</b>	<b>Declarantes %</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% Área</b>
1 a 50	54	60,0	934,6	8,9
51 a 100	15	16,7	1.131,5	10,8
101 a 400	16	17,8	3.841,3	36,3
401 a 800	3	3,3	1.971,1	18,6
801 a 1.400	2	2,2	2.700,0	25,8
<b>Totais</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>10.478,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia de S. Pedro e S. Paulo – Itaguaí/RJ (1855-57).

**Tabela 4**

<b>Concentração Fundiária da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier</b>				
<b>Superfície (ha)</b>	<b>Declarantes</b>	<b>Declarantes %</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% Área</b>
1 a 50	85	65,9	1.125,0	8,6
51 a 100	12	9,3	949,9	7,2
101 a 400	23	17,8	4.294,5	32,7
401 a 800	7	5,4	3.770,3	28,7
801 a 1700	2	1,6	2988,0	22,8
<b>Totais</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>	<b>13.127,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier – Itaguaí/RJ (1854-57).

Nossa primeira intenção foi perceber se a concentração fundiária dos maiores proprietários no município de Itaguaí era parecida com o padrão encontrado na região do Vale do Paraíba, onde as fazendas que tinham entre 400 e 800 (ha) eram consideradas de grandes proprietários. Portanto podemos pegar este parâmetro para perceber a dimensão dos fazendeiros em Itaguaí em comparação com outra região e entender se se tratavam de proprietários de pequeno, médio ou grande porte, ou seja, se um grande fazendeiro em Itaguaí podia ser, na verdade, em comparação com outros municípios, um pequeno, ou médio proprietário.<sup>97</sup>

<sup>97</sup> CASTRO, H., 2009. p 19

Se utilizarmos este padrão para analisarmos as tabelas com a distribuição fundiária por faixa em hectares, perceberemos que a maioria dos fazendeiros não pode ser definida como grandes proprietários. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal é a que apresenta a maior porcentagem de proprietários que não alcançam 400 hectares de terras, das 114 declarações apenas 1 tem sua declaração acima de 400 hectares. Hebe Mattos, ao analisar os *Registros Paroquiais de Terras* de Capivary encontra 151 propriedades com extensão menor do que 400 (ha) e apenas 27 ultrapassam os mesmos 400 (ha) que definem os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba.<sup>98</sup>

O que encontramos nos registros paroquiais de terras em Itaguaí era de uma realidade muito diferente da encontrada para o Vale do Paraíba. Podemos confirmar essa afirmação a partir dos declarantes que possuem até 50 hectares de terra. Em Nossa Senhora da Conceição do Bananal, 83 dos 114 declarantes compunham 72,8% de todas as declarações, mas possuíam apenas 27,8% de toda a área declarada.<sup>99</sup> No caso do Vale do Paraíba “15% dos proprietários chegam a deter mais de 67% das terras, enquanto que 58% dos proprietários só possuem 8,2% da superfície registrada.”<sup>100</sup>

Passemos agora a analisar a distribuição das terras nas outras duas freguesias que pertenciam a Itaguaí. Começemos pelos declarantes que acumulam a menor quantidade de terras. Na freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages temos 54 declarantes ou 60,0% do total que possuem apenas 8,9% de toda a área declarada. Já na freguesia da Vila de São Francisco Xavier temos 85 declarantes, ou 65,9 do total, que possuem apenas 8,6% de toda a área declarada. Essas declarações estão na faixa mais baixa, a dos declarantes que possuem até 50 hectares. Portanto, nas duas freguesias, mais da metade das declarações são de foreiros com pequenas parcelas de terras.

Quando olhamos o outro extremo que representa os declarantes com a maior extensão de terras declaradas, temos na freguesia da vila de São Francisco Xavier dois declarantes que possuem juntos 22,8 de toda área declarada, sendo que proporcionalmente aos 129 declarantes eles representam apenas 1,6%. O mesmo caso se repete na freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages onde dois declarantes, ou 2,2% do total, possuem juntos 25,8% de toda a área declarada.

---

<sup>98</sup> Ibidem, p. 19

<sup>99</sup> A.P.E.R.J. *Registro Paroquial de Terras* - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, livro 38. 1854-1857. APERJ

<sup>100</sup> FRAGOSO, 2013, p. 66,68.

Não podemos afirmar a exatidão dos dados extraídos nos registros paroquiais de terras. Já que nem todos os fazendeiros e lavradores foram até o pároco de sua freguesia registrar suas terras, o que não invalida a percepção geral trazida por essas declarações. Percebemos a existência de concentração fundiária, pois é possível perceber muitos declarantes registrando pequenas propriedades e alguns registrando imensas extensões de terras comparativamente. É possível verificar que a faixa com superfície entre 101 à 400 (ha) é a que mais ocupa terras. Mas, é importante lembrar o nível de concentração fundiária de Itaguaí é menor que o encontrado em outros municípios da região fluminense.

Sobre a adesão ou não dos fazendeiros aos *Registros Paroquiais de Terras*, já que nem todos os fazendeiros e lavradores declararam suas terras, em qual proporção se ausentaram em relação aos que registraram suas terras? E o que os levaria a decidir não registrar suas terras, o que estaria por trás disso? Vamos tentar responder a esta questão a partir do cruzamento do registro paroquial de terras com o *Almanak Laemmert*.

Usamos o ano de 1855 como referência, exatamente um daqueles em que os registros de terras estavam ocorrendo (1854-57) para verificar com a listagem do *Almanak Laemmert* e descobrimos que dos 175 fazendeiros e Lavradores que foram listados naquele anuário, apenas 86 declararam suas terras, isso representa em porcentagem 49,14%. Se abrirmos este dado pelas três freguesias, temos a seguinte configuração:

**Tabela 5**

**Total de fazendeiros listados no *Almanak Laemmert* que declararam suas terras**

Freguesia	Listados no <i>Almanak Laemmert</i>	Registraram suas terras	%
<b>S. Pedro e S. Paulo</b>	32	20	62,5
<b>Bananal</b>	72	45	62,5
<b>S. Francisco Xavier</b>	71	21	29,9
<b>Total</b>	175	86	49,1

Fonte: *Almanak Laemmert* (1855) e *Registro Paroquial de Terras* – Itaguaí. (1854-57).

Portanto, apenas 49,14% de todos os 175 fazendeiros e lavradores que estão listados no *Almanak Laemmert* em 1855 declararam suas terras. Itaguaí parece não representar uma

exceção. Em Paraíba do Sul, 40% dos fazendeiros que aparecem listados no *Almanak Laemmert* não aparecem nos *Registros Paroquiais de Terras*.<sup>101</sup> Qual a razão para esta adesão aparentemente tão baixa ao decreto de 1854?

Márcia Maria Mendes Motta afirma que alguns fazendeiros podiam realizar suas declarações sentindo que era uma forma de garantir seu domínio sobre a terra em alguma localidade que estivesse passando por conflitos e ameaçado por invasores. Se o seu domínio estivesse sendo contestado, esta também se tornava uma razão para decidir pela declaração. Por outro lado, declarar significava também limitar e isso muitos não queriam.<sup>102</sup>

Um dos problemas dos *Registros Paroquiais de Terras* era o fato de o declarante não informar a forma que adquiriu as terras. No caso de Paraíba do Sul, citado por Márcia Maria Mendes Motta, 80% não informou de que forma teriam adquirido suas terras.<sup>103</sup> Mas para Itaguaí temos um cenário diferente, pelo menos no que se refere à forma de aquisição da terra. Para termos uma ideia, só na freguesia do Bananal, dos 114 declarantes, apenas dois não informam em suas declarações se suas terras eram foreiras ou não à Fazenda Imperial de Santa Cruz. Já nas Freguesias de São Francisco Xavier e São Pedro e São Paulo, encontramos uma composição mais diversificada. As terras podiam ser próprias, foreiras à fazenda Imperial de Santa Cruz ou declaradas como Terras dos Índios.

Foi possível observar nos *Registros Paroquiais de Terras* a relação do declarante com os seus confrontantes. Assim, a legitimação desses era determinada também pelo reconhecimento dos seus confrontantes. Por isso, declarar era o primeiro passo, sendo importante que os confrontantes também aderissem aos registros de suas declarações e principalmente, que o reconhecessem como tal.<sup>104</sup> Por essas razões sabemos que as imprecisões quanto às declarações eram de ordens diversas.

Para alguns fazendeiros e lavradores, talvez tivesse sido mais fácil registrar sua terra, vê-la reconhecida pelos seus confrontantes... Para eles, o registro seria o primeiro passo para a regularização de sua propriedade... Para

---

<sup>101</sup> MOTTA, 1998, p. 168.

<sup>102</sup> Idem, p. 169.

<sup>103</sup> Idem, p. 169.

<sup>104</sup> MOTTA, 1998, p. 170-71.

outros, o registro representava uma ameaça, uma possibilidade real de contestação, por outrem, dos limites de sua terra.<sup>105</sup>

A Lei de Terras foi regulamentada pelo Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854.<sup>106</sup> Segundo Motta, os “Registros Paroquiais de terras não são um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática.”<sup>107</sup> Uma das críticas à fonte é a imprecisão das declarações, esta imprecisão podia ocultar razões do próprio declarante que optava em não declarar as dimensões exatas de sua propriedade, ou ele simplesmente podia desconhecer as medidas exatas, não é possível precisar o motivo.<sup>108</sup>

Não é possível afirmar se todos os proprietários de terras declararam suas terras, por isso confrontamos com o *Almanak Laemmert* para ver quem aparecia como fazendeiro naquela fonte e não constava nas declarações de terras dos *Registros Paroquiais de Terras* e, no próximo capítulo cruzaremos também com os inventários de Itaguaí para o período, pois ali podemos encontrar proprietários de terras que podem aparecer no *Almanak Laemmert* e nos registros paroquiais de terras, ou em apenas uma das duas fontes.

Sobre as imprecisões nas declarações acredito que em Itaguaí, principalmente na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, escolhida para análise mais detalhada nos próximos capítulos, podemos encontrar maior proximidade com a realidade, por esta freguesia constituir de terras foreiras à fazenda Imperial de Santa Cruz, portanto podemos supor que distorções entre as reais terras do declarante e sua declaração tendem a ser, pelo menos, minimizadas.

Antonio Soares da Silva declara em doze de setembro de 1855 possuir quatro prazos de terras foreiros à Fazenda Imperial de Santa Cruz no lugar denominado Lagoinha, próximos às margens do rio Guandu.<sup>109</sup> Ao confrontarmos com seu inventário realizado em 1857, apenas dois anos depois de sua declaração nos Registros Paroquiais de Terras em Bananal verificamos os mesmos quatro prazos constando no monte *mor*.<sup>110</sup>

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 178

<sup>106</sup> Idem p. 160

<sup>107</sup> Idem. p. 167

<sup>108</sup> Idem. p. 168

<sup>109</sup> A.P.E.R.J. *Registro Paroquial de Terras* - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Livro 38, Fl. 1, Reg.: 1

<sup>110</sup> MTJRJ - Comarca de Itaguaí, *Inventário Post mortem* - Antonio Soares da Silva, 1857.

Desta forma, acreditamos que apesar de toda a imprecisão presente neste tipo de documento, por serem terras foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz, seus foreiros, não utilizaram as declarações como forma de legitimação de terras que não possuíam, com o objetivo de ampliar suas posses.

A presença da Fazenda Imperial de Santa Cruz deve ter reduzido esta prática, já que o valor do foro pago era estabelecido por variantes que incluíam a dimensão de suas terras. Portanto, declarar mais terras do que realmente tinha podia gerar problemas com a própria Fazenda de Santa Cruz. Sabemos também, ao analisar brevemente os documentos de pagamento de foro da própria fazenda de Santa Cruz, que alguns foreiros ficavam dez, vinte anos sem pagar o foro, isso foi percebido naqueles documentos, pois era possível perceber pagamentos de grandes quantias para foros que tinham menor valor, representando assim, se tratarem de pagamentos acumulados.<sup>111</sup>

### 1.3 Conclusão

Ao analisar as listas publicadas pelo *Almanak Laemmert* com nomes dos fazendeiros e lavradores de Itaguaí podemos verificar que ao longo da segunda metade do século a mudança no título dessas listas estava relacionada à necessidade de se adequar a produção de cada propriedade a título da lista. Assim, se no início percebemos predominantemente fazendas dedicadas ao café. Ao passar das décadas vimos o aumento das que se dedicam a produção da aguardente. Outro elemento que podemos verificar foi o fato das listas passarem a incluir à produção principal a presença de “cereais” e “mantimentos”, o que nos sugere que nas últimas décadas do século XIX havia uma maior diversificação no que era produzido naquelas fazendas.

Em Itaguaí as terras eram majoritariamente foreiras à fazenda Imperial de Santa Cruz, esta especificidade determina um perfil diferenciado nas declarações realizadas nos Registros Paroquiais de Terras. Acreditamos que essas declarações seriam mais fiéis ao que cada

---

<sup>111</sup> Tive contato com esses documentos através do LEHS da UFRJ, coordenado pela professora Manoela Pedroza que juntamente com os alunos que integram aquele grupo de pesquisa, me auxiliaram na tentativa de encontrar os nomes dos proprietários que declararam terras em Bananal, também presentes na lista de pagamentos de foros da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Meu objetivo era confrontar a quantidade de terras declarada nos registros paroquiais de terras com o que constava nos documentos da Fazenda Imperial de Santa Cruz, mas infelizmente, em muitos casos encontramos apenas o valor do foro sem especificar exatamente a quantidade de terras. Mas foi possível perceber que o valor do foro era determinado não só pelo tamanho das terras, mas por variantes que incluíam a localidade e qualidade das terras.

declarante possuía. Em várias localidades, como vimos, os Registros de Terras foram usados como uma forma de legitimação das terras que se pretendiam ter e, não somente para declarar as terras que efetivamente possuíam. Por isso, acreditamos que se as terras de Itaguaí estavam medidas e demarcadas pela Fazenda Imperial de Santa Cruz, declarar mais terras do que se tinha nos registros da fazenda poderia gerar problemas para o declarante, como por exemplo o aumento do valor do foro a ser pago por ele.

No próximo capítulo veremos que a concentração fundiária que verificamos neste capítulo através da análise das declarações dos Registros Paroquiais de Terras é menor que em outras localidades da região fluminense. Acreditamos que a condição de proprietários foreiros seja o elemento que determina esta especificidade.

Vamos seguir nosso estudo, no próximo capítulo, analisando mais detalhadamente a freguesia do Bananal e a composição daquelas propriedades. Vamos verificar a estrutura das fazendas e situações da região através do estudo dos inventários daqueles proprietários.

## CAPÍTULO II

### 2.1 Introdução

No primeiro capítulo analisamos a distribuição fundiária do município de Itaguaí, por freguesias, através das declarações realizadas por fazendeiros e lavradores nos *Registros Paroquiais de Terras*. Destacamos as limitações deste tipo de fonte já observadas por outros autores e cruzamos os dados analisados com as listagens publicadas anualmente pelo *Almanak Laemmert*, dos indivíduos que cultivavam, principalmente, o café e a cana.

Assim, o ponto de partida deste capítulo será justamente os dados colhidos a partir do que foi declarado nesses registros pelos lavradores e fazendeiros da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. As declarações ocorreram entre os anos de 1854 e 1857 e nos revelam características que aproximam a freguesia do Bananal de outras freguesias fluminenses, quando observamos a distribuição fundiária. Por outro lado, sua maior especificidade está no caráter de aforamento de suas propriedades.

Os *Registros Paroquiais de Terras* nos dão importantes informações sobre esses foreiros, como o nome do declarante, a localidade onde ficava a propriedade, sua dimensão, que em muitos casos não era clara, e os seus confrontantes, ou seja, seus vizinhos, informação que em alguns casos não era explicitada. Com esses nomes “nas mãos” recorreremos aos processos disponibilizados pelo Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e encontramos vários inventários em que os declarantes apareciam citados como uma das partes. Estamos nos referindo especificamente aos inventários *post mortem*. Assim, mesmo quando não eram os próprios inventariados, utilizamos também os processos que os foreiros apareciam como inventariantes, tomando o cuidado de verificar qual relação tinham com o falecido.

Desta forma, pudemos verificar que em alguns casos os declarantes apareciam neste tipo de processo como esposo inventariante do cônjuge falecido, relação que nos era interessante, pois permitiria saber informações sobre os seus bens, mesmo ele não tendo falecido. Em outros casos apareciam como inventariante do pai, da mãe. Mas a maior parte dos foreiros aparecia como inventariados, com suas esposas, filhos, irmãos, responsáveis pela abertura e prosseguimento do processo.

Os inventários *post mortem* são bastante confiáveis e pormenorizados em informações sobre os foreiros da freguesia do Bananal, se nós compararmos com as informações que encontramos no *Almanak Laemmert* e nos *Registros Paroquiais de Terras*. A principal razão para acreditarmos nesta afirmação está na origem da feitura de um inventário. Se a partilha é razão fundamental para que seja feito o levantamento dos bens do falecido, seus herdeiros eram os mais interessados nesta divisão dos bens, a herança. Tratavam de estar atentos ao prosseguimento do processo, cuidando para não serem lesados e reclamando sempre que preciso em declarações presentes nos processos.

Portanto, a probabilidade deste tipo de fonte expressar algo bastante próximo da realidade é grande. Além do trabalho do historiador que é justamente coletar, analisar, e principalmente, interpretar as informações ali presentes, que em muitos casos dizem mais através do que está nas entrelinhas. Afinal, o olhar de agora, distanciado, se por um lado dificulta a compreensão que aqueles indivíduos do passado faziam do seu próprio mundo, por outro, nos ajuda a compreender questões que quem estava vivendo, imerso em sua realidade, não era capaz de perceber.

Temos o objetivo de analisar a situação das propriedades que tinham suas terras na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal ao longo da segunda metade do século XIX, utilizando os inventários *post mortem* que conseguimos encontrar a partir dos nomes dos foreiros que declararam suas terras nos *Registros Paroquiais de Terras* daquela freguesia. Acreditamos que desta maneira iremos nos aprofundar na análise daquelas unidades produtivas e sua estrutura que tínhamos visto através de outras fontes mais superficiais.

Apesar disso, é importante frisar as limitações que encontramos em nossa análise. Em alguns períodos de amostragem a quantidade disponível de inventários, a partir dos critérios de nossa seleção, se tornou insuficiente para que pudéssemos realizar afirmações com mais segurança. Portanto, nestes casos optamos por realizar uma análise mais qualitativa sugerindo possibilidades de interpretação que aqueles dados nos traziam.

Outro ponto importante a ser destacado é que não faremos aqui um capítulo absolutamente quantitativo. Nossos inventários chegam ao número de 41, relacionados a 29 foreiros, por isso achamos mais prudente tratá-los com um olhar mais detalhado, do que realizarmos afirmações gerais de possíveis tendências que uma análise exclusivamente quantitativa traria. Por outro lado, vimos isso como um ganho para a pesquisa, mais

especificamente, para este capítulo, já que tentaremos destacar os indivíduos e as relações que estabeleciam com a terra, com suas propriedades.

Estamos querendo reforçar aqui o abandono do caráter genérico das listagens de onde saíam os nomes dos fazendeiros e lavradores do *Almanak Laemmert* para compreendermos a fundo a relação com a terra estabelecida por estes foreiros da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Tentaremos verificar qual o perfil econômico e social dos declarantes dos *Registros Paroquiais de Terras* através dos inventários selecionados.

Tentaremos perceber as condições sociais e econômicas vividas pelas unidades produtivas no momento do falecimento do seu proprietário ao longo da segunda metade do século XIX. Acreditamos que seja possível assim verificar a situação de uma propriedade, por exemplo, nos anos 1850, e compará-la com outra nos anos 1870 e perceber variações nos preços da sua produção, se houve mudança no perfil do que ali era plantado, se o valor da terra variou, se estavam mais ou menos endividados e o quanto essas possíveis alterações estavam ligadas a uma crise de mão de obra provocada pelo fim legal do tráfico negreiro internacional, a lei de terras e a migração dos cativos para outras localidades onde o café estava em seu apogeu e demandando mais mão de obra.

Tomamos o cuidado de comparar sempre os foreiros de acordo com o seu perfil produtivo. Desta forma, comparamos os pequenos com os pequenos, já que os efeitos do período sobre os foreiros variavam de acordo com o tamanho de suas propriedades. Portanto, o que tentaremos verificar é, por exemplo, se os pequenos lavradores do início da segunda metade do século XIX plantavam os mesmos gêneros em 1890, se suas dívidas aumentaram, se suas terras diminuíram? Se houve mudanças no tipo de cultura praticada em Bananal e as razões para a mudança no perfil do que era plantado por fazendeiros e lavradores. Por esta perspectiva o declínio do café foi decisivo para que as fazendas mudassem o seu perfil produtivo. Quais foram os outros fatores que podemos perceber neste processo e que conduziram o município a um possível grande abandono relatado em várias fontes de maneira superficial? E, principalmente, se este abandono generalizado realmente existiu.

A opção para a escolha da freguesia do Bananal se dá por duas razões: a primeira está ligada ao próprio surgimento da freguesia, por ela estar no caminho das rotas comerciais rumo a Minas Gerais e São Paulo e posteriormente ao uso do próprio rio Guandu para escoamento da produção destas localidades através da baía de Sepetiba, rumo ao Rio de Janeiro.

A segunda razão se dá pela vontade que tínhamos de analisar que tipo de impacto o fim do tráfico negreiro e a lei de terras provocou em uma localidade onde não só os *Registros Paroquiais de Terras*, mas também a Câmara Municipal, afirmava que as terras da freguesia do Bananal eram foreiras da Fazenda Imperial de Santa Cruz onde todos os lavradores e fazendeiros na freguesia do Bananal pagavam um foro anual que podia variar em valor de acordo com questões geográficas tornavam o solo melhor para um determinado tipo de cultura e ruim para outro.

Como já dissemos aqui, a principal fonte que usamos neste capítulo para compreender melhor como se comportaram as propriedades da freguesia do Bananal durante a segunda metade do século XIX, foram os Inventários *post mortem*. Gostaríamos de fazer algumas considerações sobre as razões que motivavam sua execução e sua estrutura interna.

## **2.2 Inventários *post mortem*.**

Pode ser interpretado como uma ação especial jurídica que tem o objetivo de realizar o levantamento de todos os bens do inventariado falecido com ou sem testamento. Temos na figura do inventariante a pessoa que está a frente deste processo, desde a abertura do inventário em um cartório local até a partilha dos bens, passando pelas declarações pertinentes, escolha dos avaliadores que terão a função de listar os bens do finado que estão em sua posse e também os que se encontram em posse de terceiros, mas que pertençam ao inventariado.

Os inventariados que se propõem a fazer um testamento, geralmente pouco tempo antes de sua morte, facilitam o trabalho da partilha pela explicitação de seus desejos finais expressos nas páginas do testamento, em muitos casos, quando há um testamento, ele é transcrito no início do inventário para que fiquem todos cientes de como se deve proceder durante a partilha. A presença de um testamento torna ainda mais rico o inventário, pois temos a chance de analisar as vontades do inventariado, o que demonstra sua visão de mundo e sua relação mais íntima com indivíduos do seu lastro social.

Os inventários nos dão uma exata noção da condição econômica do inventariado no momento de seu falecimento, pela presença de suas dívidas ativas e passivas. Desta forma podemos compreender se o mesmo se encontrava em uma situação de estabilidade financeira

ou imerso em dívidas que recairão sobre seus herdeiros. Pelo seu caráter massivo é possível não só recuperar uma personagem, mas sim várias. Diversas vidas de diferentes grupos sociais podem estar arroladas a um inventário de diferentes maneiras, sempre demonstrando o tipo de relação com o falecido

Já o seu caráter seriado, ou seja, aquele que esta fonte se repetir no tempo permite ver a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, *com as suas permanências e mudanças*. (grifo meu). O que seria uma fotografia, torna-se um filme. Um filme onde as personagens não se resumem no grande político ou empresário, mas onde aparece também o homem anônimo, o homem das ruas. Assim sendo, a totalidade de inventários *post mortem* de certo ano, em uma região, permite apreender a sociedade considerada com sua economia e diferenciações sociais de um dado momento. É como se tivéssemos uma fotografia daquela sociedade naquele ano. <sup>112</sup>

Podemos, ao cruzar suas séries, detectar as contradições e desgastes das estruturas, os padrões repetidos de comportamento e reação pelas quais as pessoas constroem um sistema. Esta fonte possibilita apreender a sociedade no tempo, no movimento de suas contradições. A relação dos inventários como sendo uma fonte meramente econômica, empobrece sobremaneira a sua utilização, quando na verdade, seu caráter é plural. Contendo informações que servem tanto para o campo da História Social, Econômica, Demográfica, Política e das Mentalidades. Podendo ser utilizado em pesquisas quantitativas e qualitativas. <sup>113</sup>

Data de falecimento, a localidade onde residia o finado e, ocasionalmente a sua profissão e mesmo a causa da morte. Além de informações sobre os herdeiros, como idade, sexo, se são casados. No caso de menores e incapazes, é nomeado um curador para acompanhar e responder em nomes deles. Além de informações sobre os seus bens como os “móveis”: utensílios domésticos, mobílias em geral, vestuários, joias, instrumentos de trabalho, etc. Os bens de raiz ou imóveis, como as casas, senzalas, galinheiros, chiqueiros, terras, etc. E ainda os bens semoventes ou bens que se movem. Animais e escravos. <sup>114</sup>

Nas declarações de ordens variadas e pedidos feitos pelos herdeiros ao juiz, requerendo uma determinada parcela de bens, encontramos diversos aspectos da vida cotidiana que tratam de família, moral, relação com escravos, etc. Uma fórmula bastante

---

<sup>112</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R, In. *ARRABALDES*, 1988. p. 29-51.

<sup>113</sup> *Ibidem*. p. 29-51

<sup>114</sup> *Idem*. p. 29-51

interessante para acompanharmos uma unidade produtiva através de um inventário, é após o levantamento de um inventário qualquer, procurarmos o inventário do cônjuge do citado inventariado, isto nos dá um perfil da unidade produtiva em distintos momentos, sendo que podemos procurar também os inventários dos ascendentes e descendentes do inventário inicial.<sup>115</sup>

Para finalizarmos esta análise sobre inventários, vamos ao que podemos chamar de mais importante: A partilha. A razão de ser de todo o inventário: Todas as outras partes do inventário existem em função desta. Para ter uma visão geral do monte é onde o historiador deve de imediato ir. Em primeiro lugar divide-se o monte líquido do inventário por dois, para que assim se possa pagar a metade (meação) devida ao cônjuge do inventariado. Em seguida divide-se a metade restante do falecido pelo número de herdeiros, para que se possa pagar o que de legítimo caiba a cada um deles. Assim temos os nomes completos dos herdeiros e beneficiários, o grau de parentesco com o falecido e os bens que lhe couberam com os respectivos valores.<sup>116</sup>

### **2.3 A estrutura fundiária em outros municípios fluminenses na segunda metade do século XIX.**

Vários foram os autores, já nos anos 1980 que realizaram estudos sobre a estrutura fundiária de alguns dos municípios fluminenses. Apesar de passado cerca de três décadas, existe ainda uma carência de trabalhos para determinadas localidades ainda não contempladas com esse tipo de pesquisa. Vemos Itaguaí como uma dessas localidades que necessitava de uma pesquisa que tentasse compreender sua estrutura fundiária na segunda metade do século XIX.

Gostaríamos que esta pesquisa fosse o estímulo para outros pesquisadores se dedicarem ao município que conta com grande acervo de várias centenas de inventários, que infelizmente aqui se tornou impossível de ser analisado, não só pelos critérios que definimos de análise para este capítulo, mas principalmente, pelo curto tempo disponível no mestrado que passa extraordinariamente rápido. O que nos motiva a realizarmos investimentos em um

---

<sup>115</sup> Idem. p. 29-51

<sup>116</sup> Ibidem. p. 29-51

futuro ainda em rascunho de um provável caminho a ser trilhado em outro momento por esta pesquisa que está além desta dissertação.

Esses autores se tornam, a partir de agora, nossos interlocutores, pois serão eles que nós utilizaremos como referências de resultados encontrados para outras localidades. Isso nos possibilitará verificar em que pontos Itaguaí se aproxima, ou se distancia daquelas pesquisas. Araruama, Magé, São Gonçalo, Itaipu, Campos, Valença, Paraíba do Sul, Nova Iguaçu e Capivari, mais exatamente, são as localidades que de alguma forma manteremos o olhar atento em comparação com Itaguaí, mais precisamente, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.

Marcia Motta analisa entre os anos de 1808 e 1888 as freguesias de São Gonçalo e Itaipu, as duas pertencentes a Niterói. Ela verifica que, em São Gonçalo e Itaipu, os grandes fazendeiros encontraram para a solução da crise agravada ao longo da segunda metade do século XIX, o arrendamento de suas terras a pequenos lavradores.<sup>117</sup> Se em Bananal, como vimos, todos eram foreiros, existia a possibilidade de parcelamento dos foros para os lavradores menores?

Encontramos apenas dois inventários de grandes fazendeiros que nos sugerem a presença de sitiantes. Em 1862 o major José Antonio dos Santos Mendes<sup>118</sup> dá início ao inventário de sua esposa Heleodora Carolina de Oliveira falecida naquele ano. Alguns anos antes ao declarar suas terras na freguesia do Bananal, José Antonio dos Santos Mendes informa ter três prazos e um quarto de terras foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz que correspondiam a 141,57 hectares. Para entendermos o que isso representa entre os 114 declarantes dos *Registros Paroquiais de Terras* da freguesia do Bananal, ele se encontra no intervalo de foreiros que possuem de 100 a 400 hectares, o de maior concentração fundiária. Os onze foreiros desse intervalo representam 9,6% dos declarantes, mas possuem juntos 39% de toda terra declarada.

Com um *monte mor* avaliado em 84:839\$685 (Oitenta e quatro contos e oitocentos e trinta e nove mil seiscentos e oitenta e cinco réis), muito acima da maioria que não ultrapassava os 30:000\$000 (Trinta contos). Possuía uma situação econômica estável nos anos 1860. Tinha um plantel de escravos que também superava a grande maioria de pequenos foreiros de Bananal com 70 escravos, avaliado em 48:660\$000 (Quarenta e oito contos e

---

<sup>117</sup> MOTTA, Marcia Maria Menezes. PELAS “BANDAS D’ALÉM” (Fronteira Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma Região Policultora – 1808-1888). Dissertação de Mestrado. UFF, 1989, p. 102.

<sup>118</sup> MTJRJ – Inventários *post mortem* de Heleodora Carolina de Oliveira. Ano: 1862.

seiscentos e sessenta mil réis), pouco mais da metade de toda sua fortuna era composta por cativos.

No inventário de Heleodora Carolina de Oliveira encontramos a presença de pelo menos quatro sitiantes. O sítio com o maior valor era o Sítio Boa Vista que valia 4:590\$000 (Quatro contos e quinhentos e noventa mil réis) e o com menor valor de avaliação era o Sítio do Raimundo que valia 600\$000 (Seiscentos mil réis). Dos quatro sítios apenas um não tinha plantação de laranja. Todos plantavam café, que era também o maior investimento em produção destes sítios. Em segundo lugar, vinham as plantações de mandioca e milho e em menor escala feijão e banana.

Portanto, apesar de serem foreiros, os grandes fazendeiros podiam ter sitiantes, em suas propriedades, mesmo não sendo em grande número. Dos três inventários que conseguimos constatar esta presença de sitiantes, não encontramos mais que cinco deles. Não encontramos em nenhuma das declarações dos *Registros Paroquiais de Terras* o termo “arrendatário”, diferente de Marcia Mota e Jorge Silveira, este último verifica que só a Fazenda São Bento, pertencente à ordem São Bento, em Nova Iguaçu, possuía 200 arrendatários.<sup>119</sup>

Marcia Motta encontra também grande concentração fundiária em São Gonçalo e Itaipu. A posse da terra se torna um elemento que privilegia os poucos grandes proprietários, em muitos casos abrindo mão da sua plantação de café para que terceiros cultivem em suas terras enquanto eles, os proprietários, se beneficiam econômica e socialmente desta relação. Outro caminho trilhado pelos fazendeiros daquela localidade foi voltar ao cultivo da cana.<sup>120</sup> Esta possibilidade pudemos também verificar em Itaguaí através das listagens do *Almanak Laemmert* na medida em que observávamos a mudança no tipo de cultura descrita naquelas páginas ao longo de nossa amostragem. Verificamos que gradualmente, principalmente a partir dos anos 1870, o café diminuía sua frequência, em contrapartida, a cana aumentava como cultura praticada nas três freguesias do município.<sup>121</sup>

Durante as análises dos inventários da freguesia do Bananal, na tentativa de compreendermos melhor essas mudanças, encontramos claramente elementos que demonstravam uma mudança no perfil daqueles fazendeiros em cultivar a cana como solução para a crise pela qual estavam passando. O próprio Alberto Lamego em *O Homem e a*

---

<sup>119</sup>SILVEIRA, 1998, p. 93-94.

<sup>120</sup> Idem, p. 120

<sup>121</sup> Cf. gráfico 1, p. 40.

*Guanabara* faz esta observação ao perceber que na Baixada Fluminense <sup>122</sup> a cana voltava a ser cultivada, mas não da maneira como era no passado.

Mas é importante frisar que o café não desaparece, ele continuou, mesmo em menor escala nas unidades produtivas da freguesia do Bananal. Isso corrobora com o que percebemos durante a análise do *Almanak Laemmert*. As listas com os nomes dos fazendeiros e lavradores vão se tornando, ao longo da segunda metade do século XIX, genéricas, não explicitando o que cada foreiro plantava. Compreendemos que essa mudança era uma forma de adequação à realidade presente, fortemente nos anos 1880.

Acreditamos que o surgimento de listas genéricas, indicando que os proprietários produziam “cereais” e “outros mantimentos”, não especificação o que era produzido em cada propriedade, é um indício da diversificação do que era plantado nas últimas décadas do século XIX, também observada por Marcia Motta.

Marcia Motta percebe a policultura como uma tentativa de manter as propriedades pelos pequenos lavradores, pois a diversidade permitia maior possibilidade de lucro. Estavam plantando para um mercado interno de alimentos que abastecia a região e servia também de subsistência. Entendemos que a policultura percebida tanto nas generalizações do *Almanak Laemmert*, como nos inventários em Itaguaí, e neste capítulo, mais especificamente na freguesia do Bananal, era a forma encontrada pelos pequenos foreiros de aumentar a possibilidade de venda de sua produção. Como a maior parte dos foreiros de Bananal era de pequenos lavradores, o que analisaremos mais à frente, percebemos que desde a década de 1850 a policultura está presente em terras desta freguesia, mas sua presença aumenta com a diminuição gradativa do plantio do café.

O elemento da policultura, segundo Márcia Motta, se torna importante para uma estrutura social que privilegiava o grande fazendeiro. Se por um lado a policultura era o caminho encontrado pelos pequenos lavradores para atuarem no mercado interno de alimentos, ela foi fundamental para que os maiores fazendeiros, que concentravam grande parte das terras disponíveis, pudessem partilhar suas terras em arrendamentos para os lavradores. <sup>123</sup>

No município de Araruama, Marina Paula Graner <sup>124</sup> percebe que as diferenças encontradas nos tipos de plantio que predominantemente eram praticados por fazendeiros e lavradores nos municípios fluminense estudados, estavam ligadas ao que era mais propenso

---

<sup>122</sup> Cf. LAMEGO, 1964.

<sup>123</sup> MOTTA, 1989, p. 174.

<sup>124</sup> Araruama Maria Paula Graner. A estrutura Fundiária do Município de Araruama: 1850 -1920. (Um estudo da distribuição de terras: continuidades e transformações). Dissertação de Mestrado. UFF, 1985.

de ser cultivado de acordo com clima, geografia, o tipo de terra, de cada localidade. Ela observa, por exemplo, que em Valença as terras serviam melhor para o cultivo do Café, já no município de Campos, a cana era a que mais se adequava. Por outro lado, Araruama e Capivary não teriam terras suficientemente boas para cana nem para o café e por isso nestas localidades a produção de alimentos para o mercado interno era predominante.<sup>125</sup>

Poderíamos incluir Itaguaí entre os municípios que se dedicaram a produção de alimentos para o mercado interno, pois suas terras baixas e alagadiças, em boa parte do ano pelas chuvas que não escoavam na planície, formando brejos, ou pelos rios que constantemente transbordavam o seu leito, alagando estradas e dificultado o transporte, não serviam adequadamente para o cultivo do café ou da cana. Mas isso não impedia que a cana e o café fossem plantados. E podemos ir ainda mais longe ao afirmar que em Itaguaí, apesar de suas terras não serem as melhores para o plantio dessas culturas, elas tinham uma força tão grande que levavam os fazendeiros e lavradores de Itaguaí, impulsionados pelas necessidades comerciais, ou seja, por um mercado consumidor existente, a plantá-las naquela localidade, apesar das dificuldades. Não é à toa que tanto o café quanto a cana estiveram presentes em maior ou menor grau em todo o período de amostragem.

Célia Muniz<sup>126</sup> ao estudar a propriedade rural no século XIX no Vale do Paraíba, mais especificamente o município de Valença, verifica que das 143 declarações presentes nos *Registros Paroquiais de Terras* da freguesia de N.S. da Glória de Valença, 88 são de pequenas propriedades e que estas unidades produtivas se dedicavam à produção de alimentos para o mercado interno. É possível então perceber que o tamanho da propriedade também era um determinante para a escolha do tipo de cultura a ser praticada. A autora diz que o café para exportação ficava a cargo dos grandes fazendeiros.

Desta forma, é possível afirmar que eram várias as razões que determinavam o tipo de cultivo de uma unidade produtiva e essas variantes passavam não só pelas questões relacionadas ao tipo de solo e questões geográficas, mas até mesmo no tamanho da propriedade podia determinar o que era ou não plantado. Se pensarmos no município de Campos, a planície extensa era um ótimo lugar para o plantio da cana, como as terras altas do Vale do Paraíba eram melhores para o café do que as terras alagadiças de Itaguaí, o que não

---

<sup>125</sup> Idem, p. 101

<sup>126</sup> MUNIZ, Célia Maria Loureiro. OS DONOS DA TERRA. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba no século XIX. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979.

impedia que o plantio ocorresse em “morros”, como vimos descrito em vários inventários quando informavam o local onde ficavam as plantações de café.

João Fragoso <sup>127</sup> ao estudar o sistema agrário escravista do município de Paraíba do Sul, verifica também um alto nível de concentração fundiária. Ao analisar os *Registros Paroquiais de Terras* daquela localidade ele encontra 279 declarações de propriedades com até 400 hectares, que representam 85% do total.

Em todos os municípios estudados a concentração fundiária era um elemento presente. Itaguaí não se diferencia neste ponto, mas salientamos que todos os municípios apresentam suas especificidades, como as variações nos graus de concentração fundiária e na forma de apropriação do solo, este último tendo a freguesia do Bananal com a maior diferenciação, como já dissemos aqui, por seu caráter de foro da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Abaixo um trecho extraído da pesquisa de Jorge Silveira, onde o pesquisador compara a concentração fundiária dos municípios de Capivary, Magé e das freguesias de São Gonçalo e Itaipu.

Na Baixada da Guanabara Hebe Castro em seu trabalho sobre Capivary, afirmou que 15% dos proprietários com mais de 400 hectares declarados controlavam 73% da área do município. Marcia Motta em sua pesquisa sobre Itaipu e São Gonçalo, revelou que cinco declarantes (cerca de 4% do total) controlavam 48% de toda terra com proprietários que tinham extensão média de 900 hectares, sendo que 52 proprietários com cinco hectares representavam 59% do total, detinham apenas 0,8% da área levantada. Em Magé estudado por Antonio Sampaio, cerca de 60% dos proprietários do município controlavam apenas 2% de toda extensão declarada com uma propriedade média de 1,0 hectares. Em contrapartida os proprietários com mais de 1000 hectares representavam 3% dos declarantes, mas detinham quase 60% de toda a terra declarada. <sup>128</sup>

Outra questão que nos chamou a atenção foi de vários dos declarantes de terras listados no *Almanak Laemmert* estarem ligados, em muitos casos, à política local como uma forma de reafirmação do seu poder de influência na sociedade em que estavam inseridos. Por

---

<sup>127</sup> FRAGOSO, 2013, p. 79.

<sup>128</sup> SILVEIRA, 1998, p. 97-98.

isso, era muito comum encontrar entre os declarantes foreiros, indivíduos que exerciam funções na administração do município através da Câmara Municipal de Itaguaí, como vereadores, presidentes da Câmara Municipal, além de cargos na justiça, como juízes, escrivãs, e ainda muitos exibiam amplamente títulos militares, de alferes à Coronel, passando por major, tenente, entre outros. Exerciam ainda cargos de delegados. Jorge Silveira ao estudar o município de Nova Iguaçu observa que “a elite local baseava parte do poder político que detinha no controle sobre a terra”.<sup>129</sup>

Antes de continuarmos a analisar os inventários que encontramos dos foreiros que declararam suas terras nos *Registros Paroquiais de Terras* da freguesia do Bananal, vamos ver um pouco da história desta freguesia e sua configuração social no período aqui estudado, sua história e os inventários de alguns de seus fazendeiros ligados à administração do município e que por algum motivo não declararam suas terras.

#### **2.4 Bananal e sua história.**

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal foi criada por Lei Provincial n. 549 de 30 de agosto de 1851. Superfície calculada de 213, 94 quilômetros quadrados, com 13 habitantes por quilômetro quadrado, sua população livre em 1880 chegava a 2.730, entre eles 10 eram eleitores.<sup>130</sup> Fizemos inicialmente uma análise do que era produzido na freguesia do Bananal através das listagens do *Almanak Laemmert* entre os anos de 1850 e 1880.

Foi possível verificar o mesmo tipo de alteração na nomenclatura das listagens publicadas que encontramos nas outras freguesias do município, por isso, a partir do ano de 1875 para esta freguesia, a categoria de “fazendeiros de café” é descrita como “fazendeiros e lavradores de café e outros mantimentos”. Isso pode indicar a necessidade de diversificação da produção, devido á crise da mão de obra escrava nas últimas décadas do século XIX e uma intensificação da necessidade da policultura como uma saída para esta crise.

No gráfico abaixo para os anos de 1855 e 1860, há uma especificação informando que se tratava de uma cultivo voltado para a produção de açúcar, já nos anos seguintes, 1865 e 1870, apenas aparece como “cultura da canna”. Mas, a partir de 1875, aparece especificado na categoria que se tratavam de “engenhos e engenhocas do município” ou “fazendeiros com

---

<sup>129</sup> Idem. p. 99.

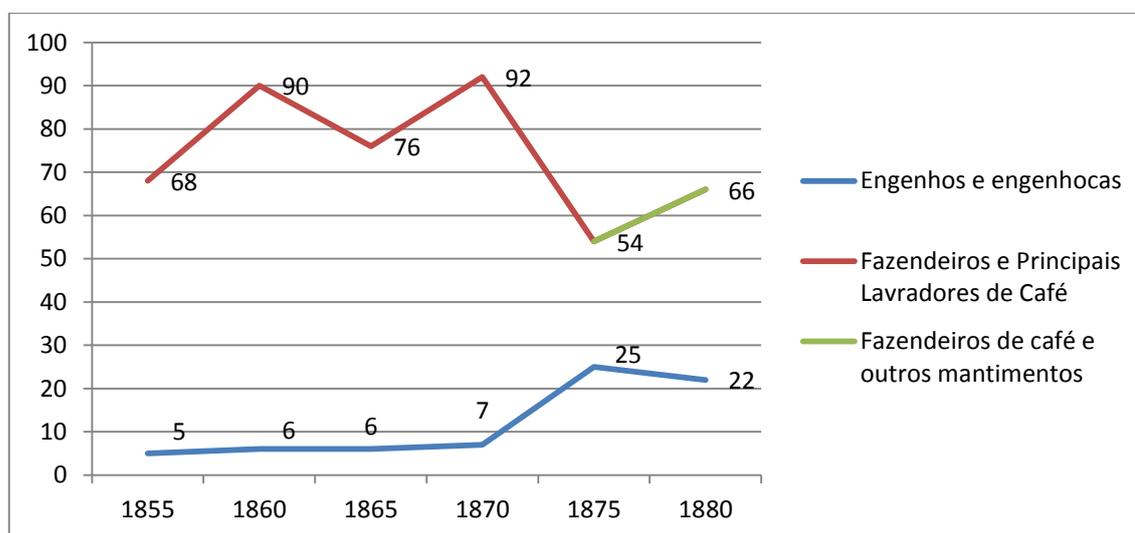
<sup>130</sup> Cf. *Almanak Laemmert*, Op.Cit., 1880.

engenhos de fabricar aguardente”. Não temos os dados para o ano de 1885. Podemos observar também que gradativamente aumenta o número de engenhos e engenhocas na freguesia do Bananal.

No ano de 1855 temos listados um total de 72 nomes de fazendeiros e lavradores somando as duas categorias, mas nos *Registros Paroquiais de Terras* temos um total de 116<sup>131</sup> declarantes com terras na freguesia. Isso significa que 44 indivíduos que declararam suas terras, não aparecem no *Almanak Laemmert*, isso representa 37% dos declarantes.

**Gráfico 2**

**Número de foreiros de Bananal listados no *Almanak Laemmert* e o que cultivavam**



Fonte: *Almanak Laemmert*: Número total de propriedades da Freguesia do Bananal por ano de amostragem.

A partir do intervalo entre os anos 1870 e 1875 diminui quase pela metade o número de fazendeiros dedicados ao café. É importante frisar que a partir de 1875 a lista não apresenta mais fazendeiros apenas dedicados ao café, mas estão associados à produção de outros “mantimentos”, o que reforça a ideia de diversificação na produção. Apenas a categoria “engenhos e engenhocas” mantém uma nomenclatura exclusiva, o que nos sugere um aumento real nas unidades produtivas dedicadas a este tipo de cultura.

<sup>131</sup>Lembrando que utilizamos 114 para elaboração de nossa tabela de distribuição fundiária, pois duas declarações não continham suas dimensões, portanto não havia como sabermos em que intervalo poderíamos colocá-las.

Quando cruzamos estes dados com os inventários *post mortem* percebemos que em todo o período analisado, as fazendas mantinham uma diversidade de cultivos, mesmo que eventualmente, tivessem como principal cultivo o café ou a cana. Portanto, as fazendas podiam ser predominantemente de café em um período, já em outro, dedicadas a cana, mas sempre mantendo outras formas de cultivos paralelos em menor escala como plantações de mandioca, feijão, laranja, entre outros.

Somente a partir das últimas décadas do século XIX percebemos de maneira mais forte essa diversificação na produção, ou seja, cultivam não só café, associado a pequenas produções de alimentos, ou somente a cana, também associada à policultura, mas a partir, principalmente, dos anos 1880 ganham força outras formas de produção como a mandioca, o milho, a laranja, que conseguimos verificar apenas quando analisamos os inventários.

Já nos anos de 1890 a vila era considerada decadente e pouco salubre e o canal de Itaguaí outrora em plena atividade se tornou pouco navegável como explicita o trecho abaixo retirado da “Chorographia Fluminense” que fazia parte da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A villa é decadente e pouco salubre. O canal de Itaguaí foi cursado por numerosas embarcações que fazia o transporte do município e dos limítrofes. Actualmente está comndenado, servindo apenas a diminuto número de estabelecimentos rurais.<sup>132</sup>

Podemos confrontar as informações acima com o que foi publicado nas páginas do *Almanak Laemmert* em 1885, existe uma descrição do município, que reforça nossa hipótese de empobrecimento de Itaguaí durante a crise da mão de obra escrava.

Este município é de excellentes terras que se prestão a qualquer cultura, porem, a falta de braços o faz extremamente decadente, e proximamente ficará sem via de comunicação para a corte, porque de dia para dia se danifica

---

<sup>132</sup> Chorographia Fluminense (o Estado do Rio de Janeiro em 1896), por Antonio José Caetano da Silva. (1906). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

consideravelmente o atarrado que daqui vai para Santa Cruz, já porque está muito baixo, (com qualquer pequena chuva fica coberto d'água), já pelo grande transito de gado que busca o matadouro, tornando-se impossível a ferril-carril, ter a sua linha em ordem e collocada solidamente.<sup>133</sup>

Os relatos acima afirmam que Itaguaí estava decadente nas últimas décadas do século XIX, mas algumas fontes que analisaremos no último capítulo desta dissertação demonstram que apesar dos problemas enfrentados pelos fazendeiros, o município manteve de certa forma, sua rotina. Portanto, acreditamos que os estes relatos dão conta apenas de uma parte do cotidiano vivido pelos moradores da região.

## **2.5 Análise dos inventários dos fazendeiros e lavradores que declararam suas terras nos Registros Paroquiais de Terras da freguesia do Bananal.**

Nossa amostragem se deu da seguinte maneira: após a análise dos *Registros Paroquiais de Terras* das três freguesias do município de Itaguaí, decidimos utilizar os nomes dos declarantes da freguesia de N.S. da Conceição do Bananal para verificarmos a existência de inventários em que estes aparecessem como uma das partes citadas neste tipo de documento.

A primeira análise que faremos é perceber em que faixa de concentração fundiária estão os declarantes que encontramos seus respectivos inventários. Esta observação será importante para percebermos o perfil econômico dos declarantes que teremos a oportunidade de analisar mais detalhadamente.

Para análise destes inventários seguiremos as indicações de João Fragoso e Renato Rocha Pitzer.<sup>134</sup> Os autores não têm, evidentemente, a intenção de definir regras precisas para o tratamento e utilização deste tipo de fonte, mas, sim, o apontamento para algumas

---

<sup>133</sup> *Almanak Laemmert*. Publicação de 1885. Seção Províncias, Pag. 943. Para facilitar a busca deste trecho, basta ir para a pag. 3018, a numeração 943 refere-se apenas a parte das províncias que estão dentro da numeração principal.

<sup>134</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R, In. *ARRABALDES*, 1988. p. 29-51,

possibilidades de manuseio e principalmente reforçando a ideia da necessidade do cruzamento com outras fontes, como os registros civis, eclesiásticos, censos, etc.

Foi a partir dessa documentação que extraímos dados como número de escravos, o que era plantado em cada propriedade, o tamanho dessas plantações, enfim, informações que dessem conta das atividades daquelas propriedades, já que entre estes, serão também selecionados alguns dos fazendeiros e lavradores com os maiores plantéis de escravos para uma análise qualitativa. Sem deixar de lado, uma análise qualitativa dos menores fazendeiros e lavradores.

Dos 114 indivíduos que declararam suas terras na freguesia do Bananal, em 29 destes foi possível encontrar inventários onde apareciam na posição de inventariado, aquele que após seu falecimento, dá-se início a abertura do processo, ou inventariante, aquele responsável pela execução processual do inventário, somando um total de 41 processos, já que alguns apareciam em mais de um. Desta forma, encontramos não só o inventário do próprio declarante, mas encontramos estes sendo inventariante de irmãos, conjugues, pais, sogros, e tivemos a chance de entender de onde vinham os seus bens e para onde estavam migrando economicamente, de acordo com possíveis mudanças na cultura das suas propriedades.

Entre todos os declarantes do *Registro Paroquial de Terras* da freguesia do Bananal, em 27,19% foi possível encontrar inventários que pudessem nos ajudar a entender melhor a realidade a qual estavam inseridos. Quando fomos verificar em qual intervalo eles se encontravam na divisão que fizemos para verificar a distribuição fundiária, percebemos que tínhamos conseguido inventários de foreiros de todos os intervalos.

**Tabela 6**

<b>Declarantes por faixa</b>		
<b>Total por faixa</b>	<b>Com inventário</b>	<b>%</b>
83	18	21,68
19	3	15,78
11	7	63,63
1	1	100
<b>114</b>	<b>29</b>	

Fonte: *Registro Paroquial de Terras* – Freguesia do Bananal. (1854-1857)

A primeira faixa compreende aqueles foreiros que tinham suas propriedades com até 50 (ha), muitos possuíam bem menos que isso. Os foreiros que se encontram nesta primeira faixa praticam a policultura, a prestação de alguns serviços e o aluguel de escravos e animais.

135

Ao olhar a tabela acima entendemos, por exemplo, que no primeiro intervalo estão 83 dos 114 declarantes, portanto, a grande maioria. Tinham até 50 hectares de terras, compondo os que menos terras dispunham. Mas quem são esses foreiros? O que significa estar nesse intervalo? Nosso objetivo daqui para frente é mostrar de maneira detalhada quem eram esses foreiros. Mostrar a composição de suas propriedades e ao mesmo tempo verificar se em diferentes períodos houve alguma mudança no que se refere ao valor do prazo, do que era produzido, dos escravos, etc. Vamos, então, aos inventários.

Antonio Joaquim de Freitas possuía 0,02 (ha), uma dimensão que equivalia a 50 braças superficiais quadradas. De todos os declarantes selecionados era o que tinha a menor extensão territorial e mesmo assim ele realizou sua declaração nos *Registros Paroquiais de Terras* da freguesia do Bananal.<sup>135</sup> Ao analisarmos seu inventário aberto em 1878 podemos descobrir que ele tinha uma casa de negócios na mesma freguesia e que possuía quatro escravos. A escrava Ana com 36 anos e seus três filhos com idades que variavam entre 10 a 2 anos. Portanto, a atividade principal dele não era as suas terras, mas sim, a administração da sua casa de negócios que lhe proporcionou um *monte mor* no valor de 8:750\$890 (Oito contos e setecentos e cinquenta mil oitocentos e noventa réis).

Sua dívida ativa, ou seja, aquela que ele esperava receber dos compradores de sua casa de negócios estava em 847\$829 (Oitocentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte nove réis), que correspondia a apenas 9,68% de tudo que ele havia deixado para seus herdeiros. Não era uma dívida alta e não demonstrava aparentemente uma dificuldade dos lavradores de quitar a quantia.

Sua propriedade era um sítio no modesto valor de 30\$000 (Trinta mil réis) e ainda duas propriedades que não aparecem citadas nos *Registros Paroquiais de Terras*, provavelmente adquiridas posteriormente: uma com  $\frac{1}{4}$  de prazo e a outra com  $\frac{1}{5}$ , somando um valor de 650\$0000 (Seiscentos e cinquenta mil réis). Portanto, Antonio Joaquim de Freitas era uma exceção, frente à maioria dos declarantes que tinham na terra sua maior fonte de renda, o que

---

<sup>135</sup> MOTTA, 1989, p. 128-29.

<sup>136</sup> APERJ – Declaração de Antonio Joaquim de Freitas. *Registro Paroquial de Terras* da freguesia do Bananal.

não significava que ele também não tivesse uma modesta plantação de café com 500 pés num valor de 30\$000 (Trinta mil réis) na freguesia do Bananal. Quase todos os declarantes mantinham alguma plantação de café, por menor que seja, coexistindo com a cana, mandioca, frutas entre outros. O que demonstra a popularidade do café em Itaguaí mesmo não sendo a principal atividade da unidade produtiva, ele estava lá.

Vamos analisar outro foreiro presente no primeiro intervalo, dos menores proprietários, que compreendia 83 declarações correspondendo a 73% do total e apenas 27,8% de toda a área declarada. Serafim da Costa Soares declara ter 1/2 prazo de terras que correspondia a 21,78 (ha) na localidade de Lagoa de Patioba. Na abertura de seu inventário em 1862. Alguns anos após sua declaração nos *Registros Paroquiais de Terras*, verificamos que ele não confirma ter meio prazo de terras, mas sim 1/4 de prazo, metade do que consta em sua declaração.

Em seu monte consta uma dívida passiva que compromete a 39,28% da herança deixada. O *monte mor* do seu inventário estava avaliado em 2:036\$000 (Dois contos e trinta e seis mil e duzentos réis) e tinha no momento de sua morte uma dívida passiva de pouco mais de 800\$000 (Oitocentos mil réis). Seu 1/4 de prazo estava avaliado em 200\$000 (Duzentos mil réis). Possuía apenas dois escravos que valiam 1:400\$000 (Um conto e quatrocentos mil réis). Portanto, seus dois escravos representavam 68,75% de todo o seu patrimônio.

Serafim da Costa Soares praticava nos anos de 1860 a policultura. Em suas terras eram cultivados café, mandioca, cana, laranja, milho e outras árvores frutíferas que somavam o montante na avaliação de seu inventário de pouco mais de 260\$000 (Duzentos e sessenta mil réis), representando 12,86% do total inventariado. Percebemos que os seus dois escravos eram o seu bem mais valioso. Por isso, em vários inventários encontramos esses foreiros pagando suas dívidas em leilões em praça pública, justamente com o que mais lhes valia, que eram os seus poucos escravos.

Não podemos afirmar se Serafim da Costa Soares empregava em suas terras a mão de obra familiar, uma característica forte em unidades produtivas com este perfil, mas é muito provável que seus seis filhos estivessem envolvidos nos afazeres de sua propriedade, trabalhando ao lado dos seus dois escravos, Apholinário, crioulo, de roça, 18 anos, que valia 1:200\$000 (Um conto e duzentos mil réis) e o escravo José de Moçambique, de roça, 60 anos, valendo 200\$000 (Duzentos mil réis), não mais em idade produtiva. Em segundo lugar o que

mais lhe valia eram as suas plantações, já suas terras ficavam em terceiro lugar em peso no montante. Serafim da Costa Machado possuía ainda três cavalos, uma casa de vivenda coberta de sapê com varanda coberta de telhas.

Marcia Maria Menezes Motta ao estudar a estrutura fundiária das freguesias de São Gonçalo e Itaipu, que pertenciam ao município de Niterói, na segunda metade do século XIX, encontra um perfil muito parecido com o que descrevemos acima do que ela chama de “minifundista”.<sup>137</sup> Podemos perceber já nos anos 1860 que a policultura era uma realidade para essa camada de lavradores que detinham pequenas propriedades.

Em seus pequenos sítios, produziam afinidade de culturas, o que surpreende em vista da exiguidade de suas terras. Ali, plantavam-se mandioca, laranja, limões, alguns cereais e legumes. Possuíam ao menos, um cavalo ou uma besta e um ou dois porcos ou cabras. Em algumas unidades encontramos criação de galinhas. Suas casas eram pequenas, em geral com um ou dois quartos, uma sala e uma pequena cozinha.<sup>138</sup>

Marcia Motta verifica ainda que os utensílios utilizados por esta camada de proprietários, em São Gonçalo arrendatários de grandes proprietários, eram de barro ou cobre, em quase todas foram encontrados aparelhos para a produção da farinha de mandioca, quase todos de cobre. Ao analisarmos os utensílios avaliados nos inventários de Serafim da Costa Soares, encontramos, por exemplo, um forno de cobre utilizado para a produção de farinha.

Quando olhamos para a outra ponta, onde se encontram os grandes proprietários. Marcia Motta usa como elemento de enquadramento e definição do grande proprietário fazendeiro, ele ter a partir de 200 (ha). Esse critério é relativo já que elementos como tipo de cultura, diferenças geográficas, podem modificar essa referência.<sup>139</sup> Maria Paula Graner, por exemplo, ao estudar a estrutura fundiária de Araruama, diferentemente de Marcia Motta, define os grandes proprietários como aqueles que têm mais de 400 (ha).<sup>140</sup> Esse também foi o

---

<sup>137</sup> MOTTA, 1989, p. 122.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 122

<sup>139</sup> Idem. p. 132

<sup>140</sup> GRANER, 1985, p. 104

mesmo critério utilizado por Jorge Luiz Rocha da Silveira ao estudar a estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu na segunda metade do século XIX.<sup>141</sup>

Tabela 7

<b>Distribuição fundiária por Município</b>				
<b>Município</b>	<b>Intervalo (ha)</b>	<b>Declarante - Total</b>	<b>Declarantes %</b>	<b>Área %</b>
<b>Itaguaí</b>	< 400	318	94,64	65,36
	> 400	18	5,35	34,63
<b>Nova Iguaçu</b>	< 400	101	91,8	2,5
	> 400	9	8,2	97,5
<b>Valença</b>	< 480	86	60,14	46,32
	> 480	33	23,08	53,68
<b>Campos</b>	< 500	1841	93,22	55,3
	> 500	22	1,12	44,7
<b>Capivari</b>	< 400	151	84,83	25
	> 400	27	15,17	75
<b>Araruama</b>	< 400	456	93,28	45,94
	> 400	25	5,08	47,47
<b>São Gonçalo /Itaipu</b>	< 400	129	96,26	52
	> 400	5	3,73	47,7
<b>Paraíba do Sul</b>	< 400	279	85,1	32,8
	> 400	55	14,9	67,1
<b>Magé</b>	< 200	394	93,81	32,45
	> 200	26	6,19	76,55

Fontes: Registros Paroquiais de Terras dos respectivos municípios através dos trabalhos de pesquisadores que se debruçaram sobre essas regiões.<sup>142</sup>

Como as localidades estudadas tem suas especificidades, a própria construção de uma tabela por faixas encontra alguns problemas. Vários autores utilizam a dimensão de 400 (ha) como limite para definir os pequenos e grandes proprietários de terras, mas essa utilização acaba colocando muitos proprietários com realidades muito diferentes em uma mesma categoria, o que não invalida a tabela que consegue demonstrar que em maior ou menor grau,

<sup>141</sup> SILVEIRA, 1998, p. 91

<sup>142</sup> Paraíba do Sul: FRAGOSO, 2013; Capivari: CASTRO, H., 2009; Magé: SAMPAIO, 1994; São Gonçalo e Itaipu: MOTTA, 1989; Nova Iguaçu: SILVEIRA, 1998; Valença: MUNIZ, 1979; Campos: FARIA, Sheila de Castro, *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850- 1920)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 1989.

a realidade desses municípios era de muitas terras nas mãos de poucos e pequenas porções de terras nas mãos de muitos.

Se pensarmos na realidade dos foreiros da freguesia do Bananal, 99,1% dos declarantes têm suas propriedades com menos de 400 (ha), apenas um consegue ultrapassar essa dimensão, Manoel Francisco de Oliveira com 462,22 (ha). Portanto, para uma compreensão melhor é preciso desmembrar a faixa dos que têm menos de 400 (ha) em faixas, como faz, por exemplo, Marcia Motta <sup>143</sup> para as freguesias de São Gonçalo e Itaipu. Ela percebe que dos 134 proprietários que declararam suas terras nos *Registros Paroquiais de Terras*, 101 tinham até 100 (ha), correspondendo a 75, 37 % do total de declarantes, bem abaixo dos 400 (ha).

**Tabela 8**

**Distribuição, em percentuais, das propriedades da freguesia do Bananal.**

Pequenas 0 à 100 (ha)	Médias 101à 400 (ha)	Grandes > 400 (há)
89,50%	9,60%	0,90%

Fonte: *Registro Paroquial de Terras* da Freguesia de N.S. da Conceição do Bananal. (1855-1857).

Na freguesia do Bananal o maior grupo concentrava-se em uma faixa ainda mais baixa. Dos 114 declarantes, 102 tem suas propriedades com até 100 (ha), correspondendo a 89,50 do total de declarantes nos *Registros Paroquiais de Terras*. Ocupavam juntos 52,9% das terras declaradas. Na segunda faixa consideramos aqueles que se encontravam entre 101 e 400 hectares. Encontramos 11 foreiros como médios proprietários, correspondendo a 9,6% dos declarantes. Juntos ocupavam 39% de todo o território declarado. E por fim, apenas um proprietário tinha terras que ultrapassavam os 400 (ha), consideramos ele como o único grande proprietário da freguesia do Bananal.

A grande diferença da freguesia do Bananal com estudos realizados em outras regiões sobre a estrutura fundiária está na relação estabelecida por seus fazendeiros e lavradores com

---

<sup>143</sup> MOTTA, 1989, p. 117.

a terra. Todo o território declarado nos *Registros Paroquiais de Terras* se refere a prazos de terras foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz. No livro de *Registros de Ofícios da Câmara Municipal* de Itaguaí encontramos um ofício de 6 de dezembro de 1854 que confirma esta informação. O ofício era um “Registro de representação ao Presidente da Província em resposta às portarias de 23 de fevereiro e 16 de novembro, sobre terrenos devolutos.” E dizia o seguinte:

Ilustríssimo e excelentíssimo Senhor. A câmara Municipal desta vila, em cumprimento às portarias de V. Exa. de 23 de fevereiro e 16 de novembro do corrente ano, leva ao conhecimento de V.Exa. que neste município não existem terras devolutas. As Freguesias de S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lages e N. Senhora da Conceição do Bananal estão em terras da Imperial Fazenda de Santa Cruz, cuja a posse não está sujeita à legitimação e revalidação e as tem aforadas a diversos.<sup>144</sup>

Neste ofício de representação ao Presidente da Província sobre a existência de terrenos devolutos no município temos a confirmação que tanto a freguesia de S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lages, quanto à freguesia do Bananal, se encontravam em terras da Fazenda Imperial de Santa Cruz, o que já tinha sido demonstrado pelos *Registros Paroquiais de Terras* destas freguesias. Apenas a freguesia da vila possuía parte de suas terras não pertencentes à Fazenda Santa Cruz.<sup>145</sup> Portanto a freguesia do Bananal possuía uma especificidade na relação estabelecida com a terra por seus fazendeiros e lavradores foreiros diferente de outras localidades já estudadas.

Em regiões como São Gonçalo não existiam foros, o que foi possível verificar foi a presença de arrendatários em terras de proprietários que na segunda metade do XIX com dificuldade de manter seus plantéis de escravos optaram por parcelar suas terras a outros. Podemos fazer uma correlação entre os arrendatários de São Gonçalo e Itaipu, com os foreiros de Bananal. Primeiro eles aproximavam-se nas dimensões de suas terras que eram parcelas de

---

<sup>144</sup>APERJ – Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí. Ano: 1854

<sup>145</sup> Verificamos nos Registros Paroquiais de Terras que se tratavam de terras foreiras e também de terras desmembradas do Engenho de Itaguaí, além das que foram doadas aos índios. O mesmo ofício de representação ao presidente da província sobre terras devolutas detalha a origem das terras da freguesia da Vila em acordo com o que nos mostrou os Registros Paroquiais de Terras.

algo maior. Se em Bananal as terras da Fazenda Santa Cruz foram parceladas em centenas de pequenas propriedades aforadas aos seus proprietários foreiros, em São Gonçalo e em Itaipu o grande fazendeiro encontrou como uma das possibilidades de diminuir o impacto do fim da escravidão deixar arrendada sua terra a outros que ali cultivariam e ainda o dariam a chance de tentar controlar o mercado.

No momento de crise os fazendeiros podiam explorar ainda mais a mão de obra escrava, ou podiam arrendar suas terras em várias parcelas. A exploração maior da mão de obra escrava se dava pelo aumento da quantidade de hectares que um escravo deveria trabalhar. Já os arrendamentos, uma situação um pouco melhor, deixava que terceiros cuidassem das terras, com alguma mão de obra escrava e depois com mão de obra familiar.<sup>146</sup>

Devido à natureza de nossa amostragem, dispomos de um número limitado de inventários, mas acreditamos que eles cumprem sua função de nos permitir analisar as condições das propriedades ao longo da segunda metade do século XIX na freguesia do Bananal. Verificamos algumas variações sobre o montante das fortunas, as plantações, dívidas entre os anos de 1850 e 1900, o que veremos a seguir.

Para os anos de 1850 analisamos 10 inventários.<sup>147</sup> Neste período o valor do prazo foreiro, para fins de inventário, na fazenda Imperial de Santa Cruz variava de 700\$000 (Setecentos mil réis) a 2:000\$000 (Dois contos). Para entendermos melhor a condição socioeconômica desses foreiros vamos recorrer à divisão por intervalos que utilizamos para compreender a estrutura fundiária de Itaguaí e o seu nível de concentração fundiária.

---

<sup>146</sup> MOTTA, 1989, p. 135-37.

<sup>147</sup> MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Custódio Gonçalves Maia, ano 1850; Hygino Gomes de Noronha, ano 1852; João José Borges, ano 1852; Maria Angélica Benedita, ano 1852; Manoel Joaquim Pereira Pinto Sayão, ano 1854; Serafim da Costa Soares (inventariante), ano 1854; Luiz Manoel da Silva Leal, ano 1855; Antonio Soares da Silva, ano 1857; José Antonio Nunes, ano 1858; Julião Rangel de Azevedo Coutinho, ano 1858.

**Tabela 9**

**Foreiros por faixa em hectares.**

<b>Intervalo (ha)</b>	<b>Declarantes</b>
1 à 50	83
50 à 100	19
100 à 400	11
400 à 800	1
<b>Totais</b>	<b>114</b>

Fonte: *Registros Paroquiais de Terras* - Freguesia de N.S. da Conceição do Bananal. (1855-1857).

João José Borges declara nos *Registros Paroquiais de Terras* possuir meio prazo de terras avaliado em seu inventário *post mortem* em 600\$000 (Seiscentos mil réis), que correspondiam a 10,89 hectares. Em suas terras existiam quatro cafezais que juntos somavam 1:354\$000 (Um conto trezentos e cinquenta e quatro mil réis), correspondiam a 30% do total dos seus bens avaliados que somavam 4:394\$650 (Quatro contos trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e cinquenta réis). Todos os seus cafezais estão plantados em “morros”, nos sugerindo uma forma de tentar evitar que as enchentes constantes da região atrapalhassem seu cultivo. Ainda encontramos plantado em suas terras laranjeiras, bananeiras, jabuticabeiras e mangueiras. Suas dívidas alcançavam 34% de seus bens, portanto, estava endividado no momento de sua morte. Seus dois escravos, Antonio e Izidoro avaliados em 1:400\$000 (Um conto e quatrocentos mil réis), são arrematados em praça pública para o pagamento de suas dívidas.<sup>148</sup>

Outro foreiro, Francisco Pereira de Farias, está no intervalo de 51 a 100 hectares que tem um total de 19 declarantes.<sup>149</sup> Seu monte mor foi avaliado em 46:036\$558 (Quarenta e seis contos e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta oito réis). Sua dívida passiva não chega aos dois contos, portanto não era um homem endividado a ponto de comprometer sua herança, estava dentro de um padrão de dívidas que podemos chamar de “naturais”. Possuía um prazo e meio de terras foreiras a Fazenda Imperial de Santa Cruz no lugar denominado Vala do Piloto que valiam, em 1858, ano da abertura do seu inventário, 2:000\$000 (Dois contos). O prazo e meio representava em hectares 65,34.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> MTJRJ – *Inventário post mortem* de João José Borges. Comarca de Itaguaí, ano 1852.

<sup>149</sup> APERJ - *Registro Paroquial de Terras* de Francisco Pereira de Farias. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, registro 108, livro 38 (1854 até 1856).

<sup>150</sup> MTJRJ – *Inventário post mortem* de Francisco Pereira de Farias. Comarca de Itaguaí, ano 1858.

Possuía nove plantações de café que somavam o valor de 3:061\$000 (Três contos e sessenta e um mil réis) correspondendo a um total de 31.700 pés. Cada pé podia valer de sessenta a cento e vinte réis. Portanto, o café era sua maior produção, apesar de corresponder menos de 7% do valor total de seu inventário. Apesar de o café ser majoritário em suas terras, ele plantava também milho, mandioca, arroz, laranja e cana que não chegavam a representar 1% do montante inventariado. Portanto, podemos presumir que esta plantação deveria ser para o consumo da própria fazenda. Seus 27 escravos foram avaliados em 23:090\$000 (Vinte três contos). Aproximadamente equivaliam a 50% de toda a sua fortuna, portanto a sua escravaria era o seu maior bem.<sup>151</sup>

Já na década de 1860 há uma ligeira diminuição no valor médio do prazo que fica em 968\$708 (Novecentos e sessenta e oito mil setecentos e oito réis), uma queda de 19%. Os valores variaram de 600\$000 (Seiscentos mil réis) até 2:000\$000 (Dois contos). Na década de 1850 o prazo mais barato que encontramos listado nos inventários custava 700\$000 (Setecentos mil réis).<sup>152</sup>

O café por sua vez tinha uma média que ficava em \$125 (Cento e vinte e cinco réis) cada pé. Os preços variaram \$240 réis a \$40 réis o pé. O preço mais comum era \$100 réis o pé. Nos anos 1850 o preço do pé de café variou de \$200 a \$80 réis, o valor mais baixo se relaciona aos cafezais mais velhos, e sua média ficou em \$103 réis, portanto há um aumento no preço que chega a aproximadamente 21%.<sup>153</sup>

Nos anos 1870 o prazo tem seu valor médio em 1:218\$750 (Um conto duzentos e dezoito mil setecentos e cinquenta réis), um aumento de 25%. O maior valor do prazo que encontramos estava em 400\$000 (Quatrocentos mil réis).<sup>154</sup> Por isso, apesar de termos nesse período uma média maior que os anos 1850 e 1860 algumas localidades o valor do prazo caía ao seu valor mais baixo.

Já o café tinha seu valor médio novamente reduzido e chegava a \$88 réis. Pela primeira vez encontramos um cafezal em que o valor chegou a \$20 réis o pé. John Schulz em

---

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Domingos José do Couto, ano 1869; Gertrudes Maria da Conceição, ano 1867; João Antonio Dias, ano 1861; Manoel Pereira Dias, ano 1862; Rosa Maria da Silva, ano 1865; Serafim da Costa Soares, 1862; José Antonio dos Santos Mendes, ano 1862; Francisco Pereira Maciel, ano 1862.

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Francisco Antonio Soares da Silva, ano 1873; Mafalda Guimarães Lima, ano 1874; Francisco José da Costa, ano 1875; Manoel Francisco de Oliveira, ano 1874; João Antonio Rangel, ano 1874; Francisco José da Costa, ano 1877; Manoel Custódio Gonçalves Maia, ano 1875.

*A Crise Internacional da Abolição*<sup>155</sup> relata que em maio de 1875 uma depressão econômica chegava ao Brasil devido a um *crash*<sup>156</sup> na bolsa de Viena, o que levou a uma queda nos preços do café.

Encontramos apenas um inventário que se enquadrasse nos critérios de nossa amostragem para os anos 1880, por isso não é possível tomá-lo como parâmetro de verificação de alguma variação nos preços do café e das terras da freguesia do Bananal. Apesar disso, vamos aos dados encontrados no inventário de Manoel Gomes de Oliveira Lima. Sua propriedade tinha quatro cafezais que variavam de preço de \$40 até \$120, com um valor médio de \$75 réis, abaixo dos \$88 reis anteriores para os anos 1870. O valor do prazo era um dos mais altos que encontramos, dois contos cada um dos seus dois prazos, somando 4:000\$000 (Quatro contos) em terras.<sup>157</sup>

Seus quatro cafezais somam 15 mil pés num valor total de 1:340\$000 (Um conto trezentos e quarenta réis), além de 270 sacas de café num valor de 600\$000 (Seiscentos mil réis). Encontramos ainda plantações de milho, mandioca, banana e diversas árvores frutíferas. Ao contrário dos primeiros inventários que vimos para 1850 onde a diversidade de culturas era bastante reduzida o que nos sugeria um cultivo para consumo e suprimento da unidade produtiva, no inventário de Manoel Gomes de Oliveira Lima o milho e a mandioca têm uma produção expressiva, juntos somavam 1:114\$000 (Um conto cento e quatorze mil réis). Portanto, era uma produção para ser vendida no mercado interno.<sup>158</sup>

O que mais nos chama a atenção neste inventário são as dívidas, Manoel Gomes de Oliveira Lima estava no momento de sua morte completamente endividado. Dos 19:069\$053 (Dezenove contos sessenta e nove mil e cinquenta e três réis) que constavam no montante a ser partilhado, 14:269\$054 (Quatorze contos duzentos e sessenta e nove mil e cinquenta e quatro) estavam empenhados no pagamento de dívidas, numa situação que poderíamos considerar como uma quase falência.<sup>159</sup>

Nos anos de 1890 conseguimos analisar três inventários e verificamos que o prazo variava de valor entre 400 e 600 mil réis e o único cafezal que encontramos era muito pequeno em comparações com os vários milhares de pés facilmente encontrados nas décadas anteriores, este tinha apenas 200 pés. Cada pé foi avaliado em apenas \$40 réis, somando o modesto valor de 40\$000 (Quarenta mil réis). Pela primeira vez os valores das plantações de

---

<sup>155</sup> SHULZ, Op. Cit., p. 45

<sup>156</sup> Idem. Termo utilizado pelo autor para especificar a “quebra da bolsa” em Inglês.

<sup>157</sup> MTJRJ - *Inventário post mortem* de Manoel Gomes de Oliveira Lima. Comarca de Itaguaí, ano 1882.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> Idem.

cana e milho tinham um somatório maior do que um cafezal, exceto nos inventários onde a cana era a produção principal da fazenda.<sup>160</sup>

Antonio Ferreira dos Santos Lima tinha no momento da abertura do seu inventário, em 1894, pouco mais de um prazo de terras. Seu *monte mor* chegava a 4:878\$979 (Quatro contos oitocentos e setenta e oito e novecentos e setenta e três réis). Suas dívidas representavam pouco mais de 20% de suas rendas, portanto, não estava em uma situação confortável, e inviabilidade de reproduzir sua condição era um risco. Se seu cafezal custava apenas 40\$000 (Quarenta mil réis), seus quatro canaviais somavam 450\$000 (Quatrocentos e cinquenta mil réis), e seus mandiocais valiam 190\$000 (Cento e noventa mil réis).<sup>161</sup>

Ao longo da análise dos inventários os escravos eram geralmente o maior bem destes foreiros e, por isso, acabavam indo para o pregão em praça pública para o pagamento das dívidas. No inventário de Antonio Ferreira dos Santos Lima já em 1894 não havia mais o escravo para ser arrematado, por isso para pagar as dívidas o que vai a pregão são justamente os bens que mais lhe valia naquele momento: suas plantações de cana e milho.<sup>162</sup>

O último inventário que analisamos se refere ao foreiro Manoel Antonio Soares da Silva, de 1905. Possuía duas propriedades, uma na vargem do Guandu e a outra em Capoeira. A descrição de suas propriedades se refere a três porções de terras, nos dando a entender que as terras de uma das propriedades estavam divididas. Nas três porções de terras, que estavam em locais diferentes, o valor do prazo foi o mesmo 300\$000 (Trezentos mil réis). O menor valor que encontramos em um inventário desde 1850.<sup>163</sup>

Manoel Antonio Soares da Silva se dedicava a produção de aguardente e café, estavam listados em seu inventário: casa de engenho com engenhoca pra moer cana, alambique, tacho, três cafezais, entre outros, que somavam um investimento de 1:424\$000 (Um conto quatrocentos e vinte quatro mil réis).<sup>164</sup>

## 2.6 Conclusão

Através das descrições desses inventários podemos verificar que apesar de encontrarmos desde os anos de 1850 nos inventários dos menores foreiros o cultivo de vários gêneros em suas propriedades, o café era predominante nessa faixa de lavradores com menos

---

<sup>160</sup> MTJ RJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Antonio Ferreira dos Santos Lima, ano 1894; José Francisco Rodrigues, ano 1897; Rodrigo Fernandes Ramos, ano 1894.

<sup>161</sup> MTJ RJ - *Inventário post mortem* de Antonio Ferreira dos Santos Lima. Comarca de Itaguaí, ano 1882.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> MTJ RJ - *Inventário post mortem* de Manoel Antonio Soares da Silva. Comarca de Itaguaí, ano 1905.

<sup>164</sup> Idem.

de 50 hectares. Os escravos sempre representaram seu bem mais valioso, tinham em torno de dois a quatro cativos, que eram quase sempre arrematados para os pagamentos das dívidas. Essa faixa de foreiros é a que primeiro aparece endividada.

Já os foreiros que dispunham de mais terras se dedicavam mais fortemente ao café e os outros gêneros apareciam em uma escala que nos sugere ser apenas para o consumo próprio. Já nos anos 1880 percebemos que o café perde em valor e conseqüentemente há uma diminuição no tamanho das plantações. Por outro lado, existe uma tentativa de investimento por alguns no cultivo da cana e também em diversos gêneros, principalmente a mandioca e o milho.

Entendemos que a diversificação da produção das unidades produtivas, o que podemos chamar de policultura, está de acordo com a mudança nas nomenclaturas do *Almanak Laemmert* que tínhamos percebido no início de nossa pesquisa. Quando é feita, por exemplo, a mudança no título das listagens de “Fazendeiros de Café” para “Fazendeiros de Café e Outros Mantimentos”, era uma tentativa de adequação à nova realidade trazida pela crise do café que podemos verificar com a diminuição do seu preço entre os anos de 1880 e 1900 na freguesia do Bananal em Itaguaí.

Podemos notar também um aumento no valor do prazo foreiro, para fins de inventário, nos anos próximos a aplicação da lei de terras, mas já nos anos 1880 o valor cai chegando ao sua menor avaliação em 1900. Portanto, a crise que viveu a região estava ligada à desvalorização do café e à mão de obra escrava que migrava para localidades em que o café encontrava o seu apogeu. Desde os anos de 1840 a migração já é percebida por Ricardo Ruiz, ao analisar os inventários para a década de 1840, encontra não só uma diminuição no número de escravos, mas também uma concentração da mão de obra cativa.<sup>165</sup>

Outra questão que intensificou a crise da segunda metade do século XIX em Itaguaí estava ligada às questões de saneamento básico da região que sofria com constantes epidemias de malária causada pelas águas retidas em terrenos baixos e alagadiços. É o que veremos no próximo capítulo, onde tentaremos também acompanhar a trajetória de duas famílias neste período e como elas reagiram a um momento de reconfiguração do que era plantado na região, da mão de obra escrava e a necessidade de aterramentos, aberturas de estradas, o surgimento das ferrovias, elementos que se somaram para o declínio econômico da freguesia do Bananal em Itaguaí.

---

<sup>165</sup> Cf. RUIZ, 1997, p. 39-40.

## CAPÍTULO III

### 3.1 Introdução

Apesar de termos definido nosso recorte entre os anos 1850 e 1900, neste capítulo utilizamos fontes que ultrapassam este recorte temporal, como um recurso de complementação dos dados. Acompanharemos a trajetória das propriedades de Antonio Soares da Silva e de sua família na freguesia do Bananal ao longo da segunda metade do século XIX. Analisaremos também a relação que este proprietário mantinha com outra família, a Pereira Belém, na tentativa de perceber de que maneira podiam juntas estabelecer relações de proteção contra as constantes mudanças daquele período.

Por isso, optamos por não deixar de fora, por exemplo, um inventário bastante revelador das condições sociais e econômicas da família de Antonio Soares da Silva no início do século XX, além de duas publicações do *Diário Oficial da União* nos anos de 1946 e 1970 que tratavam de questões relacionadas aos aforamentos da então Fazenda Nacional de Santa Cruz. A primeira tratando da legitimação ou não de terras em nome de Cassiano Caxias dos Santos, e a segunda obrigando os foreiros a reclamarem por seus foros em um prazo de noventa dias, evitando um processo de caducidade.

Ainda sobre o período de 1850 a 1900, aqueles proprietários passaram por, pelo menos, dois importantes eventos que afetariam irreversivelmente suas relações sociais e econômicas, que foram as leis do Ventre Livre e a extinção legal da escravidão através da lei áurea de 13 de maio de 1888. A família de Antonio Soares nos serviu como referência para seguirmos em busca de outras famílias que estavam inseridas naquele contexto socioeconômico local, na freguesia do Bananal em Itaguaí. A forma que encontramos para realizar esta seleção foi a existência de relações matrimoniais entre estas famílias.

Analisaremos a relação estabelecida por aqueles agentes históricos com as suas terras, suas plantações, como essas propriedades se comportaram ao longo do período estudado através de estratégias, mesmo que inconscientes, desses indivíduos, que visavam garantir a manutenção das unidades produtivas administradas por essas famílias, para compreendermos um pouco do cotidiano em que estavam inseridos.

Portanto, realizaremos neste capítulo uma mudança na escala de análise, não criaremos com isso uma contradição metodológica, mas sim uma complementação que nos possibilitará perceber não só o macro, mas os pormenores que não são possíveis de serem observados por uma análise quantitativa e macroscópica. Uma abordagem voltada para área da micro história com um tratamento qualitativo das fontes, buscando ao máximo nos aproximarmos das ações desses agentes diante da realidade rural vivida no município de Itaguaí na segunda metade do século XIX.

Os inventários podem ser utilizados em pesquisas de cunho quantitativo por seu caráter massivo e seriado, mas também nos permite lançar um olhar mais detalhado sobre os indivíduos envolvidos,<sup>166</sup> nos dando pistas sobre comportamentos, costumes, detalhes do dia a dia daquelas famílias que se utilizavam deste tipo de mecanismo jurídico para inventariar suas posses e efetuar conseqüentemente a partilha.

Como verificamos no capítulo primeiro desta dissertação, em comparação com as fazendas do Vale do Paraíba, a maioria dos proprietários de Itaguaí podem ser considerados como pequenos e médios fazendeiros, exceto alguns poucos que tem em seus montes inventariados valores que se aproximam dos grandes fazendeiros de café do Vale do Paraíba, mas estes grandes fazendeiros não foram foco da pesquisa aqui realizada.

Para perceber as ações destes agentes em uma realidade dinâmica de estratégias familiares, utilizamos como referencia o livro *Herança Imaterial* onde é possível perceber estas articulações no capítulo “A definição do poder: as estratégias locais.” Levi analisa estratégias familiares e percebe que elas se baseavam “na transmissão e ampliação das profissões, das terras e das relações que possuía.”<sup>167</sup>

Em alguns casos as profissões podiam ser passadas de pai para filho, ou de tio para sobrinho, como forma de manutenção do *status quo*. As terras podiam ser centralizadas nas mãos de pelo menos dois membros de cada família, possibilitando sua circulação no interior destas, além da realização de casamentos entre membros das famílias mais poderosas, como forma de concentração de poder, sem prejudicar o “prestígio da estirpe em seu conjunto”.<sup>168</sup> Tentaremos perceber quais destas estratégias podem ser verificadas a partir da análise dos

---

<sup>166</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, In. *ARRABALDES*, 1988, p. 29-51.

<sup>167</sup> LEVI, op. cit. p. 233, 237, 238.

<sup>168</sup> Idem.

inventários destas famílias, onde é possível perceber relações matrimoniais dos herdeiros, a divisão dos bens através da partilha e a escolha ou não de um herdeiro preferencial.

Utilizaremos como complemento desta análise os estudos realizados por Manoela Pedroza sobre estratégias familiares em Campo Grande em sua tese *Engenhocas da Moral*.<sup>169</sup> A autora analisa a estrutura familiar dos engenhos que compunham aquela região entre os séculos XVIII e XIX e como era criado por eles uma espécie de estrutura onde se tornavam o centro de uma organização social e espacial em que famílias pobres podiam se aproximar através de matrimônios das famílias mais abastadas, como um acordo social que beneficiava as duas partes.

Nosso intuito é verificar se existiram nas relações estabelecidas pelas famílias selecionadas para a análise esses mesmos tipos de estratégias sociais para evitar a fragmentação territorial e, conseqüentemente, evitando a diminuição do poder local naquele período. Assim, buscaremos verificar em que medida estas práticas se mantiveram. E de que maneira foram perdendo sua força e foram ressignificadas.

Utilizamos o nome do indivíduo como fio condutor para que fossem reconstruídas as relações sociais através do cruzamento com outras fontes, como os *Registros Paroquiais de Terras* do município de Itaguaí, o *Almanak Laemmert* e os inventários *post mortem*. Carlo Ginzburg observa que apesar de utilizar o nome como fio condutor, o indivíduo deve ser analisado em suas conexões sociais e não apenas como uma parte isolada.<sup>170</sup>

Realizamos nosso estudo através da análise dos inventários das famílias Soares da Silva, e os Pereira Belém que mantinham uma estreita relação firmada por laços de parentescos que eram assegurados por gerações através da prática de matrimônios, forma de estratégia para manter o poder social e econômico familiar.

### **3.2 Antonio Soares da Silva e a Fazenda do Guandu**

No dia 12 de março de 1857, d. Helena Maria de Jesus, acompanhada de seu filho e procurador Francisco Antonio Soares da Silva, seguiu para a casa do Juiz de Órfãos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal para dar início ao inventário do seu

---

<sup>169</sup> Cf. PEDROZA, 2011.

<sup>170</sup> GINZBURG,. Op. cit. p. 169- 178.

finado esposo, Antonio Soares da Silva,<sup>171</sup> falecido em 23 de janeiro de 1857 naquela freguesia, deixando testamento e algumas dívidas para os seus 10 filhos, sendo três homens e sete mulheres.

O desenrolar do Inventário de Antonio Soares da Silva é bastante interessante, pois a partilha torna-se uma disputa judicial. De um lado, Francisco Antonio Soares da Silva e, do outro, os seus irmãos insatisfeitos com a forma em que ele administrava a herança enquanto a partilha não era realizada. Por isso, decidem recorrer à justiça para evitar os abusos, que diziam ser cometidos por ele. Um dos irmãos morre antes da abertura do inventário, trata-se de Manoel Antonio da Silva Francisco Soares, e Francisco Antonio Soares da Silva, procurador de sua mãe, assume a tutela de João Antonio Francisco Soares, seu sobrinho e filho do irmão falecido.

Natural do Rio de Janeiro, Antonio Soares da Silva deixa um testamento realizado poucos anos antes de sua morte. Constava que ele havia sido batizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Irajá, sendo filho legítimo de Antonio Soares da Silva e sua mulher Thereza Maria de Jesus, ambos já falecidos. Como bom católico quer que celebrem quatro missas de corpo presente por sua alma, além de outras missas pelas almas de seus pais.

Utilizam-se da terça, praticada naquele período, para garantir a manutenção da propriedade principal da família, ficando nas mãos, geralmente, do filho mais velho. Funcionava da seguinte forma: a herança era dividida em duas partes, uma delas, a meação, ficava com a viúva, enquanto a outra metade era novamente dividida. Uma das partes dessa nova divisão era chamada de terça que ficava, geralmente, destinada ao filho primogênito, ou aquele que por alguma razão era o escolhido para administrar a propriedade principal. A outra metade era dividida entre todos os filhos herdeiros, inclusive aquele que receberia a terça.

O recurso da terça, neste período, já havia ganhado outros significados e nem sempre garantia a manutenção da propriedade principal. Em alguns casos vimos a terça ser dada a mais de um herdeiro, visivelmente uma forma encontrada de beneficiar alguns dos herdeiros e não apenas um. Assim, além do que era dividido por igual entre os herdeiros na segunda metade do século XIX, por testamento, ou através do inventariante conjugue, podia ser definida a terça para um dos filhos homens e/ou para a filha mulher mais velha que podia receber também uma parte da terça.

---

<sup>171</sup> MJERJ – Inventário de Antonio Soares da Silva. Comarca de Itaguaí, ano 1857.

Este foi o caso verificado no testamento de Antonio Soares da Silva que deixa como terça para o filho Francisco Antonio Soares da Silva três benfeitorias e meio prazo <sup>172</sup> de terras junto à propriedade que o próprio Francisco Antonio já possuía, com o intuito de manter a integridade das terras nas mãos do filho. A outra parte da terça foi destinada para a filha Joana Maria de Jesus e a seu marido Joaquim Mariano de Moura que receberam cinco escravos.

A historiadora Muriel Nazzari <sup>173</sup> verifica o fim gradativo do dote ao longo do século XIX e conclui que esta diminuição, principalmente em meados do século XIX, é explicada devido à possibilidade dos filhos se tornarem capazes de ganhar seu próprio sustento sem dispor de meios de produção, não necessitando casar para acessar esses meios. Se antes os homens estavam disponíveis para o casamento a partir do dote de suas futuras esposas, já no fim do século XIX eram as mulheres que se tornavam disponíveis para o matrimônio.

Mas, apesar disso, no testamento de Antonio Soares da Silva temos todas as sete filhas recebendo dotes, considerados como um adiantamento da herança. Por isso, uma das especificações feitas no próprio testamento é a necessidade de “colação” <sup>174</sup> destas doações ao montante a ser partilhado. Este ponto geraria problemas durante a partilha. Os dotes consistiam quase que exclusivamente de doações de escravos às filhas e seus maridos.

Helena Maria de Jesus declara que ela e seu marido, o inventariado e finado Antonio Soares da Silva, venderam três prazos da situação do Guandu a Pedro Pereira, mas que este o revendeu ao filho do casal, o herdeiro Francisco Antonio Soares da Silva. É possível perceber que um dos caminhos encontrados pelo casal para deixar as terras da propriedade principal nas mãos de Francisco Antonio Soares da Silva fora vender, a terceiros, que por sua vez, revenderia ao herdeiro preferencial.

---

<sup>172</sup> Quando utilizamos aqui o termo “prazo”, estamos nos referindo a pedaços de terras que eram aforadas por esses fazendeiros e lavradores da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa as dimensões deste “prazo” podiam variar e na análise dos *Registros Paroquiais de Terras* das freguesias do município de Itaguaí optamos por sempre utilizar a dimensão em “braças superficiais quadradas”, quando assim as terras declaradas também eram descritas, pois acreditamos que esta forma é mais precisa. Quando o “prazo” não tinha sua especificação em “braças superficiais quadradas” utilizamos como referência a descrição do tamanho de um prazo foreiro à Fazenda Imperial de Santa Cruz especificado por Manoela Pedroza no livro *Engenhocas da Moral* que equivalia a 16 alqueires.

<sup>173</sup> Cf. NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote - Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

<sup>174</sup> Isso significa que as doações feitas antes da feitura do inventário deveriam ser anexadas ao montante para serem descontadas do que cada herdeiro iria receber na partilha. O testamento está transcrito seu Inventário. MJERJ – Comarca de Itaguaí, *Inventário* de Antonio Soares da Silva, 1857.

Não concordaram com este fato os demais herdeiros e depois da morte do inventariado tentaram anular a venda, obrigando Francisco Antonio Soares da Silva a entregar ao casal inventariado os ditos três prazos de terras, os quais deveriam ser avaliados para fazerem parte do monte no inventário. Apesar do desacordo dos demais herdeiros, Helena Maria de Jesus tenta sustentar o contrato de venda. O caso acima relatado é um dos motivos que conduzem a partilha ao caminho litigioso.

Alguns herdeiros se negaram a realizar a avaliação dos seus dotes para que fossem juntados ao monte a ser partilhado o que gerou uma carta precatória destinada ao juiz de Órfãos do município de Iguassu, local onde alguns dos herdeiros residiam, solicitando judicialmente que se realizassem as avaliações. Nesta carta a viúva, d. Helena Maria de Jesus, se justifica ao juiz de Órfãos daquele município através de um documento enviado pelo juiz de Órfãos de Itaguaí em que d. Helena Maria de Jesus afirmava não ter conseguido realizar a avaliações dos bens de seu marido no prazo de 5 dias devido às doações feitas ao coerdeiros presentes no inventário que segundo ela se recusaram a ter os bens avaliados..

“os quais tem se recusado a apresenta-los para serem avaliados... que elas sejam feitas em presença de vossa senhoria... todos os bens e rendimentos que lhes foram doados... a Joao Antonio Soares morador na freguesia de Jacotinga. Joao Pedro Alexandrino cabeça de sua esposa Jesuína Maria de Jesus e José Gonçalves Cruz por cabeça de sua mulher Thereza Maria de Jesus moradores na freguesia de Marapicu... que lhes foram doados e com que tem de entrar a colação para tão bem serem avaliados, sob pena de que não fazendo ficarão sujeitos as penas mencionadas nas ordenações citadas na petição.”<sup>175</sup>

O herdeiro e os dois coerdeiros que representavam suas esposas, filhas de Antonio Soares da Silva, moravam no município de Iguaçu, Joao Antonio Soares na freguesia de Santo Antonio da Jacutinga, enquanto Joao Pedro Alexandrino e Silva, casado com a herdeira Jesuína Maria de Jesus e José Gonçalves Cruz, casado com a herdeira Thereza Maria de Jesus, moravam na freguesia de Marapicu que ficava praticamente ao lado de Lagoinha, localidade em que era situada a propriedade principal do casal inventariado.

---

<sup>175</sup> MJERJ – *Inventário post mortem* de Antonio Soares da Silva, comarca de Itaguaí, 1857. f 44.

A carta precatória enviada por d. Helena Maria de Jesus em resposta por não ter conseguido cumprir o prazo de cinco dias para a conclusão da avaliação dos bens deixados pelo seu finado marido, nos sugere que a dificuldade em conseguir avaliar os bens legados as suas duas filhas e ao seu filho como dotes, era uma tentativa para que estes bens não fossem colados ao inventário, pois esses mesmos bens depois de anexados ao monte *mor* seriam descontados durante a partilha da parte pela qual teriam direito.

Enquanto isso, Francisco Antonio Soares da Silva era acusado por seus irmãos de estar tornando a partilha propositalmente lenta e que enquanto esta não ocorre, ele estaria se beneficiando do que era devido aos outros herdeiros, já que Francisco estava à frente das fazendas do Guandu e Lagoinha. Por esta razão, cinco dos seus nove irmãos escolhem um advogado para representá-los durante o processo de divisão dos bens.

Mas, três anos depois, em 1860, ainda sem que se tenha chegado a alguma solução, d. Helena Maria de Jesus falece, sem deixar testamento, e Francisco Antonio Soares da Silva se torna inventariante da mãe, sem que a partilha anterior tenha sido completamente efetuada. Inicia-se mais uma disputa judicial. E agora os demais herdeiros o acusam de estar também adiando a partilha dos bens de d. Helena Maria de Jesus propositalmente enquanto vai tirando proveito dos bens da mãe que está em sua posse.

Já como inventariante da mãe, Francisco Antonio Soares da Silva é acusado pelos herdeiros de ter um número maior de escravos do que deveria e de levar os escravos para a sua situação durante o processo de partilha enquanto estes trabalhavam para ele.<sup>176</sup> Naquela época a lei já determinava uma partilha por igual, mas, como vimos, existiam formas de tentar burlar a lei, por isso o mecanismo da terça foi utilizado para dar maiores privilégios ao inventariante.

### **3.3 As Fazendas da Lagoinha e Guandu.**

Vamos analisar estas duas propriedades através de cinco inventários que foram abertos de 1857 até 1927 na freguesia do Bananal, são eles:

---

<sup>176</sup> AN – *Inventário* de Helena Maria de Jesus, 1860.

**Tabela 10**

**Inventários *Post Mortem* da Família Soares da Silva.**

<b>Inventários <i>post mortem</i></b>	
<b>Família Soares da Silva</b>	
<b>Inventariado</b>	<b>Ano de abertura</b>
Antonio Soares da Silva	1857
Helena Maria de Jesus	1860
Francisco Soares da Silva	1873
Manoel Antonio Soares da Silva	1900
Francisco e Paschoa	1927

Fonte: MJERJ – Comarca de Itaguaí - Inventários *post mortem*.

Helena Maria de Jesus falece antes de ter sido concluída a partilha dos bens de Antonio Soares da Silva, seu esposo. O *monte mor* deixado pelo casal chega ao valor de 66:115\$800 (sessenta e seis contos, cento e quinze mil e oitocentos reis) que correspondiam a soma das terras, animais, escravos, benfeitorias e tudo mais que estivesse nas Fazendas de Lagoinha e Guandu. As dívidas não eram muitas e não ultrapassavam o montante de dois contos de réis, o que não evidenciava dificuldades financeiras da família, eram despesas cotidianas que incluíam também os gastos com os funerais.

Antonio Soares da Silva, no momento de sua morte, possuía quatro prazos de terras foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz no lugar denominado Lagoinha, situada na margem direita do Rio Guandu, e mais três prazos na Fazenda Guandu avaliados em três contos de réis. Na tabela que analisamos no capítulo anterior com a distribuição fundiária da freguesia do Bananal, ele aparece com 174, 24 hectares de terras. Nesta faixa colocamos os fazendeiros que tivessem entre 100 a 400 hectares e encontramos 11 proprietários com propriedades variando entre essas medidas que representavam 9,6% de todos os declarantes, mas que concentravam juntos 24,14% de toda a terra declarada.<sup>177</sup>

As propriedades de Antonio Soares da Silva tinham juntas 50 mil pés de café, casas de vivendas, engenhos de mandioca, monjolos e alguns animais como bestas, bois de carro,

---

<sup>177</sup> APERJ – Livro de *Registros Paroquiais de Terras* – Freguesia de N.S. da Conceição do Bananal. (1854-1857).

vacas, leitões e carneiros. Além do café, sua principal fonte de renda, eram cultivados milho, feijão, arroz e mandioca. Nas avaliações encontramos móveis, oratórios e utensílios de prata.

Para a produção da farinha existia uma casa com um engenho coberta de telhas e outro para prensar a farinha além de dois fornos. Já o cafezal, um dado importante era a localização deste nas terras avaliadas, cultivado em locais denominados como Morro Novo, Morro da Bandeira, Morro da Areia. Como já observamos, a região era alagadiça e plantar em locais mais altos evitava que o café tivesse sua colheita prejudicada ou perdida.

Portanto, em comparação com outros fazendeiros da região, podemos considerar Antonio Soares da Silva de médio a grande proprietário. Entendemos que em comparação com Paraíba do Sul, analisado por Fragoso,<sup>178</sup> ele não se aproximava dos grandes fazendeiros de café, mas se comparado com os lavradores pobres analisados por Hebe Mattos em Capivary<sup>179</sup>, Antonio Soares da Silva tinha muito mais benfeitorias. Se em Capivary os lavradores pobres não ultrapassavam os dois mil pés de café em suas propriedades, Antonio Soares da Silva somava, como vimos, nas Fazendas do Guandu e Lagoinha cerca de 50 mil pés de café.

Francisco Antonio Soares da Silva falece treze anos depois de sua mãe. Em seu inventário encontramos duas situações na freguesia do Bananal: Guandu e Capim, ambas somavam nove prazos de terras, com casas de vivendas, senzalas, engenhos de cana, várias plantações, vinte e dois escravos de ambos os sexos e 50 cabeças de gado *vacum*.<sup>180</sup>

Ao analisarmos seu inventário encontramos profundas diferenças, principalmente, sobre o que era plantado na propriedade do Guandu. Apesar do tamanho medido em prazos não ter se alterado significativamente, a forma de se referir à propriedade, sim. Em 1857 era denominada fazenda do Guandu, já em 1873 a mesma propriedade aparece inventariada como uma “situação”.

A situação do Guandu tinha quatro prazos e um quarto de terras avaliados em 2:125\$000 (dois contos cento e vinte e cinco mil réis), aumentando em um quarto de prazo, se comparado à mesma propriedade inventariada em 1857. O *monte mor* alcança o valor de 35:764\$700, (trinta e cinco contos setecentos e sessenta e quatro mil e setecentos réis) pouco

---

<sup>178</sup> Cf. FRAGOSO, 2013.

<sup>179</sup> Cf. CASTRO, H., 2009.

<sup>180</sup> MTJERJ – Processos da comarca de Itaguaí. Inventario *post-mortem* de Francisco Antonio Soares da Silva, 1873.

mais da metade do *monte mor* de Antonio Soares da Silva, mas esta diminuição se explica devido à partilha dos bens.

Em 1857 as terras serviam majoritariamente ao plantio do café, além de mandioca, milho, feijão, entre outros gêneros alimentícios. No Inventário de Francisco Antonio Soares da Silva, em 1873, a plantação de café sequer é mencionada. A propriedade é dedicada à produção de aguardente, pois encontramos na lista de bens inventariados três canaviais capazes de produzir 54 pipas de aguardente, engenhos com moendas de ferro e utensílios para cana puxado por animais, um alambique de cobre, depósito para armazenar açúcar, somando um investimento dedicado à cultura da cana de quase seis contos de réis, demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 11**

**Investimentos em Cana.**

<b>Investimentos em Cana</b>	<b>Valor (réis)</b>
Canaviais	2:160\$000
Engenho com moendas de ferro e seus pertences	600\$000
Alambique de cobre e seus pertences	1:600\$000
Engenho com Alambique e deposito de açúcar	1:200\$000
Animais para os engenhos	60\$000
Forno	30\$000
<b>Total</b>	<b>5:650\$000</b>

Fonte: MJERJ – Comarca de Itaguaí. Inventários de Francisco Antonio Soares da Silva.

No gráfico 1 vimos que no intervalo 1870 -1875 há uma diminuição acentuada no número de fazendas dedicadas ao café, enquanto o número de engenhos e engenhocas aumenta.<sup>181</sup> Em 1870, foram 249 proprietários listados como fazendeiros ou lavradores de café, já em 1875 esse número cai para 130. Os engenhos listados no mesmo intervalo sobem de 32 para 58.<sup>182</sup>

<sup>181</sup> Cf. gráfico 1, p. 40.

<sup>182</sup> Ver anexo II com a publicação no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* de uma engenhoca em 1891. p. 113.

No intervalo 1870 – 1875 temos uma crise financeira que atinge à produção de café no Brasil,<sup>183</sup> além de uma menor produtividade das terras devido à exaustão de seus recursos naturais.<sup>184</sup> Elementos que contribuíam para que diminuísse o interesse dos fazendeiros em Itaguaí em manter suas propriedades com a cultura do café como sua principal produção. Acreditamos na hipótese que não existiam fazendeiros de café ou cana exclusivamente, como em outras regiões, mas fazendeiros que podiam muitas das vezes mudar o que era plantado de acordo com a lucratividade do mercado.

O perfil de proprietários que mudam a produção principal em sua fazenda não é algo atípico, mas sim, muito comum, e por razões diferentes. A mudança de um tipo de agricultura para outra pode ser motivada não só por elementos comerciais, onde em um determinado período privilegia um tipo de plantação e em outro, não. Mas, o esgotamento do solo também é uma das razões para que seja mudado o perfil na produção principal em uma unidade produtiva.

Warren Dean,<sup>185</sup> ao analisar Rio Claro, conclui que a mudança da cana para o café foi gradativa e impulsionada por uma demanda mundial que deixava o açúcar em situação menos lucrativa, além da produção do café ter custos menores. A questão econômica foi o principal mote de mudança que levou os fazendeiros de Rio Claro a deixarem a cana e se dedicarem ao café em meados do século XIX. Mesmo Itaguaí não configurando um município dedicado a grande lavoura, podemos afirmar que apesar das crises em que o café passou, o que vemos nas propriedades dos Soares da Silva é uma mudança para a cana como uma tentativa de manutenção da produção comercial.

Mas, é importante perceber que esta volta ao plantio da cana de açúcar como principal fonte de renda da propriedade, não significava um retorno aos canaviais do século XVIII. Agora, essa produção não se destinava majoritariamente à produção de açúcar, mas sim, para a produção de aguardente. Apesar da cana em várias propriedades ter sua importância renovada, ela não volta com a força de antes, já que o elemento da policultura se torna cada vez mais significativo.

O que queremos afirmar é que não podemos achar que a crise do café foi o elemento decisivo que levou as unidades produtivas em Itaguaí ao seu fim maciço, já que percebemos

---

<sup>183</sup> Cf. SCHULZ, 1996.

<sup>184</sup> FRAGOSO, 2013.

<sup>185</sup> DEAN, Warren. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. p.42

elementos na dinâmica agrária que levaram os fazendeiros e agricultores a diversificarem as plantações de acordo com suas necessidades.

Maria Fernanda de Oliveira Coutinho,<sup>186</sup> ao estudar as transformações econômicas em Resende, entre os anos de 1888 e 1940, observa que com a crise do café intensificada nos anos 1880, os fazendeiros locais percebendo a crise, optam pela retirada de seus investimentos nos cafezais e começam a direcioná-los para a pecuária.

As fazendas não acabaram devido à crise do café, apesar de que, provavelmente muitos fazendeiros não souberam lidar com ela e entraram em falência, mas, esta mudança nos permite afirmar que, muitos conseguiram sobreviver, após um momento de crise econômica, passando para outra forma de investimento. Em Resende, uma das razões dadas por Maria Fernanda de Oliveira Coutinho para a crise do café é o esgotamento do solo pela monocultura do próprio café, além de todos os outros elementos que gradativamente conduziram a escravidão ao seu fim.<sup>187</sup>

Por outro lado, Fragoso ao analisar o Município de Paraíba do Sul verifica que o problema lá foi que a maioria dos fazendeiros continuava insistindo nas mesmas práticas econômicas<sup>188</sup> e na mesma estruturação social e econômica no interior de suas fazendas, o que não os conduziu para uma reinvenção de suas propriedades em novas formas de trabalhar com o solo. Podemos supor que os fazendeiros menores e, portanto, menos estáveis, e que também já lidavam com certo grau de policultura, estiveram mais dispostos a diversificar sua produção diante da crise, enquanto os barões do Vale do Paraíba, não acreditavam que a ruína de suas propriedades pudesse ser consumada.

Por isso, foi possível verificar através da análise do *Almanak Laemmert* que as fazendas tinham várias culturas coexistindo. A diminuição do café, e em contrapartida o aumento no plantio da cana também reforça essa ideia. Isso não acontecia com todos os fazendeiros, alguns simplesmente desaparecem daquelas listas, mas outros passam de fazendeiro de café para cana num espaço de pouco mais de dez anos, como é o caso da família de Antonio Soares da Silva.

---

<sup>186</sup> RODRIGUES, Maria Fernanda de Oliveira Coutinho. PECUÁRIA LEITEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. As transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940). Rio de Janeiro; UFRJ/ IFCS, 2011. p. 28.

<sup>187</sup> Idem. p.28.

<sup>188</sup> FRAGOSO, 2013, p.17-19.

Outro elemento importante a ser notado neste inventário de 1873 é a presença de 50 cabeças de gado *vacum*. Quando confrontado com a análise realizada por Alberto Lamego em *O Homem e a Guanabara* sobre os dados levantados a partir do Censo Geral de 1920. Segundo o autor, “em Itaguaí, a influência da planície rapidamente conduziu à colonização para uma cultura rural com base na pecuária”.<sup>189</sup>

**Tabela 12**

**Pecuária em Itaguaí.**

<b>Recenseamento Bovino</b>	
Parati	700
Angra dos Reis	546
Mangaratiba	495
Itaguaí	11.337

Fonte: *O Homem e a Guanabara*<sup>190</sup>

Na tabela acima verificamos uma enorme diferença na quantidade de gado recenseado em 1920, quando comparamos Itaguaí com outros municípios daquela região. A explicação dada por Lamego está diretamente ligada em como as questões geográficas influenciam o desenvolvimento socioeconômico. O relevo montanhoso não permitiu que cidades como Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati pudessem expandir com tamanha força a pecuária como nas planícies do município de Itaguaí durante o período de crise do café no fim do século XIX.<sup>191</sup>

Itaguaí, com sua pequena sede inexpressiva e a guardar feição singela de vila colonial, excede com sua economia todos os demais municípios regionais.(...)

<sup>189</sup> LAMEGO, 1964, p.269.

<sup>190</sup> Idem. p. 268.

<sup>191</sup> Confira o ANEXO II no fim deste capítulo onde é possível verificar o relevo das cidades de Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis e uma foto mostrando a planície de Itaguaí a partir da Serra do Matoso. p.113.

Extraordinária, parece-nos sobretudo a estatística de sua pecuária com mais de 11 000 cabeças de gado, antes as quais insignificantes se tornam as cifras de Mangaratiba, de Angra dos Reis, e Parati.

É que a influência do meio físico nitidamente nos parece ali com uma evidência meridiana.<sup>192</sup>

No município de Resende o gado *vacum* inicialmente servia de transporte para a produção do café que era escoada pelos portos da região, além de representar importante papel no complemento da dieta alimentar e também como fertilizante do solo. Em um segundo momento, com o surgimento das estradas de ferro, deixa de ser utilizado como meio de transporte da produção, e se torna a atividade principal das fazendas daquele município. Assim, o gado *vacum* deixou de ser um elemento secundário e tornou-se a principal produção de muitos fazendeiros no fim do século XIX e início do século XX, como alternativa para a crise do café.<sup>193</sup>

O baixo custo na criação do gado, que exigia um número reduzido de braços, em comparação com a cafeicultura, e as terras planas disponíveis em sua propriedade na freguesia do Bananal, podem ter conduzido Francisco Antonio Soares da Silva para esta opção, como uma das formas de se manter no período de crise do café, já que é possível verificar em seu inventário a mudança do café para a cana de açúcar destinada à produção de aguardente.

A mudança no tipo de cultura nas propriedades desta família pode ser observada no inventário de Manoel Antonio Soares da Silva, de 1900, falecido trinta e dois anos após a abertura do inventário de seu pai Francisco Antonio Soares da Silva no qual aparece como filho legítimo com apenas dois anos. Em seu inventário, Manoel Antonio Soares da Silva tem três propriedades listadas, uma na vargem do Guandu, outra em Capoeira e a última não conseguimos identificar a localidade. Juntas somavam três prazos e meio e toda a sua produção era dedicada à produção de cana de açúcar.<sup>194</sup>

Portanto, Manoel Antonio Soares da Silva ainda tenta dar seguimento à produção de aguardente iniciada pelo seu pai Francisco Antonio Soares da Silva. Em seu inventário não encontramos a causa de seu falecimento, sabemos apenas que era casado com Francisca

---

<sup>192</sup> LAMEGO, 1964, p. 259.

<sup>193</sup> RODRIGUES, 2011.

<sup>194</sup> MTJRJ – Comarca de Itaguaí. *Inventário* de Manoel Antonio Soares da Silva – 1900.

Pereira Soares, que pelo sobrenome já demonstra ser fruto também da estreita relação entre a família Soares da Silva e a família Pereira Belém que pudemos verificar já na primeira metade do século XIX.

Em 1927 encontramos um inventário da família Soares da Silva que tratava da venda de uma cessão de direitos de herança dos bens deixados por Francisco Antonio Soares da Silva a seu filho Manoel Antonio Soares da Silva e adquiridas pelo coronel Cassiano Caxias dos Santos. Apesar de ultrapassar do nosso período de análise, ele não poderia ficar de fora já que foi decisivo para que conseguíssemos compreender as relações de parentescos entre os Soares da Silva. Neste inventário, por exemplo, encontramos a certidão de óbito de Manoel Antonio Soares da Silva que nos deu a certeza que ele era filho de Francisco Antonio Soares da Silva.

No inventário foi descrito quarenta alqueires de terras, situados na localidade de Lagoinha, dez alqueires de terras, situados no lugar denominado Figueira e Morro da Colher e ainda mais dezesseis alqueires de terras, situados no lugar denominado Valla do Piloto, todas as terras descritas faziam parte do segundo distrito do município e eram foreiras à fazenda Nacional de Santa Cruz em nome de Francisco Antonio Soares da Silva. Na avaliação das terras, os sessenta e seis alqueires, soma das três propriedades descritas, tem seu valor fixado em um total de 3:300\$000 (três contos e trezentos mil reis).<sup>195</sup>

Portanto, no inventário realizado em 1927 por Cassiano Caxias dos Santos os sessenta e seis alqueires quando convertidos para prazos da fazenda Imperial de Santa Cruz, correspondem a quatro prazos e um oitavo de terras. Verificamos assim que há uma diminuição nas propriedades da família em aproximadamente 50%. É possível notar que há uma valorização no valor das terras de 64%, apesar de não termos informações exatas sobre o seu uso. Apesar do valor pelo qual as terras são avaliadas, Cassiano Caxias dos Santos as compra por apenas um conto de réis. Estamos tomando como referência as avaliações feitas nos inventários de 1873 e 1927.

Em 1857, no Inventário de Antonio Soares da Silva, sua escravaria era composta por 45 escravos avaliados em 40:250\$000 (quarenta contos e duzentos e cinquenta mil réis). Este é um dado muito importante, pois demonstra claramente que os cativos correspondiam a 61% do monte inventariado; portanto, o seu maior bem. Dos 45 escravos do plantel da família

---

<sup>195</sup> LAMEGO, 1964.

Soares da Silva, 75% estavam em idade adulta no momento da avaliação, mais da metade do plantel em idade adulta era formado por escravas (52%). Entre os 11 escravos menores de 14 anos, sete eram meninas e quatro meninos.

Quando observamos a origem dos cativos, podemos notar que os escravos mais velhos eram de nações africanas, como os Cabinda, Benguela e Congo. Já os escravos mais novos, geralmente abaixo dos 30 anos, eram definidos como crioulos ou pardos. O inventário não especifica as funções exercidas por eles, mas podemos supor que em sua maioria estavam destinados ao trabalho na roça. O único que apresenta a função específica é o escravo Jacob Cabinda de 40 anos, na função de “oficial de pedreiro”.

Entre os 45 cativos avaliados em 1857, 46% eram escravos africanos, e 54% era composto por escravos nascidos no Brasil, provavelmente os sete anos sem poder renovar seu plantel com escravos africanos já provocava seus primeiros efeitos, o nascimento de escravos crioulos começava a modificar a composição da escravaria de Antonio Soares da Silva.

Quando comparamos com o plantel do seu filho Francisco Antonio Soares da Silva, em 1873, encontramos apenas 34% dos escravos de origem africana. Já entre os crioulos, 86% vieram do porto do Rio de Janeiro, o restante era do porto da Bahia. Warren Dean analisando a proporção entre escravos africanos e brasileiros no município de Rio Claro, verifica que, em 1872, 82% dos cativos são brasileiros.<sup>196</sup>

Seu plantel de 21 escravos foi avaliado por 12:100\$000 (doze contos e cem mil réis), representando 33% do monte mor de 35:764\$700 (Trinta e cinco contos setecentos e sessenta e quatro mil e setecentos réis). Um perfil diferente do que encontramos em outros fazendeiros em Itaguaí. Francisco Antonio Soares da Silva tem pouco mais da metade de escravos do que tinha seu pai, em compensação, ele praticamente dobra a quantidade de prazos que herda do pai. A explicação para esta mudança de perfil na propriedade pode ser respondida principalmente pela presença de 50 cabeças de gado *vacum*, animais que precisam de grandes extensões de terras para sua criação e não necessitavam de muitos braços.

As 50 cabeças de gado *vacum* foram avaliadas em 2:164\$000 (dois contos cento e sessenta e quatro mil réis) todos eles estão devidamente “batizados” com os mais diferentes nomes, entre eles: Redondo, Marinheiro, Pimpão, Marimbondão, Falante, Desengano, Pintassilgo, Mulatinha, Lavrador, etc... Estão presentes ainda doze animais utilizados nos

---

<sup>196</sup> DEAN, 1977. p.42.

engenhos, e outros seis de carga, utilizados para o transporte do que era produzido nos dois sítios.

Percebemos nos inventários que havia uma disputa pelos escravos, alguns foram doados, outros estavam emprestados, mas o herdeiro não queria devolver. Francisco Antonio Soares da Silva foi acusado pelos irmãos de estar usufruindo dos escravos em suas terras enquanto tenta na justiça retardar a partilha

A briga na justiça pelos escravos nos traz uma informação interessante, pois uma das queixas dos herdeiros era que Francisco Antonio Soares da Silva estava tendo um gasto com os escravos muito maior do que seria o normal. Ele se justifica dizendo que precisa alimentar os escravos e por isso usava o feijão e a mandioca colhida para esta função, ele ainda explica que precisou pagar os salários atrasados do feitor Francisco de Paula Silva que somavam a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), o feitor recebia por seus serviços por mês 10\$000 (dez mil réis). Francisco Antonio Soares da Silva ressalta ainda que o feitor exercia inclusive, a função de administrador da fazenda da Lagoinha, pois era de confiança dos seus finados Pais.

Os outros herdeiros realizaram procurações nas freguesias de Santo Antonio da Jacotinga e Marapicu, dando poderes a um mesmo advogado para que os representassem na tentativa de acelerar o processo de partilha e evitar que Francisco Antonio Soares da Silva continuasse utilizando o que era colhido nas terras do casal falecido.

Se os herdeiros de Francisco Antonio Soares da Silva conseguem tocar a propriedade do pai após seu falecimento, não sabemos, mas a venda da escritura para Cassiano Caxias dos Santos nos sugere que durante a crise de febre palustre, eles provavelmente também abandonam a região, já que no inventário de 1927 não consta qualquer tipo de forma de cultivo naquelas terras.

Acreditamos que a família Soares da Silva pode ser um exemplo do que aconteceu com muitas famílias em Itaguaí na virada do século XIX para o século XX. Essa hipótese é reforçada pela ação do próprio Cassiano Caxias dos Santos que aparece como cessionário das terras de várias famílias em inventários justamente entre o fim do século XIX e início do XX, demonstrando que aquelas famílias se antes cultivavam suas terras e produziam seus próprios sustentos, naquele momento já não tinham mais condições de manter as propriedades.

### 3.4 A família Pereira Belém.

A escolha da família Pereira Belém aconteceu devido a sua estreita relação com a família Soares da Silva. Cruzando os inventários destas duas famílias foi possível verificar que alguns dos herdeiros citados mantinham relações matrimoniais entre si. Por que estas famílias desenvolveram relações matrimoniais repetitivas ao longo de mais de uma geração? É o que tentaremos demonstrar a seguir observando informações sobre os bens inventariados em dois inventários.

O capitão Pedro Cypriano Pereira Belém, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, filho legítimo de Francisco Antonio Pereira Belém e de sua mulher, Joana Maria de Jesus, ambos falecidos na época, tem seu inventário aberto em 1860, por seu filho Manoel Pereira Belém, casado com Joaquina Maria de Jesus, filha de Antonio Soares da Silva. Esse é o caso também de Faustina Maria de Jesus casada com Raymundo Pereira Belém.

Pedro Cypriano Pereira Belém no ano de 1834 havia sido inventariante de sua mãe Joana Maria de Jesus, esse inventário foi bastante importante para entendermos a dimensão das relações estabelecidas entre essas duas famílias, pois descobrimos que ele era irmão de Helena Maria de Jesus, esposa de Antonio Soares da Silva, portanto, seu filho Manoel Pereira Belém, quando se casa com Joaquina Maria de Jesus, estava casando com uma prima.

A estratégia matrimonial de casar um dos filhos com parentes era uma forma de reiterar laços, enquanto outros filhos podiam servir para a formação de novas alianças.<sup>197</sup> Por isso, encontramos Joaquina Maria de Jesus e Faustina Maria de Jesus se casando com seus primos, enquanto Francisco Antonio Soares da Silva se casa com Pascoa Carolina de Moura Soares de uma família provavelmente de interesse dos Soares da Silva.

As propriedades foram descritas nos inventários como sítios e não como fazendas. O sítio do Barro Vermelho e Feliciano tinham suas produções voltadas principalmente para o açúcar e café, foram descritos engenhos de cana, farinha e café. Este último com pouco mais de nove mil pés de café nos dois sítios.

O sítio do Pântano concentrava em seu meio prazo de terras 14.300 pés de café, descrito como um cafezal novo, além e 300 pés de bananeiras e 100 pés de laranjeiras, e ainda mandioca, cana e guandos, sem especificar a dimensão dessas plantações. Essa alta

---

<sup>197</sup> PEDROZA, 2011. p. 82.

quantidade evidencia uma produção para a venda. O último sítio descrito, o Sítio do Sapateiro, possuía 15 mil braças quadradas com pés de bananeiras, laranjeiras, feijão, mandioca, milho. O sítio tinha uma produção colhida no momento da avaliação de 40 sacos de farinha.

Podemos perceber claramente o elemento da policultura nos quatro sítios avaliados no inventário de Pedro Cypriano Pereira Belém, em 1860. Neste período o café se destaca como a maior produção, seguido pela produção da cana e da farinha. Portanto é possível afirmar que tanto o café quanto a cana eram produzidos para serem vendidos no comércio do Rio de Janeiro.

Nestas terras trabalhavam 17 escravos, avaliados em 25:783\$460 (vinte e cinco contos setecentos e oitenta e três mil quatrocentos e sessenta réis), esse valor compreendia 77% dos bens inventariados, portanto o maior bem desta família se encontrava no valor de sua escravaria. Era muito comum que os escravos representassem o maior patrimônio desses proprietários.

Pedro Cypriano Pereira Belém declarou em seu testamento que deixaria forros e libertos alguns dos seus escravos. Maltildes, filha da escrava Mariana, Angélica, parda, filha da escrava Lodovina, e Júlio, pardo, filho da escrava Henriqueta, “pelo amor da criação que lhes tenho.”<sup>198</sup> No testamento de 23 de janeiro de 1859, portanto, um ano antes de seu falecimento, Pedro Cypriano Pereira Belém definiu que na partilha beneficiaria três dos seus herdeiros com a terça. Ele destina a terça para os herdeiros Fernando Pereira Belém, Francisco Cypriano Pereira Belém e o genro Manoel Ignácio Barbosa. A condição para o recebimento da terça era cada um ficar com um dos escravos libertos.

Declaro que instituo por herdeiros remanescentes da minha terça o meu filho Fernando, Francisco e meu genro Manoel por terem os mesmo de ficarem com o amor de tratarem e educarem aos libertos assim [sic] declarados até terem a idade competente para bem se regerem, ou casarem-se.

<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> MJERJ – Comarca de Itaguaí. Inventário *post mortem* de Pedro Cypriano Pereira Belém. Transcrição do seu testamento.

<sup>199</sup> Idem.

O interessante deste caso é que, como já vimos aqui, a terça era usada como um mecanismo de manutenção da propriedade principal nas mãos de um ou mais herdeiros, com o intuito de evitar fragmentação territorial e conseqüente perda de poder da família. Mas, Pedro Cypriano Pereira Belém, aparentemente, encontra outra razão para distribuir a terça entre três dos seus herdeiros. Não podemos estudar pelos documentos analisados este caso mais a fundo, mas é possível supor que Pedro Cypriano Pereira Belém, que se declara solteiro, devia ter uma relação bastante afetuosa com as três escravas e seus filhos para deixá-los forros após sua morte e ainda especificar no testamento que os menores deveriam ser cuidados por três de seus herdeiros até se tornarem capazes.

A escravaria de Pedro Cypriano Pereira Belém era composta por 17 escravos, sem considerarmos os escravos que no momento do inventário já se encontravam em posse dos herdeiros. Destes 17 escravos inventariados, metade era de origem africana em 1860 e apenas 33% dos escravos eram homens. Quando comparamos estes dados com o Censo de 1872, verificamos que a realidade da freguesia do Bananal era diferente da encontrada no plantel dos Pereira Belém. Dos 477 escravos recenseados, 303 eram homens, representando 63% do total.<sup>200</sup>

Não conseguimos um inventário que pudesse demonstrar o futuro dos Pereira Belém na passagem para o século XX e como se comportaram suas propriedades diante do aprofundamento da crise por que passou o município de Itaguaí. Mas foram de suma importância os documentos analisados, principalmente para entendermos melhor a relação com os Soares da Silva. Sobre a crise vamos tentar compreendê-la melhor nas próximas páginas.

### **3.5 Elementos da crise.**

Afirmamos anteriormente que a crise do café em si não configuraria elemento suficiente para levar uma região inteira a uma profunda decadência econômica irreversível, já que em algumas localidades foi possível verificar a capacidade de vários agricultores em reformular a produção de suas unidades produtivas. Não estamos dizendo que estes não sofreram com a crise, apenas concluímos que mantiveram suas propriedades, mesmo em crise, funcionando com uma produção diversificada, a policultura.

---

<sup>200</sup> Censo Geral 1872.

Mas, se a crise do café não foi um elemento suficiente para conduzir o município de Itaguaí a uma crise profunda, o que levou a região a um grande abandono no fim do século XIX e início do XX? Quais outros fatores podem ser considerados para que isso se justifique? Podemos começar nossas considerações com o impacto da construção das ferrovias em direção aos sertões do Rio de Janeiro, passando pelos terrenos planos e alagadiços da região hoje conhecida como Baixada Fluminense.

A partir da segunda metade do século XIX, o avanço das ferrovias em direção àquela região, primeiro a ferrovia Mauá e depois pela ferrovia D. Pedro II, fez com que os rios locais, usados para o escoamento da produção das fazendas locais e do Vale do Paraíba, fossem gradativamente substituídos pela via férrea. A Estrada de Ferro D. Pedro II alcançava a estação Belém, onde hoje fica o município de Japeri. Em 1859, o trajeto era percorrido pelas terras planas da região passando por várias partes pantanosas.<sup>201</sup>

Ao analisarmos o Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí foi possível encontrar uma representação à Câmara dos senadores, relativo à estrada de ferro de 10 de maio de 1852, onde os vereadores de Itaguaí se colocam contra a construção daquela via alegando “sofrimento” causado às povoações do litoral sul fluminense cujo comércio seria prejudicado. Portanto, eles já previam que a construção da estrada de ferro os tiraria das rotas comerciais, o que seria um elemento forte para o declínio econômico do município.<sup>202</sup>

A chegada da via férrea à estação de Belém foi de grande Impacto para a região, os rios não precisavam mais ser usados para o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba e a produção local dos agricultores. Portanto, além de toda a crise econômica que isso acarretava, já que a freguesia do Bananal saía da rota comercial que movimentava a localidade, os rios obstruídos conduziram a região a uma situação de insalubridade grave, que continuaria no início do século XX.

O tráfego pelos pequenos rios da Baixada da Guanabara que desempenharam um papel tão importante no comércio interno no Brasil até meados do século passado, exigia um constante trabalho e desentupimento e limpeza dos cursos d'água da região. Após a construção das estradas de ferro na segunda metade

---

<sup>201</sup> FADEL, Simone. Meio Ambiente, Saneamento e Energia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da baixada Fluminense. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado em História Social. 2006 p. 93.

<sup>202</sup> APERJ – *Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí*. 10 de maio de 1852.

do século XIX realizou-se uma verdadeira captura econômica pelas novas vias de comunicação; as antigas tropas, não podendo concorrer com o transporte ferroviário, breve desapareceram e, conseqüentemente os portos fluviais, ‘terminus’ dos longos caminhos que punham em comunicação o sertão com o litoral, entraram em franca decadência. Diminuindo e, em certos casos, cessando mesmo a navegação fluvial da região da Guanabara, a vegetação aquática, os troncos e galhadas passaram a obstruir os rios, contribuindo para o espraiamento das águas durante a época das chuvas, o que acarreta a formação ou dilação dos brejais (...).<sup>203</sup>

Agora a população que ainda resistia tinha que se preocupar com a febre palustre, mais conhecida hoje como malária. Esse novo elemento que afetava a região conduziu as autoridades a duas comissões de saneamento que visavam resolver a questão, sendo a primeira em 1883 e a segunda em 1889, não sendo bem sucedidas.<sup>204</sup>

Podemos verificar no mapa a seguir a bacia hidrográfica do Rio Guandu com o seu trajeto sinuoso passando próximo ao hoje município de Japeri, de onde segue em direção a Seropédica, determinando a fronteira com o município de Nova Iguaçu ao passar pela Antiga Rio-São Paulo, este local é onde ficava a antiga freguesia do Bananal e de lá segue em direção a Itaguaí, desembocando no mar, na Bahia de Sepetiba.

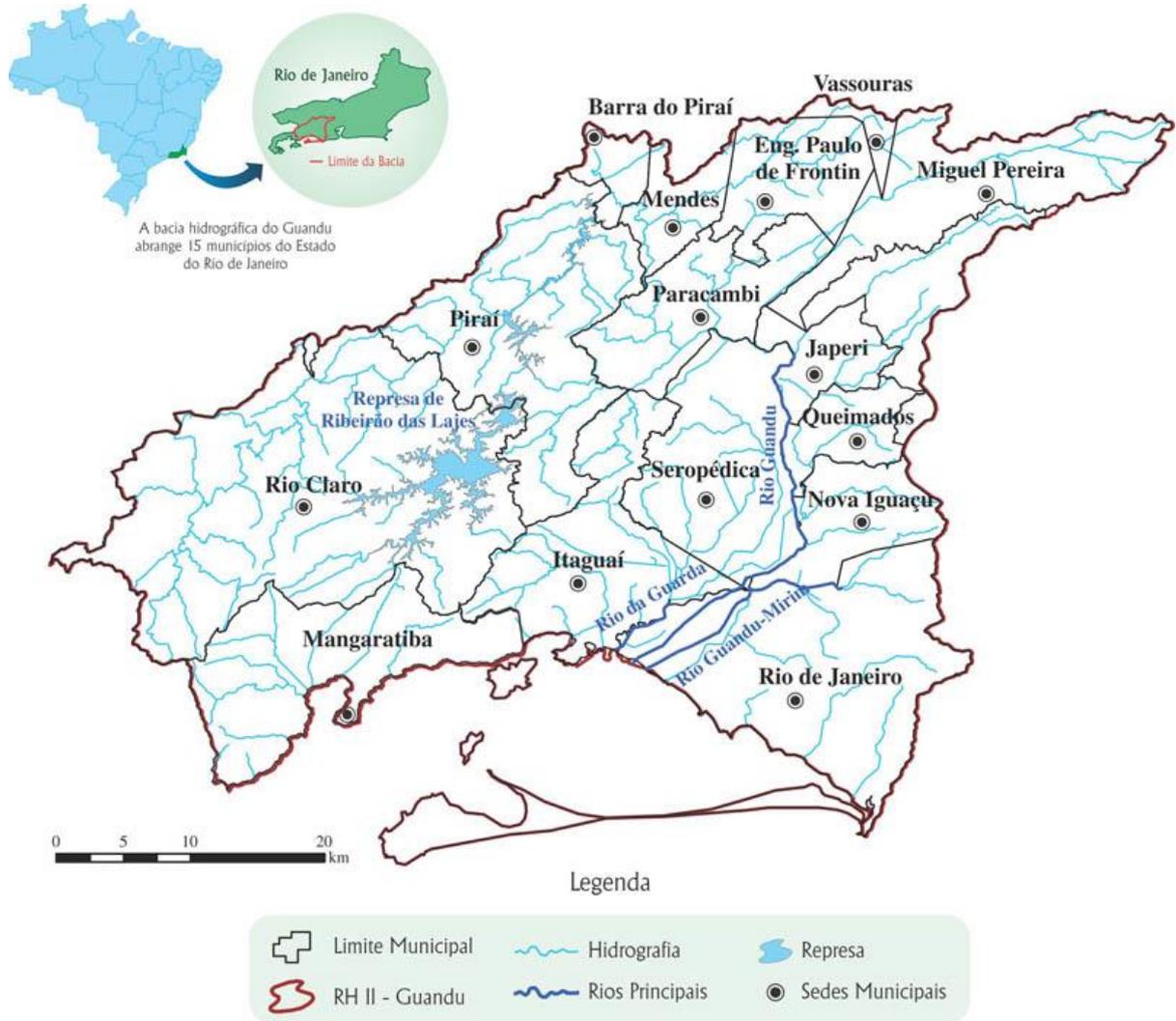
Na sequência temos um mapa mostrando as ferrovias que cortam o estado do Rio de Janeiro e devemos ficar atentos à ferrovia que sai da Central do Brasil no centro do Rio de Janeiro e segue até Japeri, onde ficava a estação Belém. Comparando o trajeto do Rio Guandu e da Via férrea é possível ver a diferença de traçado. A via férrea segue por um caminho muito diferente do rio Guandu, isolando completamente Itaguaí da rota comercial. O mapa é de 1994, portanto os trilhos que aparecem saindo de Itaguaí em direção ao Rio de Janeiro não existiam no final do século XIX, mas notem que eles se encontram com os trilhos que ligavam a estação de Belém ao Rio de Janeiro.

---

<sup>203</sup> MENDES, Renato da Silveira. Paisagens Culturais da Baixada Fluminense 1948. *Apud.* FADEL, 2006 p. 81, 84.

<sup>204</sup> FADEL, 2006. p. 81, 84.

Mapa 1 – Bacia hidrográfica do Guandu



Fonte: <http://www.comiteguandu.org.br/hidrografica.php>

## Mapa 2 - Ferrovias do Rio de Janeiro 1994



Fonte: Fundação DER – RJ, 1994

## Mapa 3 - Ferrovias do Rio de Janeiro 1994. (Detalhe)



Fonte: Fundação DER – RJ, 1994

O que vemos acontecer em Itaguaí foram vários elementos que se somaram e levaram a cidade a um processo de crise. Ainda citando o impacto das ferrovias, elemento desencadeador do abandono dos rios e as conseqüentes obstruções provocando a febre palustre, Renato da Silveira Mendes reforça o argumento de que as antigas regiões da Baixada Fluminense entram em grande decadência a partir da chegada das estradas de ferro.

A paisagem rural dessas antigas regiões era de completa desolação e abandono, pois salvo as pequenas culturas de árvores frutíferas (...) muito pouca coisa indicava a existência de uma atividade humana. Onde outrora havia uma vida rural muito movimentada, população relativamente densa, grandes plantações, engenhos fumegando em plena atividade, barcos, carros e tropas animando a paisagem, somente imperava a ruína nos fins do século XIX. Era como um retrocesso, uma volta à paisagem natural com a expansão dos brejos, dos carrascais (...)

Somente as estradas de ferro revelavam a presença do homem nessa paisagem de desolação; os trens, contudo, atravessavam uma região abandonada como se percorresse um deserto, sem particular vida local.<sup>205</sup>

É possível que a febre palustre, causada pelo avanço dos brejos, tenha sido o elemento final que levou ao abandono da região de Itaguaí no final do século XIX. A população local já esmaecida pelas crises aqui já relatadas, ainda se viu diante de uma doença, causada pelos mosquitos que viviam nas regiões alagadiças, sem controle e que estava lhes tirando a vida. Não havia mais porque continuar ali.

Se houve esse êxodo tão grande, provavelmente, podemos tentar perceber nos recenseamentos que ocorreram durante o período, alguma modificação drástica na população do município de Itaguaí, e foi o que fizemos. Utilizamos os censos de 1872, 1890 e 1900 para tentar confirmar o que lemos nas fontes anteriores e descobrimos que houve realmente uma diminuição no número da população total, mas nada que conduzisse a cidade a um estado de abandono.

Quando observamos os recenseamentos para verificarmos como se comportou o município, temos em 1872 sua população estimada em 13.875, já em 1890 sua população

---

<sup>205</sup> MENDES, Renato da Silveira. Paisagens Culturais da Baixada Fluminense 1948. *Apud.* FADEL, 2006. p. 90.

total era de 13.569. Portanto, em 18 anos houve praticamente uma estagnação demográfica em Itaguaí, justamente em um período onde o declínio do café, como vimos ao longo deste trabalho, foi bastante acentuado. No último censo, em 1900, há realmente um decréscimo populacional em 18%, passando para 11.170.<sup>206</sup>

Desta forma, podemos afirmar que, ao menos, segundo os recenseamentos, houve sim uma estagnação populacional em Itaguaí, seguido de uma redução considerável em um período total de 28 anos. Mas, nada tão catastrófico como alguns relatos aqui apresentados. Os dados desses Censos não confirmam os relatos, provavelmente exagerados sobre a crise que o município passou no fim da segunda metade do século XIX. Decidimos verificar como se comportaram algumas localidades já utilizadas neste trabalho para comparar os nossos resultados e encontramos a seguinte situação:

**Tabela 13**

**Variação Populacional.**

<b>Censo Demográfico</b>		
<b>Município</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>
Araruama	16.886	14.299
Magé	13.985	16.050
Mangaratiba	8.486	7.211
Iguassu	19.709	18.629
Estrela	7.374	*
Capivary	21.481	17.572

Fonte: Censo Demográfico 1890 e 1900.

Na tabela acima é possível perceber entre os municípios selecionados que há uma tendência geral na diminuição da população, exceto Magé, que tem um aumento demográfico. Portanto, Itaguaí não passava por um evento isolado, mas ele estava de acordo com uma realidade vivida por vários municípios fluminenses. Mas, para onde estava indo essa

<sup>206</sup> *Censo Demográfico – 1872, 1890 e 1900.*

população? Acreditamos que houve uma migração dessas populações para regiões onde a agricultura estava mais forte, além das migrações rumo à cidade de Janeiro.

A análise do livro de *Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí* e do livro de *Atas da Câmara Municipal de Itaguaí* nos permitiu entender um pouco mais daquele cotidiano através dos ofícios que eram remetidos para a corte sobre questões que estavam presentes no dia a dia daquelas pessoas. Através destas fontes conseguimos ter uma visão, acreditamos, mais ampla da realidade do município.

### **3.6 Os Registros de Ofícios e Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.**

O primeiro tema que nos chamou atenção na análise desta fonte foi o número imenso de ofícios que tratavam de aterros, pontes, pântanos, entre outras questões a respeito de melhoramentos referentes ao trânsito de carros e pessoas pelas vias do município. Os vereadores redigiam ofícios ao presidente da província pedindo ajuda para o “dessecamento” dos pântanos, ajuda para a construção de uma ponte, um aterro, um calçamento, soluções para as enchentes constantes.

O que podemos observar nessa enorme quantidade de ofícios que tratavam deste tema, é que em Itaguaí a questão das enchentes, dos terrenos sazonalmente alagados, era uma realidade que estava presente no cotidiano daquelas pessoas, provavelmente já acostumadas com as dificuldades geográficas daquela região. Pediam não só a construção de novas pontes, mas, em muitos casos, pediam que fossem reparadas as já existentes, pois os “os moradores do lugar arriscavam a vida em “tempos de água””.<sup>207</sup>

Já no fim da primeira metade do século XIX as questões sobre os terrenos alagadiços já eram um problema para o município de Itaguaí, a febre palustre também estava presente em ofícios que pediam ajuda para acabar com o “flagelo da febre”, pediam para que fossem conseguidos os meios para melhorar os terrenos alagadiços responsáveis pela doença. É interessante notar que em outubro de 1849 já há menção a falta de braços em dois ofícios e a necessidade de créditos agrícolas, em um dos ofícios a falta de braços é para uma obra na estrada geral e ainda fala da decadência da vila de Itaguaí “outrora florescente”.<sup>208</sup> Os ofícios

---

<sup>207</sup> APERJ - *Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí*. Dezembro de 1846.

<sup>208</sup> Idem. Outubro de 1949.

citados acima nos remetem ao trabalho de Ricardo Ruiz que já verifica um esvaziamento de mão de obra escrava na primeira metade do século XIX.<sup>209</sup>

Em 23 de maio de 1850, outro ofício pede ajuda de médicos e medicamentos para a população doente devido a uma epidemia “reinante” no município classificada no documento como uma “catástrofe”. Não é possível, através desta fonte, mensurarmos o alcance dessas epidemias constantes, e mesmo em que medida o ofício pode estar revestido de um discurso exagerado, mas podemos afirmar que era uma realidade presente fortemente na vida dos moradores de Itaguaí pela junção dos dois tipos de ofícios: os que pediam ajuda para secar os terrenos alagadiços, exatamente a condição para que o mosquito se proliferasse nas águas paradas, e os ofícios que tratavam precisamente das epidemias.

Na sequência encontramos outro ofício dos vereadores agradecendo a ajuda dos médicos que conseguiram diminuir a epidemia graças a seus esforços. E no ano seguinte novamente pedindo ajuda para a epidemia que “com todos os caracteres de febre amarela” assolava a região. Portanto, acreditamos que era um ciclo anual de epidemias, que se repetiam em Itaguaí no período de chuvas.

Os problemas com as enchentes e com a epidemia de febre palustre, provavelmente acompanharam os moradores de Itaguaí por toda a segunda metade do século XIX, pois ao analisarmos as *Atas da Câmara Municipal de Itaguaí* entre os anos 1896 e 1897, encontramos um cenário muito próximo no que se refere a estes temas, acrescidos de mais um elemento que preocupava os administradores do município, a necessidade de ter água potável.

Além disso, nas páginas das *Atas da Câmara Municipal de Itaguaí* podemos verificar que apesar da crise pela qual passava o município, ele continuou seu funcionamento em um cenário menos apocalíptico do que verificamos em alguns relatos. Temas básicos, como um parecer da comissão da fazenda para que se paguasse a diária de limpeza das ruas, são tratados de forma rotineira demonstrando o dia a dia aparentemente regular em Itaguaí.

Os vereadores do município entendem que o desentupimento dos rios há tempos não usados como meio de transporte para a produção local em grande escala é condição fundamental para que a população “goze de boa saúde”.<sup>210</sup> Apesar dos rios não serem mais a principal rota de escoamento do que era produzido ou destinado à Itaguaí, eles, mesmo

---

<sup>209</sup> RUIZ, 1997.

<sup>210</sup> APERJ – *Atas da Câmara Municipal de Itaguaí*. 1896, fl. 12.

precariamente, serviam a algum tipo de trânsito, é isso que nos informa esta mesma ata ao afirmar que a limpeza deve ser feita para que ao menos possam navegar pequenas canoas em benefício do comércio. Muitas são as atas que tratam da necessidade de desentupimento dos rios, ao mesmo tempo em que associa este fato como uma questão de saúde pública.

Até a ponte do aterrado do Piranema, encontrando dentro do leito do mesmo rio muitas jangadas e bambus arrancados pelas enchentes do ano passado, bem como muitos paus grossos que proíbem a passagem das águas, além de ambas as margens se acharem completamente sujas de grandes espinheiros, a maior parte virados para o leito do rio, motivo este que nas ocasiões de enchentes as águas saem do seu leito e espraiam-se na estrada do Rio Preto, bem como no aterro do Cai-Tudo e no do Piranema, sendo de grande necessidade a limpeza do dito Rio quanto antes, afim de aproveitar-se a época calmosa por tornar-se mais fácil o serviço.<sup>211</sup>

É possível verificar com as atas da Câmara Municipal de Itaguaí que entre os anos de 1896 e 1897 o município, apesar de todos os relatos da crise, mantinha uma vida administrativa relativamente atuante e funcionando, envolvida em questões de saneamento para a população, como canalização de uma cachoeira para que fosse disponibilizada água potável para o município. Outras ações visavam à desobstrução dos rios da região que sofriam o abandono já relatado por outros documentos, mas principalmente pelas enchentes anuais que deixavam os rios intransitáveis, fugindo do seu leito original, alagando regiões próximas e deixando estradas bloqueadas. Outras medidas visavam à reconstrução de pontes, além dos constantes relatos envolvendo a febre palustre que era um problema em toda a região já relatado em grandes epidemias nos anos 1850 nos *Registros de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí* destinados ao Presidente da Província.

Algumas atas são tão minuciosas que chegam a especificar em detalhes como deve ser feita a limpeza de alguns rios: “Deve ser roçado o leito do rio de 30 palmos e queimar os

---

<sup>211</sup> APERJ – Atas da Câmara Municipal de Itaguaí. 1896, fl. 25

matos e limpar o rio na largura de 10 palmos e onde não estiver limpo, cavando onde for preciso, dando livre curso às águas...”<sup>212</sup>

Foi possível verificar nas atas a aprovação de alguns balancetes trimestrais sobre as receitas e despesas do município especificando o saldo resultante. No dia 30 de novembro de 1896 a comissão da fazenda afirma que “o balancete da receita e despesa do terceiro trimestre do exercício corrente verificou acharem-se exatas todas as cifras, demonstrando um saldo existente do exercício em cofre de R\$ 128:670\$920.” O Saldo especificado é a soma dos três trimestres do ano 1896, que termina com saldo positivo em 138:098\$559 (Cento e trinta e oito contos noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e nove réis).<sup>213</sup>

### 3.7 Conclusão

Através da análise das listas de fazendeiros e lavradores de Itaguaí que encontramos nas páginas do *Almanak Laemmert* verificamos que durante a segunda metade do século XIX houve uma mudança no perfil na produção das fazendas do município. O café, a partir de 1870, entrou em declínio, enquanto a produção de aguardente se intensificou. Os nomes das listas também mudaram com a proximidade das últimas décadas do século XIX. Acreditamos que a alteração na nomenclatura das listagens demonstra uma tentativa de adequação à mudança do que era cultivado naquelas terras.

Quando acompanhamos a trajetória da família Soares da Silva, na freguesia de Nossa Senhora Conceição do Bananal, através da análise dos seus inventários, também encontramos esta mudança. A produção da propriedade principal desta família muda do cultivo do café para a cana de açúcar.

A policultura sempre esteve presente no município, mas sua importância aumenta como uma tentativa de diversificação da produção, uma saída para a crise pela qual passava a produção de café. Quando observamos as listagens do *Almanak Laemmert*, e o quanto ela se tornou genérica a partir dos anos de 1880, entendemos que era uma forma encontrada para abranger propriedades que cultivavam mandioca, feijão, milho, entre outros gêneros.

---

<sup>212</sup> Idem. fl. 34v

<sup>213</sup> Ibidem. fl. 32v.

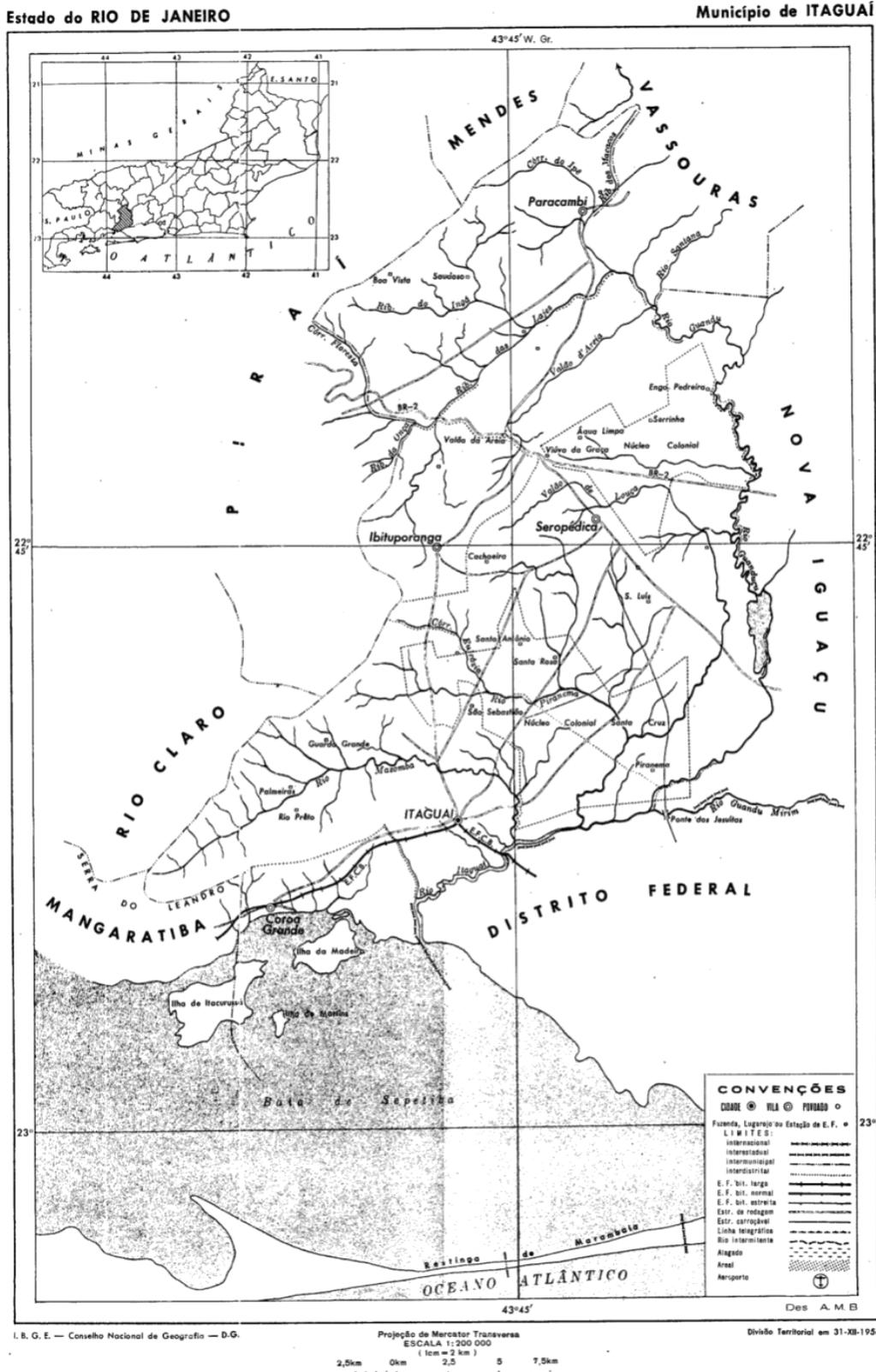
Todas as terras da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages eram foreiras à Fazenda Santa Cruz, esta especificidade foi fundamental para determinar um perfil diferente de concentração fundiária em Itaguaí em comparação com outras localidades da região fluminense. Apesar de verificarmos uma pequena parcela de foreiros com muitas terras, enquanto a grande maioria possui pequenas propriedades. Podemos afirmar através da análise dos *Registros Paroquiais de Terras* das freguesias de Itaguaí que esta concentração fundiária era menor que as verificadas por outros autores que pesquisaram a região fluminense.

Foi possível perceber analisando os inventários dos Soares da Silva e dos Pereira Belém que ao longo da segunda metade do século XIX o município de Itaguaí, mais especificamente a freguesia do Bananal passou por profundas transformações que afetaram diretamente a estrutura das fazendas e sítios da região. Enquanto o café entrava em declínio, o plantio da cana para a produção de aguardente ganhava força, como também ganhava a policultura.

Apesar dos relatos bastante enfáticos a respeito de um abandono quase que completo em Itaguaí no fim do século XIX, o que percebemos analisando os censos demográficos do período, os *Registros de Ofícios do Município* e as *Atas da Câmara Municipal* é que a vida administrativa do município continuava aparentemente regular com suas obras de reparos nas estradas, os frequentes aterramentos de áreas alagadiças que voltavam em tempos de chuva e as pontes por vezes destruídas e reconstruídas. Entre as atas encontramos também pedidos de moradores que solicitavam reabertura de estradas obstruídas por mudanças no leito dos rios, novamente devido às cheias que aconteciam anualmente.

A febre palustre também é um tema recorrente quando estudamos o município de Itaguaí na segunda metade do século XIX. Nos *Registros de Ofícios do Município* e as *Atas da Câmara Municipal* encontramos referências ao problema no fim da primeira metade do século XIX, portanto, era uma questão cotidiana na vida dos seus moradores, agravado pelo progressivo abandono dos rios com a instalação das vias férreas, levando ao entupimento dessas que foram importantes vias comerciais.

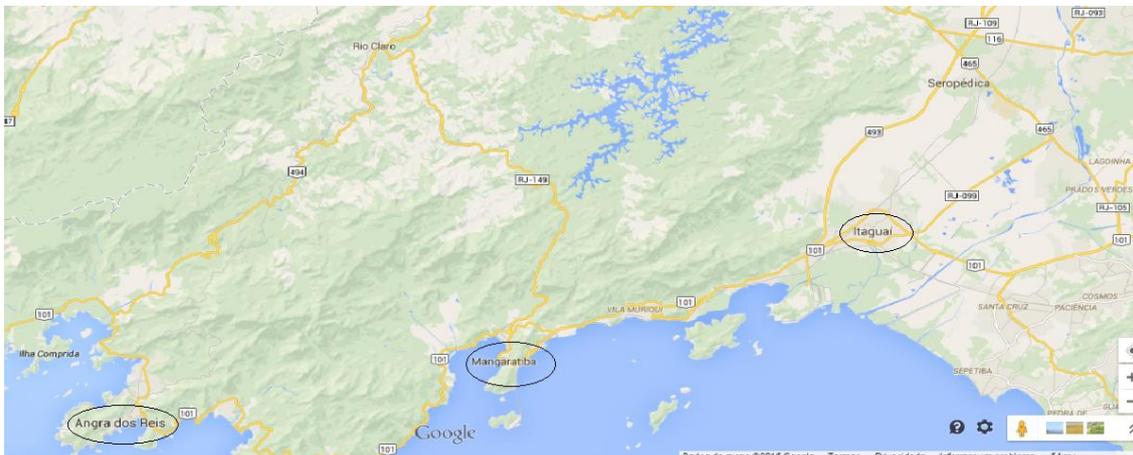
# ANEXO I (Mapa 4)



Fonte: IBGE – Comissão Nacional de Geografia, 1956.

## ANEXO II (Mapa 5)

### Relevo das cidades de Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis.



Fonte: Google Maps 2015.

### Imagem 1

#### Planície de Itaguaí vista a partir da Serra do Matoso



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/12196372/>; <http://periclesdavid.blogspot.com.br/2014/07/conheca-itaguaui-rj.html>

## Imagem 2

### Engenhoca Pura Garantida

**Notabilidades Commerciaes,**

---

**ITAGUAHY**  
**DEPOSITO DE AGUARDENTE**  
ENGENHOCA PURA GARANTIDA

---

Antonio Napoleão Eugenio Leal, estabelecido com o negocio de Aguardente-Engenhoca, nesta villa, remette por pedidos para a Capital ou estações da Estrada de Ferro Central do Brazil, S. Paulo e Minas qualquer porção, garantindo sua já bem conhecida qualidade, por preços muito rozoaveis e com a maior promptidão.

Na qualidade de intermediario continúa a receber em seus armazens todos os generos da lavoura, remette-los á Capital ou a qualquer outro logar que lhe fôr determinado, e assim tambem o que da Capital lhe fôr consignado para Itaguahy, S. João Marcos, Pirahy, Mangaratiba e Angra dos Reis.

(art. 466, 716).

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* – 1891.

## Referências.

### 1- Fontes manuscritas.

#### **Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – MTJRJ**

*Inventários post mortem da comarca de Itaguaí*

#### **Arquivo Nacional – AN**

*Inventário post mortem – Helena Maria de Jesus – 1860.*

#### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ**

*Relatórios do Presidente da Província*

*Inventários*

### 2 – Fontes manuscritas digitalizadas

#### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ**

*Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí*

*Livro de Atas da Câmara Municipal de Itaguaí*

*Livros de Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa senhora da conceição do Bananal – Itaguaí*

*Livros de Registros Paroquiais de Terras da Freguesia da Vila – Itaguaí*

*Livros de Registros Paroquiais de Terras da Freguesia São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages – Itaguaí*

### 3 – Periódicos

*Jornal do Comércio*

*O Jornal (em sua edição comemorativa)*

### 4 - Fontes online

Mapa Bacia do Guandu

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm)

Relatório do Presidente da Província- 1857

[http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro)  
Censo 1872  
<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro  
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394> ;

<http://www.bbm.usp.br/>

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR>

Almanak Laemmert  
<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

## 5 - Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, “A aldeia de Itaguaí: das origens à extinção (séculos XVII-XIX).” In. ENGEMANN, Carlos, (Org.) AMANTINO, Marcia. (Org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis. Ed, Vozes, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 2004. [1987]

CARRÉ, A.N.; ANDRADE, R.G. de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, p. 107-113, jan.-dez., 2005.

CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil*. Campinas, Universidade, 1976.

CASTRO, Hebe Maria de Matos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2009.

CAETANO, Antonio José. Chorographia Fluminense. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense*, RJ. (1888-1840) Dissertação de Mestrado, Niterói. UFF. 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

DEAN, Warren. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

ENGEMANN, Carlos, (Org.) AMANTINO, Marcia. (Org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2013.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Energia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da baixada Fluminense*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado em História Social. 2006.

FARIA, Sheila de Castro, *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850- 1920)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 1989.

FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R, Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. In. *ARRABALDES*, v.1, n° 2, p. 29-51, 1988.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, Joao. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/ Rio de Janeiro (1830-1888)* Rio de Janeiro. Ed. 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, 2005. (32ª. Ed.).

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.

IBGE. *Sinopse estatística do município de Itaguaí*, Rio de Janeiro. 1948.  
*Industrial do Rio de Janeiro de uma engenhoca em 1891*.

SILVEIRA, Jorge Luiz Rocha da. *Transformações na Estrutura Fundiária do Município de Nova Iguaçu Durante a Crise do Escravismo Fluminense*. (1850/1889). UFF, 1998

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE. 2º ed. 1964.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de uma exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844/1849)*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca nacional – MinC. 2007.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguazu, 1840 – 1880)* – Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MOTTA, Marcia Maria Menezes. *PELAS “BANDAS D’ALÉM” (Fronteira Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma Região Policultora – 1808-1888)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1989.

GRANER, Maria Paula. *A estrutura Fundiária do Município de Araruama: 1850 -1920*. (Um estudo da distribuição de terras: continuidades e transformações). Dissertação de Mestrado. UFF, 1985.

MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*, 1948.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *OS DONOS DA TERRA. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba no século XIX*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote - Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro, 1940.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1992. (22ª. Ed.).

PRADO JUNIOR, Manoel Batista do. *Entre senhores, escravos e homens livres pobres: Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831 – 1888)*, Dissertação, Niterói, UFF, 2011.

RODRIGUES, Maria Fernanda de Oliveira Coutinho. *PECUÁRIA LEITEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO – As transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940)*. Rio de Janeiro; UFRJ/ IFCS, 2011.

RUIZ, Ricardo Muniz. *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaçu – sec. XIX (1820 – 1872)*. Dissertação de mestrado. UFF, 1997.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1994.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição. (1875 – 1901)*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira.” In. CUNHA, Olivia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVEIRA, Jorge Luís da Rocha. *Transformações na Estrutura Fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890)*. 1998. 243 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1998.

SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. *PÓS-ABOLIÇÃO NA BAHIA – hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2012.

SOUZA, Marlúcia Santos. *Escavando o passado da cidade. História política da cidade de Duque de Caxias*. Dissertação de mestrado. UFF, 2002.